



REVISTA MUNICIPAL

A N O X I V

N.º 56

1.º TRIMESTRE DE 1968



PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PREÇARIO DA REVISTA

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

DEPOSITARIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Rua Garrett, 62, 2.º — Telef. 2 5711

CORRESPONDENCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Rua da Boa Vista, n.º 3 — Telef. 3 2174

A GRAVURA DA CAPA REPRESENTA A FRONTARIA
DO EDIFICIO MUNICIPAL, CASA DA CAMARA DE LISBOA DE 1774 A 1868,
E ASPECTO DO PELOURINHO NA PRIMEIRA METADE DO SEculo XIX

(Gravura do «Arquivo Pitoresco».)

REVISTA MUNICIPAL

N.º 56 ★ 1.º TRIMESTRE ★ 1953

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS GRÁFICAS
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

SUMÁRIO

DO N.º 56 ★ 1.º TRIMESTRE ★ 1953

REVISTA MUNICIPAL

DIRECÇÃO
DR. JAIME LOPES DIAS

★

ASSISTÊNCIA GRÁFICA
JOSE ESPINHO

★

DESENHOS DE
BERNARDO MARQUES,
MANUEL CORREIA,
JOSE ESPINHO
E MATEUS JÚNIOR

★

CAPA DE JOSE ESPINHO



AVENIDA DE ROMA

FOTO DE J. ESPINHO

*O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA
ENTREGA A MEDALHA DE OURO DA CIDADE DE LISBOA
AO MUNICIPIO DE MADRID*

*MANTIMENTOS E AGUADAS
DOS ANTIGOS NAVEGADORES PORTUGUESES
— POR JOÃO DA CRUZ VIEGAS*

*OS CAFES DA LISBOA ROMANTICA
— POR FERREIRA DE ANDRADE*

ACONTECIMENTOS CIDADINOS

*LISBOA DE OUTROS TEMPOS
LISBOA DE HOJE—ARRUAMENTOS
— POR MÁRIO XAVIER DE BRITO*

*A SINAGOGA DE ALFAMA
— POR SAMUEL SCHWARZ*

*ANTOLOGIA DE LISBOA
— POR ARLINDO DE SOUSA*

A VOZ DA CIDADE

OLDEMIRO CÉSAR

O BUSTO DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

SECÇÃO JURÍDICA

BIBLIOGRAFIA

*(HORS-TEXTE)—VISTA DE LISBOA
TOMADA DA JUNQUEIRA*



OS ARTIGOS PUBLICADOS
NA «REVISTA MUNICIPAL»
SÃO DA RESPONSABILIDADE
DOS SEUS AUTORES





PORTUGAL E ESPANHA

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA ENTREGA A MEDALHA DE OURO DA CIDADE DE LISBOA AO MUNICÍPIO DE MADRID

O Ayuntamiento de Madrid, concedeu, dignidade e honra excepcional, o título de «concejal honorário perpétuo» ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. A Câmara Municipal aprovou na sua primeira reunião mensal imediata a seguinte proposta que concedeu a medalha de ouro da Cidade de Lisboa ao Município de Madrid.

«Espanhóis e portugueses, irmãos e vizinhos, tantas vezes lado a lado em grandes acontecimentos da História, desde a Cruzada da Reconquista à Epopeia dos Descobrimentos, têm nos últimos anos, em feliz e mútua compreensão e sob o signo do mesmo ideal, estreitado os laços duma colaboração activa que no campo da política internacional assumiu expressão superior ao Pacto diplomático que, durante a recente conflagração transformou a Península numa zona de paz no mundo convulsionado e nela agora pode erguer um dos mais sólidos baluartes da civilização ocidental.

As manifestações de entendimento entre os dois governos, que caracterizam a actual acção externa de Portugal e Espanha, tem sido já sublinhada por calorosas homenagens, reciprocamente prestadas aos seus ilustres Chefes de Estado e altas figuras do governo por espanhóis e portugueses e, também, por demonstrações de cordial amizade que existe entre os Municípios das duas capitais, ainda há poucas semanas concretizada na excepcional e para nós tão grata distinção concedida pelo Ayuntamiento de Madrid ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e ao nomeá-lo, por aclamação, seu concejal honorário e perpétuo.

E porque tão feliz e oportuna orientação governativa deve ser vibrantemente secundada, sempre que possível, por quantos proclamam a sua confiança numa directriz política que, perante as graves ameaças que pairam sobre a Europa Cristã, é a que melhor pode servir o alto ideal civilizador em que se aprofundam as raízes seculares das duas Nações Peninsulares,

Tenho a honra de propor:

Que, nos termos dos artigos 1.º e 4.º do Regulamento respectivo, seja concedida ao Ayuntamiento da nobre e fidalga Cidade de Madrid, como expressão de amizade peninsular e de mútua simpatia entre as duas capitais, a Medalha de Ouro da Cidade de Lisboa».

A fim de que ao acto da Câmara Municipal de Lisboa fosse dado todo o relevo e dignidade, o Presidente da Câmara Municipal resolveu ir pessoalmente fazer a entrega da medalha. A partida para a capital de Espanha realizou-se no dia 8 de Março. Acompanhado por sua filha D. Maria Luísa Facco Viana Barreto e pelo secretário da Presidência, Rodolfo Guilherme de Aguiar Serpa, o sr. tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto recebeu à sua chegada a Madrid cumprimentos de boas vindas, em nome do sr. Conde de Mayalde, Alcalde de Madrid, do chefe do protocolo do Ayuntamiento, D. Pedro de Górgolas.

Não tardou a visita pessoal do sr. Conde de Mayalde que acompanhou o seu colega por um passeio pela Cidade, durante o qual o sr. tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto verificou quanto carinho merecem ao Ayuntamiento de Madrid todos os problemas de urbanização.

À noite o sr. Alcalde ofereceu um jantar íntimo ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa no restaurante «Jockey», a que assistiram além daqueles senhores, D. María Luísa Facco Viana Barreto, dr. Manuel Vaz Nunes da Silva, conselheiro da Embaixada de Portugal, e os vereadores D. Calvo Sotelo e D. Munoz Calero, com suas esposas. Em seguida todos os convivas assistiram à representação da peça «Almas Prisioneiras», do conhecido escritor, Jacinto Benavente, no Teatro A. Quintero.

No dia imediato, 10 de Março, celebrou-se no Ayuntamiento a cerimónia da entrega da Medalha de Ouro da Cidade de Lisboa ao Município Madrileno. O sr. tenente-coronel Salvação Barreto, acompanhado do conselheiro da Embaixada dr. Nunes da Silva, na ausência do embaixador dr. Carneiro Pacheco, foi recebido às dez horas no *hall* principal do edificio pelos vereadores D. Octaviano Alonso de Celis, D. Luís Calvo Sotelo e chefe do protocolo D. Pedro de Górgolas. Depois das apresentações, aqueles senhores subiram ao salão de Goya, onde o Alcalde, depois de apresentar toda a vereação ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, deu início à sessão solene.

O Boletim do Ayuntamiento de Madrid publicou no seu número 2.926, de 16 de Março, a acta da sessão, que é como segue:

6 «Sessão extraordinária celebrada no dia 10 de Março de 1953 — Presidência do excellentíssimo senhor Alcalde D. José Pinat y Escriba de Romani, Conde de Mayalde. — Aos lados da Presidencia sentaram-se o senhor presidente da Camara Municipal de Lisboa e vereador honorário deste municipio D. Alvaro Salvação Barreto e o conselheiro da embaixada de Portugal Excmo. Sr. D. Manuel Vaz Nunes da Silva e ocupando, do mesmo modo, lugar nos bancos os outros

membros do Ayuntamiento, senhores Alonso de Celis, Gistau Manzantinni, Calvo Sotelo, Guiterrez del Castillo, Torres Garrido, Guardia Ruiz, Primo de Rivera Cobo de Gusman, Soler Diaz-Guijarro, Parrilla Candel y De Juana Mollevan, e os vereadores senhores Alvarez Pareja, Lillo Orzaes, Moreno Ruiz, Nido Mendez y Ruiz de Grijalba. Assistiu também o Secretario Geral senhor Fernandez Villa e tambem esteve presente, igualmente o interprete Municipal senhor Marti Rallessé».

Aberta a sessão pela Presidência às doze da manhã, leu-se o seguinte officio do Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR ALCALDE PRESIDENTE DO AYUNTAMIENTO DE MADRID:

Excelentíssimo senhor:

Tenho a honra de comunicar, a Vossa Excelência, que a Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de 28 de Dezembro do ano passado aprovou por unanimidade a seguinte proposta apresentada por mim:

«Espanhóis e portugueses, irmãos e vizinhos, tantas vezes lado a lado em grandes acontecimentos da História, desde a Cruzada da Reconquista à Epopeia dos Descobrimentos, têm nos últimos anos, em feliz e mútua compreensão e sob o signo do mesmo ideal, estreitado os laços duma colaboração activa que no campo da política internacional assumiu expressão superior ao Pacto diplomático que, durante a recente conflagração transformou a Península numa zona de paz no mundo convulsionado e nela agora pode erguer um dos mais sólidos baluartes da civilização occidental.

As manifestações de entendimento entre os dois governos, que caracterizam a actual acção externa de Portugal e Espanha, tem sido já sublinhada por calorosas homenagens, reciprocamente prestadas aos seus ilustres Chefes de Estado e altas figuras do governo por espanhóis e portugueses e, também, por demonstrações de cordial amizade que existe entre os Municípios das duas capitais, ainda há poucas semanas concretizada na excepcional e para nós tão grata distinção concedida pelo Ayuntamiento de Madrid ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e ao nomeá-lo, por aclamação, seu concejal honorário e perpétuo.

E porque tão feliz e oportuna orientação governativa deve ser vibrantemente secundada, sempre que possível, por quantos proclamam a sua confiança numa directriz política que, perante as graves ameaças que pairam sobre a Europa Cristã, é a que melhor pode servir o alto ideal civilizador em que se aprofundam as raízes seculares das duas Nações Peninsulares,

Tenho a honra de propor:

Que, nos termos dos artigos 1.º e 4.º do Regulamento respectivo, seja concedida ao Ayuntamiento da nobre e fidalga Cidade de Madrid, como expressão de amizade peninsular e de mútua simpatia entre as duas capitais, a Medalha de Ouro da Cidade de Lisboa».

Aproveito a oportunidade para renovar, a Vossa Excelência, as manifestações da minha esclarecida consideração e elevado apreço.

A BEM DA NAÇÃO.

Palácio da Câmara Municipal de Lisboa, 6 de Janeiro de 1951. O Presidente da Câmara,
Alvaro da Salvação Barreto.» Assinado.

Continuando, o excelentíssimo sr. Presidente da Câmara de Lisboa, D. Álvaro da Salvação Barreto, pronunciou o seguinte discurso:

«É-me singularmente grato estar aqui no desempenho da honrosíssima missão de entregar a Vossa Excelência, Sr. Alcaide de Madrid, a Medalha de Ouro com que a Municipalidade de Lisboa quis distinguir a nobre e bela capital de Espanha. Assim se estreitam ainda mais os laços de viva simpatia que unem as duas cidades e continuando desta forma, estou certo, sob o mandato de Vossa Excelência a feliz orientação que sob este aspecto, tem caracterizado estes últimos anos a actividade dos dois Municípios.

No entanto esta cerimónia não se deve considerar, apenas, como uma troca de saudações cordiais entre os Presidentes dos Municípios das duas capitais peninsulares. Temos de a incluir no quadro mais vasto e fecundo das relações entre os dois estados ibéricos: Espanha e Portugal. É à luz desta política inteligente e amistosa, que, no mundo angustiado que nos rodeia, é exemplo fulgurante da plena consciência das responsabilidades que nos competem na custódia da civilização ocidental e cristã, que se deve apreciar o gesto da Câmara Municipal de Lisboa, a que tenho a honra de presidir.

Como em tantas páginas da nossa velha e gloriosa história estamos hoje, mais uma vez, dispostos a enfrentar juntos as surpresas que talvez nos esperem no futuro indeciso do mundo. A Espanha que nos três anos da heróica Reconquista já mostrou como era capaz de combater os inimigos dum património secular no qual se fundem as raízes mais profundas da nossa existência moral, e Portugal, que desde o primeiro momento compreendeu, admirou e auxiliou quanto pôde essa Cruzada épica, continuam firmemente decididos a defender aquilo que lhes é mais querido que tudo: a expressão espiritual da sua vida, garantia suprema da sua continuidade como nações livres.

Por isto, este aperto de mão, simples e leal, das duas capitais é também o cumprimento amigo e confiante dos dois povos.» (Aplausos grandes e prolongados).

O Ex.^{mo} Sr. D. Álvaro da Salvação Barreto, terminando o seu discurso, entregou ao Alcaide de Madrid, Ex.^{mo} Sr. Conde de Mayalde, a Medalha de Ouro de Lisboa na qual figura o escudo da Cidade com a inscrição seguinte: «Câmara Municipal de Lisboa — Mui nobre e sempre leal Cidade de Lisboa».

Em seguida o Ex.^{mo} Sr. Conde de Mayalde expressou-se nos seguintes termos:

«Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Vereador honorário do Ayuntamiento de Madrid; Ex.^{mo} Sr. Ministro Conselheiro de Portugal; Srs. Vereadores:

Hoje é um dia de júbilo nesta Casa da Municipalidade de Madrid porque Vossa Excelência nos traz o gesto fraterno da formosa capital da nação irmã. Uma vez mais se consolida a firme amizade dos nossos povos, com este acto de hoje, amizade baseada nos mais autênticos e indiscutíveis vínculos da irmandade de sangue, da irmandade das terras, e da irmandade dos rios que são o sangue da pátria.

Sr. Presidente: A nossa geração é uma geração que lutou muito. Como todas as gerações que atravessam momentos difíceis, momentos cruciais da história, é uma geração que terá bastantes culpas, mas há uma coisa com que nós outros, os homens da primeira metade do século XX, podemos estar satisfeitos, algo há, que a História nos há-de reconhecer, isto é: que como nunca, consolidamos e levamos a cabo uma política de amizade sincera e fraterna entre os nossos dois países.

8 Guardo as palavras nobres que pronunciastes. Com efeito, como dois irmãos que se ignoraram por muito tempo, chegou o dia em que espanhóis e portugueses se conheceram e amaram. Esta é talvez uma das consequências mais gratas da revolução espanhola que nós vivemos.

A realidade é que em tempos anteriores portugueses e espanhóis apenas se conheciam. É certo que um grande português, como aquele pensador Oliveira Martins, nos ensinou a conhecer e amar a história da nossa pátria; mas também é certo que os portugueses, de Espanha, só conheciam o «Lusitânia Expresso» que os levava ao resto da Europa, e nós (eu mesmo até depois da guerra nunca tinha ido a Portugal) ignorávamos muitas das coisas do país irmão.

Pois bem; como se fez esta transformação? Fez-se pelo gesto fraterno, nobre, autenticamente desinteressado com que Portugal presenciou a grande tragédia espanhola. Quando a nossa pátria estava a ponto de perecer, partida, dividida horizontal e verticalmente, tivemos então um amigo sincero, magnífico, um amigo exemplar: o ilustre Presidente Oliveira Salazar. Quero neste momento, evocar a figura do grande estadista e fazer saber, senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o respeito e admiração que todos os espanhóis sentimos por ele.

É verdade que naqueles dias tivemos outros amigos; mas também o é que nenhum o foi tão desinteressado nem com tanto risco.

Quando penso no Doutor Oliveira Salazar recordo aquela frase de Montesquieu no elogio de Trajano, e eu digo que quando se contempla a história do vosso estadista nos sentimentos orgulhosos de pertencer ao género humano.

Também não podemos esquecer nunca, o gesto dos «Viriatos». Lembro, em minha própria bateria, um cavalleiro, parente afastado meu, porque também descendia daquela geração de heróis e de santos, que foi a Casa de Aviz, que caiu ferido gravemente nas mesmas portas de Madrid, na Casa del Campo, no Parque madrilenho. Desde então não tem havido uma nuvem que tenha ensombrado este diálogo. Por acaso, providencialmente, os destinos dos nossos países foram regidos estes anos, e Deus queira que o sejam durante muitos mais, por dois homens justos e serenos, cheios de patriotismo: de um lado o nosso Caudillo, o soldado invicto, que por haver nascido naquela Galícia milienária, cheia de evocação e poesia, conhece, talvez melhor que nenhum outro, o temperamento e o espírito de Portugal; do vosso lado, o vosso grande governante português, o homem que tem sabido fazer de Portugal «uma grande e próspera nação» este homem cujo apelido tem o vigoroso sabor castelhano.

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa: o Ayuntamiento de Madrid e o povo madrilenho agradecem profundamente o vosso gesto. Conservaremos esta medalha entre os nossos mais queridos tesouros, medalha que recolhe a amizade dos dois povos e das duas capitais. Além de que esta visita é prelúdio de outro grande acontecimento internacional que vai causar em Madrid uma profunda sensação, e ao qual o nosso povo saberá dar, seguramente toda a importância que tem. Refiro-me à próxima visita a esta capital do ilustre Presidente da República Portuguesa, o grande soldado que hoje preside à vossa nação e que virá no próximo mês de Maio.

Excelentíssimo senhor, digo-vos outra vez: estais em vossa casa, porque sois Vereador, porque entre nós tendes esta honrosíssima qualidade de membro deste Conselho madrilenho, já quase milienário. Nesta Casa da Municipalidade de Madrid cujos salões são ornados com os grandes escudos, em cujo centro sobressaem, precisamente as gloriosas armas de Portugal, quero dizer-vos outra vez, que vos agradeço e que vos peço leveis em nosso nome as saudações do povo de Madrid e da sua Municipalidade à bela Cidade de Lisboa.

Senhor Presidente, senhores: Demos um só viva, que seja: Viva Portugal e viva Espanha! (Grandes e prolongados aplausos).

Acabado o seu discurso o Ex.^{mo} Sr. Conde de Mayalde levantou a sessão às doze e trinta e cinco minutos da tarde.

Pela tarde o Sr. Alcalde visitou em companhia do Sr. Presidente Barreto, a Ermida de San António, Piscina Municipal, Estacion del Lago, etc.

Pelas 22 horas realizou-se no Ayuntamiento um jantar em honra do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. O edifício encontrava-se lindamente iluminado e ornamentado. Na escadaria uma escolta da Guarda Nacional, de grande uniforme. O banquete a que assistiram, entre outros convidados, os ministros espanhóis da Justiça, Obras Públicas e Secretário-Geral do movimento, e toda a vereação municipal, realizou-se no famoso Salon de Tapices de la Casa de Cisneros. O Sr. Conde Mayalde brindou pelas prosperidades das duas capitais tendo o Sr. tenente-coronel Salvação Barreto agradecido.

No dia 11, os dois presidentes visitaram o Colégio de Paloma, onde assistiram à exibição de ginástica e a vários jogos efectuados pelos internados no albergue, cuja manutenção pertence ao Município de Madrid. Como nota sentimental registou-se o facto de os jovens internados cantarem canções portuguesas, em homenagem ao tenente-coronel Salvação Barreto. Na presença de várias personalidades de relevo, tais como D. Carlos de Liz Branquinho, D. José Maria Soler e D. José Maria Gutierrez del Castillo, o Alcalde de Alcalá, D. Lucas del Campo, o general Comandante Militar de la Plaza, com suas esposas, Presidente de la Deputacion Provincial, Marquês de la Valvia e Director do Colégio de la Paloma, efectuou-se um almoço na «Pouzada do Estudante».

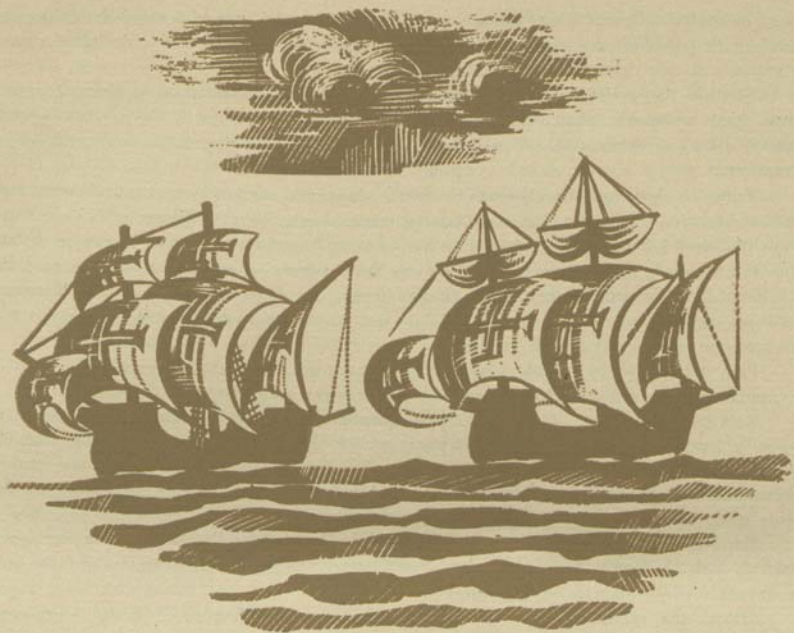
A tarde o Sr. Presidente esteve na Vila de Pastrana, onde a duquesa deste título e esposa do Sr. Conde de Mayalde, lhe mostrou os riquissimos tapetes de Pastrana e outras jóias e relíquias artísticas e históricas que ali estão guardadas.

No dia 12 o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa visitou pela manhã a Imprensa Nacional tendo, todos os trabalhos e forma de execução, merecido ao Sr. tenente-coronel Salvação Barreto, palavras de apreço. Seguidamente o Sr. Presidente do Ayuntamiento acompanhou o seu colega a uma visita à Escola de Portugal, iniciativa do município madrileno, cujo valor foi posto em relevo com palavras de admiração e simpatia por este último, que visitou ainda o Museu Tauromáquico e o Arquivo Municipal.

Os dois presidentes visitaram no dia 13, a Escola Municipal de Cerâmica e o Museu Municipal e pela tarde estiveram no Palácio da Música, onde assistiram a um concerto pela Orquestra Nacional dirigida pelo jovem mas já talentoso Maestro Ataulfo Argenta.

A visita oficial do Presidente da Câmara Municipal a Madrid terminou com um banquete oferecido pelo Embaixador de Portugal em Espanha, dr. A. Carneiro Pacheco, na Embaixada de Portugal, no qual estiveram presentes além de alguns ministros, o cônsul de Portugal em Madrid, funcionários superiores da Embaixada e personalidades de relevo na vida espanhola. O Sr dr. Carneiro Pacheco frisou em breves palavras o alto significado da visita do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa a Madrid, e teve para com o Sr. tenente-coronel Salvação Barreto elogiosas referências à inteligência, tacto e superior orientação que tem revelado na administração do primeiro Município de Portugal.





MANTIMENTOS E AGUADAS DOS ANTIGOS NAVEGADORES PORTUGUESES

I

VENTO — MONÇÕES — SINAIS DE MANOBRAS

O *Vento* foi o maior auxiliar gratuito dos navegadores portugueses para as suas viagens às regiões longínquas da Terra, assim como também foi o causador de muitos infortúnios nas suas navegações. Sem *Vento* como poderiam os antigos navegadores atingir o alvo dos seus cálculos náuticos, supondo que não poderiam usar remos?

As *correntes* marítimas eram umas vezes obstáculos a vencer, outras eram auxiliares favoráveis. Mas vejamos, a seguir, como na antiga «Academia dos Generosos» se definiu o *Vento*:

«Só ao *vento*, meteoro tão necessario para espalhar, e ajuntar as nuvens, para alimpar, e toldar os ares, para sulcar o Oceano, e tomar portos em todas as partes do Mundo, não tiveram devoção os Romanos, e esquecidos dos seus beneficios, deixaram de lhe dar culto. Aqui para

o meu intento me convem dizer, que a causa desta omissão foi, que o vento é um inimigo que causa grandes danos sem ser visto; e não ha malicia mais refinada, que a de inimigo que se faz sentir, e se não deixa ver, senão no mal de que é causa.

Vêem-se nas praias navios destroçados; vêem-se no habitado casas caídas; vêem-se no campo trigo acamados, plantas estirpadas, e outros mil desconcertos; o autor dêles, o *vento*, ninguém até agora o viu; em outras desordens da Natureza, claramente vemos o inimigo que as ocasiona.

Vemos as águas que transbordam da mãe e alagam os campos; vemos os relâmpagos precursores dos raios, e com os tremores da terra vemos vacilar os mais firmes edificios. O vento sempre invisível inimigo, nunca aparece, e na carta de marear com vários nomes se disfarça. O que nos mares de Portugal se chama *Norte*, no Mediterrâneo é *Tramontana*, em França é *Bise*; os Latinos lhe chamam *Septentrio*, os Gregos *Bóreas*, e *Apárcias*, outras vezes chamam-lhe *Scopárius*, como quem diz: «vassoura do Céu», que na realidade varre tanto, que até o nome lhe varreu.

Para não cançar os ouvintes com sinónimos ventosos, basta dizer que a cada passo que faz, muda de nome o Vento. Não se pode assaz encarecer a malicia dêste meteoro.

Para os navegantes o vento se faz peor quando acalma, do que quando embravece; não se sabe de donde vem, nem quando poderá parar se sabe; desperta tormentas, acrescenta incêndios; assoprando muito tira o fôlego; não espera que lhe abram portas nem janelas; por qualquer greta se insinua; quanto mais coado, mas nocivo. Finalmente, tem o Vento confiança para fazer quanto quere, porque ninguém o vê, nem o pode ver».

Em 1887 escreveu no livrinho da Biblioteca do Povo e das Escolas *Marinha Portuguesa*, o falecido lente da Escola Naval de Lisboa, João Brás de Oliveira, a respeito dos antigos navios dos navegadores portugueses, o seguinte ilucidativo período:

«Hoje, que magnificos navios percorrem em todas as direcções o Oceano, admiramos, e mal percebemos como os daquela epoca, que não podiam chegar-se ao *vento*, mal aparelhados, e de peor govêrno, de casco curto, arredondados na prôa e pôpa, quase semicilindricos por baixo, com pouca quilha na água, ronceiros, pezados, e lentos na manobra, pudessem empreender tão largas derrotas, e chegar a bom porto e salvamento depois de tantos perigos».

De admirar é também, saber-se como era que aquelas tripulações dos navios de outrora se alimentavam durante as demoradas derrotas! Adiante veremos o que me foi possível averiguar neste assunto, e os modos como se correspondiam em plena navegação.

É evidente que sendo desconhecido o Atlântico, do Cabo Bojador para o Sul, os navegadores portugueses iriam estudando o regime dos *ventos* naquele Oceano. Attingido o Oceano Indico e a Índia, os *ventos* ali dominantes seriam explicados pelos navegantes árabes, indianos e mouros aos portugueses, o que teria sido de grande vantagem para os seus *pilotos*.

Apesar da Índia estar situada na parte da *zona tórrida* do hemisfério Norte, a temperatura do clima é variável conforme as regiões; e as *estações* do ano são caracterizadas por grandes chuvadas e por excessivo calor.

Em Bengala a *estação seca* começa de Março até fim de Maio; e a *estação da chuva* vai de Junho a Setembro. Na costa de Coromandel o Verão começa em Junho, e na costa de Malabar começa em Outubro.

Entende-se na Índia por *monções* as *temporadas* de ventos regulares que sopram 6 meses numa direcção, e outros 6 meses na direcção oposta, favorecendo a navegação *à vela* de uns para outros portos, principalmente no mar e golfo da Arábia, golfo de Bengala, e no mar da China.

A *monção* favorável, por exemplo, para ir de Goa para o Cabo Comorim é depois de Setembro; da península de Malaca para Goa, é de Fevereiro até fim de Abril; do Japão para

a Índia, é no mês de Outubro, e para a China é no mês de Março; de Cochim para o Japão é no fim de Abril; e de Ormuz para Goa é em Abril e em Dezembro; para a Pérsia é em Janeiro e Fevereiro, ou em Abril e Maio (1).

As viagens à *vela*, aproveitando a boa monção, de Goa para o Mar Roxo efectuavam-se em Dezembro a Fevereiro; e para Ormuz em Outubro, em Janeiro, e em Março.

Do *Mar Roxo* para Goa, de Junho a Agosto; para Diu era nos mesmos meses, e para Ormuz, em Abril. De Diu para o Mar Roxo era em fins de Janeiro, e fins de Agosto; e para Ormuz, em Dezembro. De Ormuz para Diu, em Abril e em Outubro. De Moçambique para Goa, em Agosto. De 15 de Maio a 10 de Agosto as barras da costa de Malabar estão inacessíveis a navios de vela.

No hemisfério do Norte do Oceano Índico o vento da *monção da Primavera* (ou do *Sudoeste*) sopra desde Abril a Setembro para a *terra*. É a monção das trovoadas e chuvas abundantes; é o *Inverno* em Goa. Na *monção do Outono* (ou do *Nordeste*) o vento sopra desde Outubro até Março para o *mar*. É a boa *monção* para os velejadores.

No hemisfério do Sul o vento da *monção* que começa em Abril sopra para o *mar*; e o da que começa em Outubro sopra para a *terra*, porque as *estações* do ano são inversas.

As *monções* influíram muito nas comunicações da Índia com a metrópole portuguesa, e no êxito da beligerância com os adversários indianos, árabes e mouros.

As *armadas* para a Índia saíam de Lisboa em Fevereiro ou Março, e o regresso fazia-se de Janeiro até meado de Fevereiro com rumo a Moçambique. Como os navios eram de *velas*, muitas vezes tinha-se de desfazer o *rumo* para determinado destino, por causa das *bordadas* a fazer conforme a direcção dos ventos que apareciam durante as viagens.

Na *zona tórrida* do Oceano Atlântico os navegadores portugueses observaram que os ventos dominantes (não contando com as zonas de eventual calma) sopram sempre na mesma direcção, e dirigem-se continuamente para o *equador*. São chamados *Ventos gerais* ou *Alizados*. No hemisfério do Norte vêm do N. E., e no do Sul vêm do S. E.

Parece que foi no reinado de D. Afonso III, pai de D. Dinis, (1246-1279) que se construiu em Portugal a primeira *nau*, e, portanto, forçoso seria que se fabricasse pano *próprio* para as suas velas.

A construção naval foi desenvolvendo-se nos reinados seguintes, e ao mesmo tempo aperfeiçoando-se para se empreender com segurança as viagens longínquas no futuro.

O pano de *Treu*, destinado apenas ao velame das embarcações, era fabricado nas *terras* da Maia, na Comarca do Porto, com fios de estopa de linho (ou *tomento*), e a largura devia ser de um «palmo e dois dedos» (cerca de 25 centímetros); e esta estreiteza nota-se nos desenhos das naus à vela que se vê no *Livro das Armadas*, pelas linhas que indicam as costuras da ligação das tiras que formam as velas.

Em 1377 tinha D. Fernando I ordenado que o fabrico do pano de *Treu* fosse vigiado.

No tempo de D. Afonso Henriques (1139-1185) os tecelões dos teares caseiros para lã, produziam a *biffa*, a *almáfega* árabe, e o *burel*; e no tempo de D. Afonso II, seu neto, (1211-1220), fabricava-se tecidos de linho, e também de lã, para vestuário (2).

(1) «Décadas da Ásia», por João de Barros; (Década 2.ª, L.º VI, cap. I, pág. 11 — Década III, L.º 4, cap. VI, págs. 309e 458).

(2) «A evolução da indústria portuguesa», por J. Oliveira Simões, in «Notas sobre Portugal».

Treu é o nome francês de uma vela quadrangular das naus. Actualmente a largura do tecido (lona) destinado ao velame de embarcações é de 77 centímetros pela Pauta de importação de 1929. Os arrais das *muletas* do Seixal e do Barreiro que pescavam ao largo da baía de Cascais, compravam nesta vila pano de *Treu* para concertar o velame.

A venda de pano de *Treu* para o estrangeiro, assim como o tabuado para navios, foi proibida pelo título 114, L.º V, das «Ordenações» publicadas em 1603, sob pena de perda de todos os bens dos delinquentes.

Como nem todos os navios componentes das antigas expedições eram sempre do mesmo tamanho, nem tinham áreas iguais da superfície do velame, navegavam uns mais velozmente do que outros, tornando-se preciso ordenar manobras para que não se perdessem de vista, e se mantivessem em *conserva*, isto é, juntos seguindo a mesma derrota, ou seja, em *comboio*, como se diz hoje.

As ordens para essas manobras eram transmitidas por *sinais* indicados nos *Regimentos* entregues pelos monarcas aos Capitães-mores das armadas, e continham também outras disposições relativas às escalas da viagem, à disciplina, e ao cerimonial para cada hierarquia, etc.

Diz-se no Regimento de 1512, dado por D. Manuel I a Simão da Silveira quando o mandou a Manicongo (Rio Zaire), o seguinte:

«Avisarees os ditos capitães e pillotos, que levarem o cáreguo principall dos navios da vosa conserva, que sempre sigam o voso *foroll*, e nunca de vos se apartem, neem vos perquam», etc.

Todas as naus usavam à popa um *farol*, e às vezes dois ou *três*. Era o primeiro *sinal* para de noite; e os *tiros* eram sinais mais eficazes para de dia, de noite, e sob nevoeiro.

Da nau *capitana* (capitania) disparava-se um tiro, para os outros navios a seguirem.

Para virar de bordo: 2 tiros da capitana; 2 tiros de resposta de cada navio. Depois de todos responderem, podiam virar.

Para tirar *moneta* (vela pequena), disparava a *capitana* 3 tiros; e para amainar, 4 tiros. No caso de todos os navios amainarem, só largariam pano quando da *capitana* fossem disparados 3 tiros.

Quando algum navio precisava diminuir pano por força do tempo, devia fazer 6 *fogos* (fuzis?) na popa, e disparar alguns tiros de bombardar.

O navio que pedia socorro por desarvoramento disparava muitos tiros, sendo possível.

Estas regras primitivas para se corresponderem de navio para navio de *linha*, ou para os de comércio, foram evoluindo; e em 1655 foram condensadas num só *Regimento* pelo Capitão-General Francisco de Brito Freire, da Armada do Comércio e Frotas do Brasil (2).

Eis o *resumo* de algumas das determinações do mencionado *Regimento*:

Os navios deviam navegar de «conserva» de dia e de noite, entre as bandeiras e faróis da Almiranta e Capitana. Um tiro de peça era o sinal para levantar ferro. Nenhum navio devia passar adiante da Capitana. Fazendo nevoeiro expesso, tocavam tambores e disparavam moquetes de tempos a tempos. Se a Capitana queria virar de bordo, disparava um tiro de peça; e se queria, de dia, falar aos outros navios, largava por sotavento uma flamula no lais da verga grande, disparava um tiro de peça, e punha-se à capa. Os navios tinham pequenas embarcações para serviço, a que chamavam *chaluças*. Ao pôr do Sol apagavam-se os fogões.

Eram proibidas as algazaras dos marinheiros, porque muitas vezes os oficiais não podiam ser ouvidos quando era necessário acudir a diferentes manobras, ao mesmo tempo (4).

Para *de noite os sinais usados* eram variados, e consistiam em combinar os tiros com faróis. Estes sinais serviam para a navegação com bom tempo, ou sob temporal.

(2) (Na pág. 53 da «Viage da armada da Companhia do comércio e frotas do Estado do Brasil, a cargo do general Francisco de Brito Freire — ano 1655». Anexada ao volume da «Nova Lusitania. História brasílica» — 1675 — pelo mesmo general).

N.º 861 dos *Reservados* da Biblioteca Nacional de Lisboa.

(4) Os contramestres gritavam palavras ou sons, a que chamavam *Salomas*, para os marinheiros puxarem ao mesmo tempo. Por exemplo: «Oh!... leva a riba!», quando içavam velas com vergas.

Assim se a Capitana mandava largar mais pano, acendia 2 farois na popa e um na gávea. Se queria ferrar algum pano, acendia 2 farois na gávea, e um na popa.

Para ficar à capa, disparava uma peça, e acendia o farol da popa e da gávea. Para se pôr a navegar, disparava duas peças e apagava o farol da gávea.

O navio que descobrisse de noite navios estranhos, disparava uma peça e içava e arriava um farol tantas vezes quantas as embarcações avistadas.

Para os capitães reconhecerem, mutuamente, os navios de noite, «faziam fuzis», ou *fuzilavam*, isto é, incendiavam uma pequena porção de pólvora um combinado número de vezes.

Os navios da *conserva* para o Brasil, com mais de 15 peças deviam ter içada a bandeira com as Quinas Reais; e os de menos artilharia, ou sem ela, as bandeiras das cores do Reino: verde e branco.

Com os *Regimentos* das armadas recebiam os Capitães-mores das mãos dos soberanos, com certa solenidade, uma *Bandeira Real* de damasco branco com a cruz de Cristo de setim carmesim (*).

Alguns *Governadores* da Índia, além desta *Bandeira* usavam como *insignia própria* outra de composição diversa. Assim, em 1543, Martim Afonso de Sousa usava uma bandeira de damasco amarelo, com uma cruz de S. Jorge de setim carmesim franjada de ouro e prata; e em 1546 D. João de Castro usava outra de tafetá verde e vermelho em barras, e nela a cruz de S. Jorge a vermelho (*).

Quando hoje lemos as *instruções* que os navegadores quincentistas tinham de observar nas suas longas viagens, e as comparamos com os modernos Códigos internacionais marítimos para comunicações a distância, fazemos uma espantosa ideia daquelas *gentes do mar* que só mais tarde, e à custa da sua coragem e saber, foi organizando mapas e descrevendo as rotas! (*). E mandavam construir navios adequados áquelas grandes viagens. D. Manuel I tinha instituído Missas pelos *Navegantes à Índia*, uma em cada semana, nos 6 mosteiros seguintes:

Penha Longa, em Sintra — Espinheiro, em Évora — S. Marcos, em Coimbra; todos da Ordem de S. Jerónimo; S. Jorge de Riceão, em Lamego, da Ordem de S. João Evangelista; Azeitão e Benfica, da Ordem de S. Domingos (*). Terminaram com a abolição, por efeito do Decreto de 28 de Maio de 1834, de todos os mosteiros.

(*) «Lendas da Índia», por Gaspar Correia, Vol. 2, pág. 828, Vol. 3, págs. 205 e 468.

(*) Idem, Vol. 4, págs. 330 e 552.

(*) Os sinais com bandeiras foram introduzidos na marinha inglesa pelo Duque de York. O Código de sinais do almirante sir Home Popham de 1803 foi adaptado por Frederik Marryat a um Código de sinais para a *marinha mercante*. Este *Regimento de Sinais Marryat*, foi mandado traduzir e publicar pela Associação Commercial do Porto, e mandado adoptar pelo Decreto de 14 de Outubro de 1839, em Portugal.

Em 1866 foi publicado em Inglaterra um *Commercial code of signals* redigido por M. Larkins, traduzido para português por Decreto de 3 de Fevereiro de 1868, e mandado adoptar pelo Decreto de 29 de Dezembro do mesmo ano, mas só ficou em uso desde 1 de Janeiro de 1869.

Por Decreto de 22 de Novembro de 1901 foi adoptado em Portugal o *Código Internacional de Sinais* da iniciativa do *Board of Trade* publicado em Londres em 1899, que foi substituído pelo actual Código, em virtude do disposto no Decreto n.º 25.067, de 21 de Fevereiro de 1935.

No reinado de D. Pedro II tinha sido publicado, em 25 de Janeiro de 1892, o *Regimento das bandeiras que devem trazer os navios de guerra e mercantes*.

(*) *Boletins da Sociedade de Geografia, de Lisboa, de 1897, págs. 700 a 703.*

MANTIMENTOS — AGUADAS

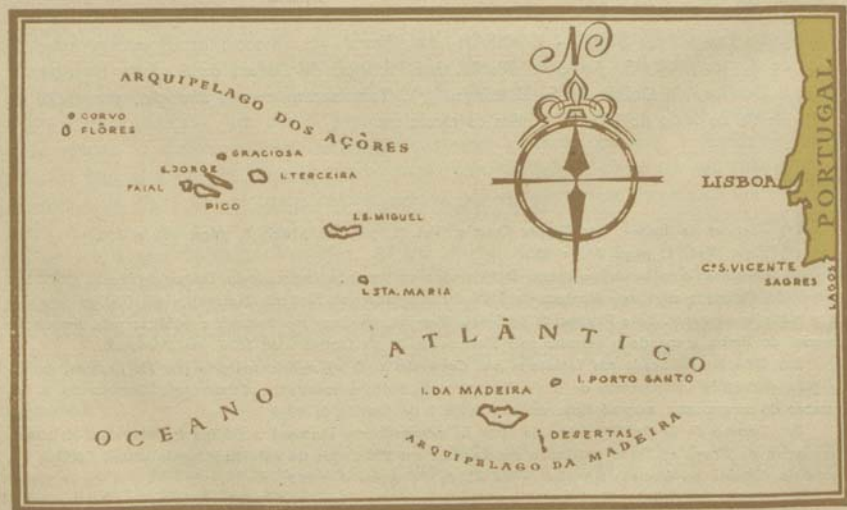
As primeiras embarcações de que se serviram os antigos navegadores portugueses nas suas expedições marítimas para achar terras e ilhas, eram as *caravelas*, tipo recomendado pelo infante D. Henrique, que mais tarde se reconheceu que deveriam ser substituídas por outras embarcações mais apropriadas para viagens longínquas, como as *naus*.

Foi em *caravelas* que João Gonçalo Zarco e Tristão Vaz Teixeira descobriram em 1418 a ilha de *Porto Santo* (que alguns autores dizem ter sido por Bartolomeu Perestrelo); e em 1419 a ilha da *Madeira*, que eram desabitadas.

Foi também em uma *caravela* que Gil Eanes ultrapassou o Cabo Bojador, em 1484, que ficava ao sul do Cabo Não, e este, anteriormente, era o limite da navegação dos europeus.

E em 1482 tinha Frei Gonçalo Velho Cabral descoberto, por instância do infante D. Henrique, a ilha de *Santa Maria*, a mais oriental do arquipélago dos *Açores*, onde encheu vasilhas com *água* de fontes e ribeiras, e recolheu ramos de plantas, que trouxe no regresso para mostrar ao «Inclito» Infante (página 8, § 2, do L.º III das «Saudades da Terra», pelo Dr. Gaspar Frutuoso).

O mesmo navegador voltou doze anos depois e descobriu (1444) a ilha de *S. Miguel*. Não há indicações certas de quem seriam os descobridores, nem das datas, das sete restantes ilhas *desabitadas* do arquipélago dos *Açores*.



Ignora-se também o número de dias de cada viagem, para se avaliar a quantidade de mantimentos e água que seriam necessários. Nas ilhas a água era abundante, e permitiu que lá descarregassem vacas, ovelhas, cabras, coelhos e aves domésticas para os futuros ocupantes terem comestíveis.

Geralmente pensava-se que as embarcações utilizadas nas primeiras expedições marítimas portuguesas para achar terras e ilhas, *depois que foi ultrapassado o Cabo Bojador*, eram navios de alto bordo. Não. Eram de capacidade não superior a 120 *toneis* (*) como o galeão de guerra *S. Gabriel*, da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia realizada nove anos e meio depois da viagem de Bartolomeu Dias em uma caravela de 50 *toneis* até ao Rio do Infante. Em comparação com as naus que depois viajavam para comerciar na Índia, eram umas verdadeiras *casacas de nozes!*

Nelas viviam as tripulações nas suas morosas viagens, alimentando-se com os víveres que transportavam, ou que eram transportados em caravelas e navetas como reserva, que as acompanhavam. E quantas vezes eram forçados, pela escassez, a diminuir as rações quando alguns dos víveres se estragavam, ou o vinho e água se derramavam para o fundo do porão porque o vasilhame rebentava com os balanços dos navios em mar agitado! E quantos dias não era possível acender lume para cozinhar por falta de lenha, ou porque algum vendaval não permitia sem perigo das brasas do fogão se espalharem, e ocasionarem algum incêndio! Porque o *fogão*, naqueles tempos, seria uma caixa grande cheia de terra barrenta, ou arenosa, sobre a qual se fazia lume de lenha para cozer a comida em caldeiros de cobre estanhado interiormente, ou de ferro fundido, suspensos sobre o fogo por três hastes de ferro. Pelos *Regimentos* dados aos Capitães-mores devia haver a bordo das naus *Vigias do fogo*, que eram os homens encarregados de vigiar de dia e de noite qualquer começo de incêndio, que seria muito perigoso por serem os navios alcatroados no interior e embreados nos costados, e transportarem pólvora para a artilharia.

Os navegadores quinhentistas serviam-se das chispas candentes do *fusil* e pederneira, para obter o *fogo* necessário para cozinhar, ou para acender os morrões para disparar artilharia. A «Memorável Relação da perda da nao Conceição que os turcos queimaram à vista da barra de Lisboa», por Joam Carvalho Mascarenhas, lá o cita quando na ilha de Santa Helena fazendo aguada, faltou ao embarque um padre que ali queria ficar; e como não o encontrassem no princípio da procura, deixavam-lhe alguns mantimentos, linha para pescar, e *fusil*, etc. Por fim lá o viram e levaram-no quase à força para bordo.

Não eram muito variados os *mantimentos* que os antigos navios portugueses levavam para consumo das tripulações e passageiros, nas suas viagens à Índia, ou no regresso a Portugal, e também para os portos escalonados ao longo da nova rota marítima que os portugueses descobriram; mas eram em *quantidades* grandes tendo em vista que só a tripulação de uma nau de *carreira* para a Índia era, em média, de 130 pessoas, e que uma viagem de ida e volta durava

(*) O *Tonel* (antiga medida de arqueação dos navios), era um pouco maior que a *Tonelada* (métrica), pois 10 *Toneis* faziam 12 *Toneladas*.

Portanto, o *Tonel* seria equivalente a 1^m2,200.

A *Tonelada de arqueação* em vigor para a medição da capacidade dos navios equivale a 2^m2,820. «Nuevo Dicionário de la Lengua Castellana», por Vicente Salvá — 1854.

Decreto n.º 9.002, de 5/7/924 (artigo 12.º), e Decreto n.º 11.022, de 9/2/925 (nota ou dado histórico n.º 2).

A maior nau que em 1509 viajava para a Índia era de 400 *tonéis*. («Dic.º da Língua Portuguesa», por António Moraes Silva, *Tonel*).

cerca de um ano e meio. Além das tripulações, era preciso contar com os *homens d'armas*, com os funcionários passageiros, e com as pessoas da Nobreza que iam à ventura também como passageiros.

Os seguintes apontamentos facilitam a apreciação do que seria o *movimento* causado pela preparação destas longínquas viagens ⁽¹⁰⁾.

Em 12 de Dezembro de 1481 largou de Lisboa a armada de Diogo de Azambuja composta de dez caravelas e duas urcas, com 600 homens e *mantimentos* para dois meses de viagem até à costa da Mina, onde iam construir a fortaleza de S. Jorge. Chegou ao seu destino (em 20 de Janeiro do ano seguinte) com 40 dias de viagem.

Em 25 de Março de 1505 safu de Lisboa para a Índia o 1.º Vice-Rei, D. Francisco de Almeida, comandando 22 navios (naus e caravelas) que, além das tripulações, levavam 83 passageiros e 1.500 *homens de armas*, obrigados a servir por três anos na Índia, recebendo 800 reais de soldo por mês, 400 reais de comedorias quando estivessem em terra, porque a bordo comiam à custa do Rei ⁽¹¹⁾.

Em 1506 safu de Lisboa outra armada de 14 navios comandados por Tristão da Cunha, que tinham a bordo 1.800 homens além dos capitães.

Em 1530 saíram mais 6 naus, que, além da tripulação, levavam 86 fidalgos, escudeiros e cavaleiros.

Em 1532 mais 5 naus com 55 fidalgos e homens d'armas, como passageiros.

Em 1538 uma armada de 13 naus do Capitão-mor, Vice-Rei, D. Garcia de Noronha, levou como passageiros 184 fidalgos, escudeiros, etc.

A armada de Pedro Álvares Cabral que safu do Brasil com 13 navios em 22 de Maio de 1500 chegou a Calecut com 9 navios (4 naufragaram) em 13 de Setembro do mesmo ano. Durou, portanto, a viagem, com escalas, 4 meses e 22 dias.

Imagine-se agora a responsabilidade de alimentar regularmente tanta gente, e até os *caballos* que alguns navios transportavam para servirem em terra ⁽¹²⁾!

Pelas recomendações dos *Regimentos* dados em 1507 a Fernão Soares, e em 13 de Fevereiro de 1508 a Diogo Lopes de Sequeira, sabemos que em cada navio havia um *encarregado dos mantimentos* que no fim de cada mês daria balanço ao que existia, a fim do capitão providenciar no caso de escassez. Aos paíóis dos *mantimentos* ninguém ia sem ordem do capitão, nem com lanternas acesas.

Alguns paíóis tinham duas chaves: uma na mão do capitão, e outra em poder do *fiel dos géneros, almoxarife*, ou *despenseiro*. Eram precauções necessárias...

(10) «Ementa da Casa da Índia» publicada nos Boletins da Sociedade de Geografia de Lisboa, de Julho de 1907 até Janeiro de 1908.

(11) «Ásia», Década I, L.º VIII, cap. III, do Tomo I, págs. 193 e 194, por João de Barros.

(12) Afonso Gonçalves Baldaya que saiu de Lagos em 1436 num varínel, com ordem do Infante D. Henrique para capturar alguns homens ao sul da Angra dos Ruivos a fim de obter informações, levou dois cavalos a bordo que desembarcaram num ponto da costa a que pôs o nome de *Angra dos Cavalos*.

(«Viagens e descobrimentos marítimos dos portugueses», pág. 18, por V. d'Almeida d'Eça).

Simão da Silveira quando foi ao Rio Manicongo (Zaire), também levou cavalos, conforme se vê no «Regimento» que lhe deu D. Manuel em 1512. (Alguns do cumentons na Torre do Tombo», págs. 280 e 284).

Dos quatro navios que naufragaram nas alturas das 3 pequenas ilhas de *Tristão da Cunha* a oeste do Cabo Tormentoso, debaixo de um grande temporal em Domingo 24 de Maio de 1500, um era o que Bartolomeu Dias comandava e que lá pereceu afogado.

Cada tripulante, em 1507 e 1508, recebia de manhã 3 quartilhos de Vinho tinto, [12 decilitros] por economia, para gastar como quisesse, embora tivesse direito a uma canada por dia, [litro e meio]. Este produto servia não só para alimentar os viajantes, como também para obsequiar as pessoas de certa categoria que entravam a bordo dos navios para fins comerciais, ou de amabilidade.

Quando Vasco da Gama na sua primeira viagem em 8 de Julho de 1497 chegou à ilha de Moçambique, obsequiou a bordo o Regedor *mouro* desta ilha, e de Sofala e Quiloa, com vinho e outros presentes, conforme descreveu Luís de Camões nos «Lusiadas», na estância LXI do Canto I:

Recebe o capitão alegremente
O Mouro, e toda a sua companhia;
Dá-lhe de ricas peças um presente,
Que só para este efeito já trazia;
Dá-lhe conserva doce, e dá-lhe o *ardente*
Não usado licor, que dá alegria.
Tudo o Mouro contente bem recebe,
E muito mais come e bebe.

Também na estância LXXV do Canto VII Camões diz:

Dos espumantes vasos se derrama
O licor, que Noé mostrara à gente,
Mas comer o gentio não pretende,
Que a seita que seguia lh'o defende.

Tendo um dos obsequiados mouros bebido vinho, e os outros não, parece ter havido contradição no que escreveu o poeta, por ser crença geral que os mouros não bebem álcool. Mas não há contradição alguma, porque o 4.º *Surate* (versículo 144) do «*Alkoran*» diz:

«Oh, crentes! abstei-vos de licores capitosos todas as vezes que eles não vos são necessários; não bebei vinho senão quando a vossa saúde necessite, e que seja sem abuso» (13).

Estava aqui indicada a *Desculpa* para os provadores...

Outra substância alimentícia muito conveniente para viagens marítimas, era o *Biscoito* de farinha de trigo; e quanto mais demorada fosse a viagem, tanto mais o *Biscoito* devia ser bem cozido no forno (14).

Em 1489 a ração de *Biscoito* por cada tripulante era de 28 arratéis por mês.

El-Rei D. Manuel mandou, em 15 de Abril de 1501, entregar a Gaspar Corte Real o *Biscoito* produzido por 10 moios (8.280 litros) de trigo, fabricado nos fornos da Porta da Cruz (15).

(13) «Alkoran» (tradução francesa, por Fatma Zaida, pág. 62) na Biblioteca do Museu de Castro Guimarães.

(14) Biscouto = bis + copto = cozido 2 vezes.

«Pão do mar», ou «Pão nautico». (Vocabulário de R. Bluteau).

(15) «Alguns documentos na Torre do Tombo», pág. 125.

Os fornos de El-Rei que fabricavam o *Biscoito* para as Armadas, eram coisas dignas de ver-se (16).

Para substituir na Índia o *Biscoito*, fazia-se uma massa de *Sagú*, que é o miolo de uma árvore parecida com a palmeira vulgar, e que podia conservar-se até 20 anos (17)!

Os Queijos eram o melhor *conducto* que se podia conservar a bordo (18), e por isso foram comprados 2.646 queijos do Alentejo por 90.000 reais, para a armada de Vasco da Gama (19), o qual, deixando Calecut em 29 de Agosto de 1498, foi na ilha de Anjadiva, durante o abastecimento de água, visitado por um mouro (espião) que lhe pediu um queijo para mandar a um companheiro que teve medo de vir com ele, e para que soubesse que ele estava vivo...

Vasco da Gama deu-lhe o queijo, e *dois pães moles*, como consta da «História do descobrimento e conquista da Índia», por F. Lopes de Castanheda, L.º 1.º, cap. XXVI, pág. 66, edição de Coimbra.

A medida que ia aproximando-se do termo da sua primeira viagem à Índia, as comedorias iam melhorando com alimentos frescos oferecidos pelos indígenas, ou comprados por troca de mercadorias. Principalmente, recebiam ovos, cocos, leite, laranjas, cidrões, canas de açúcar, abóboras, carneiros, porcos, vacas, galinhas, peixe fresco, etc.

De bordo das naus também pescavam, em viagem, para seu abastecimento (20).

Entre os *mantimentos* dos navios avultavam, à ida, além da água e vinho, o toucinho, o arroz, queijo, azeite, vinagre, feijão, grão de bico, figos, amêndoas, sal, mel, passas de uva, cebolas, alhos, farinha, etc.; e no regresso traziam *avelã*, (arroz levemente torrado para não se estragar), cocos frescos, manteiga, mel, peixe seco, açúcar, *moxama* (lombo dos *bonitos*), etc.

Para que as naus trouxessem o máximo de carga da Índia, ordenava-se que arrumassem na coberta a água e todos os *mantimentos* que não sofressem dano (21).

Para destruir os animais roedores, e insectos que estragavam os cascos dos navios, velame, carga e *mantimentos*, alagavam-se os navios junto às praias, ou enchiam-nos de fumo de enxofre ou de alcatrão (22).

Os navegadores portugueses que em 1541 penetravam na parte setentrional do Mar Roxo, encontravam no porto de Alcocer na costa da África, abundantes comestíveis para consumo do pessoal marítimo, que os mercadores mouros traziam da cidade de Ryfa, junto do rio Nilo, para negociar. Vendiam trigo, mel, amêndoas, manteiga, grão de bico, figos secos, passas de uva.

(16) «Grandezas de Lisboa», por frei Nicolau de Oliveira.

(17) «António Galvão, o Apóstolo das Molucas», pelo capitão-de-mar-e-guerra Joaquim Costa, págs. 48 e 89.

(18) «Conducto» é tudo o que se ingere conjuntamente com o pão vulgar, ou com *Biscoito*.

(19) «Archivo Histórico Portuguez», Vol. II, pág. 439.

Anjadiva ou *Angediva*, é corrupção portuguesa de *Anchediva*, que em língua malabar significa 5 ilhas (tem próximo mais 4 pequenas ilhas). Fica a 14 léguas ao sul da ilha Goa.

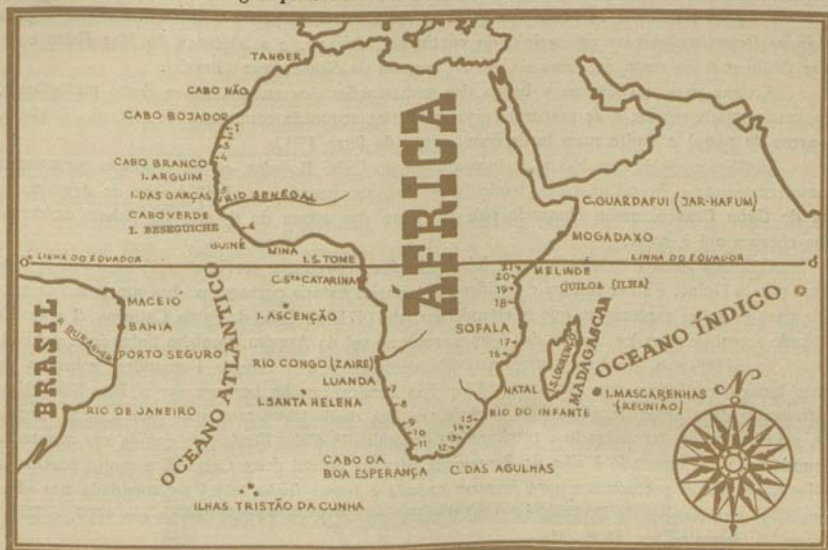
(Hist. do descobrimento e conquista da Índia», por Fernão Lopes de Castanheda, edição de Coimbra, L.º 1, cap. XXVI, págs. 64, 65 e 66.

(20) Carta de Duarte Lemos a El-Rei D. Manuel, de 30-9-1508, in «Alguns documentos na Torre do Tombo», pág. 199.

(21) «Regimento» de 1507, de Fernão Soares, in idem, pág. 171.

(22) «Alagação e Fumaças», por Manuel Sousa Ferreira, in Tomo VI, parte I, das «Memórias de Histórias», da Academia das Ciências.

farinha, cebolas e alhos em résteas, rosquilhas de pão azimo, azeite, alcaparras, alfarroba, azeitonas grandes conservadas em azeite, cabras, carneiros, galinhas, ádens, patos e pombos (23). Claro que para sustentar estes animais, também se fazia o embarque das forragens necessárias, e era preciso contar com água para eles.



ESQUEMA DA SITUAÇÃO DAS «AGUADAS» EM AFRICA

LEGENDA

- | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>1 — Angra dos riuões, por haver ali muitos peixes deste nome.
 2 — Angra dos cavalos, por terem desembarcado ali cavalos para perseguir indígenas.
 3 — Rio do Ouro.
 4 — Porto do cavaleiro.
 5 — Cabo do resgate.
 6 — Rio frio. A ilha <i>Besequiche</i> é hoje chamada <i>Goré</i>, e em frente fica <i>Rufisque</i>, corrupção de <i>Riofrio</i>.
 7 — Angra dos ilhéus.
 8 — Angra das voltas.
 9 — Aguada da Baía de Santa Helena.
 10 — Aguada de Saldanha.</p> | <p>11 — Cidade do Cabo.
 12 — Angra de S. Brás.
 13 — Angra das vacas.
 14 — Ilhéu da Cruz.
 15 — Ilhéus chãos.
 16 — Rio dos Reis — (Lourenço Marques).
 17 — Rio do cobre — Terra de boa gente — (Inhambane) — Aguada da Boa Paz. Chamado também <i>Rio dos Reis</i>, por ter sido visitado em <i>Dia de Reis</i>.
 18 — Rio dos Bons sinais (rio Zambeze) — Quelimane.
 19 — Ilha de Moçambique.
 20 — Ilha de Zanzibar.
 21 — Mombaça.</p> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

A água era o mantimento mais importante, e indispensável, que exigia o maior cuidado para as quantidades embarcadas não escassearem antes de se poder atingir um porto previamente escolhido para o reabastecimento (24). A lenha era outro produto de que se cuidava a par da água.

Os primeiros navegadores portugueses quando iam avançando para o Sul nas suas explorações geográficas, tomavam conhecimento da existência de boa água nos diferentes portos onde fun-

(23) «Lendas da Índia», Vol. IV, pág. 186, por Gaspar Correia.

(24) A privação da água e do fogo era, na antiguidade, uma das mais graves punições.

deavam, que depois ficaram conhecidos pela designação de aguadas para servirem os navegadores que lhes sucederam, e onde também havia possibilidade de obterem lenha e alguns comestíveis. Essas *aguadas* prestavam precioso auxílio aos navegadores, aos quais eram indicadas nos «Regimentos» que os Soberanos portugueses lhes mandavam entregar quando partiam para o seu destino.

Faremos referência às *principais* que nas rotas marítimas para o golfo da Guiné e para a Índia foram assinaladas no periplo do continente africano, e a algumas do Mar Roxo e do Mar Árábico, e da costa da *Terra da Vera Cruz*, ou da *Santa Cruz* (Brasil).

A *água* para o consumo a bordo das embarcações dos antigos navegadores portugueses, era transportada em *louça de tanoaria* (pipas e barris) arqueada com varas de castanho flexíveis, («arcos de pau») e muito mais tarde com «arco» de ferro (25).

Desfeito o receio que havia de passar além do Cabo Bojador, os navegadores portugueses foram costeando o litoral africano, tendo Nuno Tristão chegado em 1443 à *ilha de Arguim*, ao sul do *Cabo Branco*, assim chamado pela brancura das areias do deserto do Sahará ocidental que chegam até à costa.

Esta ilha tinha excelente água, e foi a primeira *aguada* que servia os viajantes que se dirigiam para a Guiné, e ali se fundou e fortificou a *primeira feitoria* portuguesa. Era um ponto de partida para as novas explorações que se estenderam, até 1471, ao Cabo de Santa Catarina, 2 graus de latitude ao sul do equador. A *ilha das Garças*, mais ao sul da Arguim, também tinha água potável.

Em 1446 saiu de Lagos uma caravela comandada por Álvaro Fernandes, sobrinho de João Gonçalves Zarco, que navegou até ao Rio Senegal, e lhe pareceu ser o Rio Nilo. Nela carregaram duas pipas de água doce daquele rio, das quais trouxeram uma para Lisboa, depois de, no mesmo ano, ter dobrado o promontório denominado *Cabo Verde* pela cor da sua vegetação abundante, e ter aportado à *ilha de Beseguiche*, situada ao sul deste Cabo. Era muito procurada pelos navegadores portugueses para *fazerem aguada* e tomar *lenha*, e foi recomendada nos «Regimentos» das viagens de D. Francisco de Almeida em 1505, de Fernão Soares em 1507, e Diogo Lopes de Sequeira em 1508 (26).

O navegador Diogo Cam que comandou a expedição organizada em 1484 por ordem de D. João II, para que se continuasse a exploração da costa africana, navegou para o sul do Cabo de Santa Catarina desembarcando em alguns pontos, e teve a felicidade de encontrar o Rio Congo (*Zaire*) onde entrou, e viu que as suas margens eram muito povoadas.

Fez ali *aguada* e carregou *lenha* e comestíveis, trazendo para Lisboa quatro indigenas que no ano seguinte (1485) levou para a localidade onde os tinha recebido. Na margem sul do Rio Congo fez Diogo Cam colocar um *padrão* chamado de *S. Jorge*, e navegando para o sul colocou outro no Cabo Negro chamado de *Santo Agostinho*, e um terceiro no Cabo da *Manga das Areias* (27). É evidente que Diogo Cam teria refresco os seus mantimentos nestes pontos, e feito *aguadas* durante esta segunda viagem.

Em Agosto de 1486 saíram do Tejo duas caravelas de 60 toneis de arqueação cada uma comandadas por Bartolomeu Dias e João Infante, e uma *naveta* transportadora dos mantimentos comandada por Pedro Dias, irmão de Bartolomeu, ficando esta fundeada num porto aguardando

(25) Pelo cap. 15, § 5.º do «Regimento do Paço da Madeira», de 23 de Fevereiro de 1644, a *louça de tanoaria* que se fizesse para as Armadas e Naus do serviço Real não pagava direito algum, e devia ter uma marca a fogo.

(26) «Alguns documentos na Torre do Tombo», págs. 140, 163 e 185.

(27) Em 1699 a melhor água potável que havia na ilha de Luanda era a que se obtinha em covas na areia da ilha de 60 e 90 centímetros de profundidade, mas passados 2 ou 3 dias a água que ficava nas covas tornava-se salgada. («O Panorama», de 1858, pág. 387).

o regresso das duas caravelas, que foram seguindo a costa para o sul, desde o Cabo da Manga das Areias, último ponto aonde tinha chegado Diogo Cam, na sua segunda viagem.

As caravelas fundearam numa baía a que Bartolomeu Dias chamou *Angra dos Ihéus*, onde fez colocar um *padrão*; e seguindo viagem mais para o sul foram ancorar na *Angra das Voltas*, assim chamada por motivo das numerosas bordadas que fizeram naquela paragem. Quando saíram desta última *Angra* depois de fazerem *aguada* e carregarem *lenha* e mantimentos, sobreveiu um forte temporal que obrigou os navios a correr em *arvore seca* para o sul, perdendo-se a vista da terra. Ao fim de 13 dias abançou o temporal, e navegando primeiro para leste, e depois com rumo ao norte, conseguiram *ter vista* da terra a que chamaram *Angra das Vacas*, por haver muito gado vacum pastando naquela região. Continuando a navegar à vista da costa para o norte, chegaram a um ilhéu, que denominaram *Ihéu da Cruz*, entre a *Angra das Vacas* e os *Ihéus Chãos*, e ali encontraram duas fontes de boa água, para se abastecerem à vontade, e descansar da fadiga causada pela tormenta.

Foi neste ponto que as tripulações se manifestaram contra a continuação da viagem, e Bartolomeu Dias e João Infante viram-se obrigados a regressar a Lisboa, depois de navegarem umas 20 léguas para além do *Ihéu da Cruz*, indo descobrir um rio, que chamaram *Rio do Infante*, «por ter sido João Infante o primeiro que ali desembarcou».

Foi no seu regresso que Bartolomeu Dias avistou o *Cabo* que limita a África do Sul, ao qual chamaram *Tormentoso*, depois chamado da *Boa Esperança* por D. João II. Sem desembarcar, magoado pelo insucesso da sua viagem para a Índia, mandou Bartolomeu Dias colocar naquele ponto um *padrão* denominado de *S. Filipe*; e como estes nomes eram, em geral, os correspondentes aos *Santos* dos dias em que se faziam as cerimónias, é natural acreditar que foi no dia 1 de Maio de 1487 que Bartolomeu Dias e seu companheiro João Infante, tocaram no *Cabo Tormentoso*, por ser aquele dia o da festa a *S. Filipe*.



ESQUEMA DA POSIÇÃO DO CABO DA BOA ESPERANÇA
E DO CABO DAS AGULHAS

Depois de bem aprovisionadas as duas caravelas, foram procurar a *naveta*, e fazendo escala pela ilha do Príncipe e S. Jorge da Mina, chegaram a Lisboa em Dezembro de 1487, «com 16 meses e meio de viagem desde o dia da partida».

Nove anos e meio depois da chegada de Bartolomeu Dias ao rio Tejo, largou no dia 8 de Julho de 1497, (Sexta-feira), do porto de Lisboa a esquadra comandada por Vasco da Gama, composta de duas naus artilhadas, de 120 toneis de arqueação, de uma caravela de 100 toneis, e um navio de 200 toneis, que transportava a reserva dos mantimentos.

Destinava-se esta expedição a continuar a viagem de Bartolomeu Dias desde o *Rio do Infante* até ser encontrada a Índia.

A esquadra foi navegando em conjunto até às alturas do arquipélago das Canárias, mas depois dividiu-se por motivo de um denso nevoeiro, e os navios foram juntar-se na Ilha do Sal (arquipélago de Cabo Verde) no dia 23 de Julho de 1497. Seguiram depois para a ilha de S. Tiago, do mesmo arquipélago, onde ancoraram no dia 27 seguinte. Fizeram ali *aguada*, tomaram *lenha*, frutas e outros comestíveis, e prosseguiram a viagem no dia 8 de Agosto.

Esta viagem bastante tormentosa e cheia de contrariedades que não favoreciam a navegação, e sem avistarem terra, durou 3 meses e 5 dias até chegarem em 8 de Novembro de 1497 à *baía*, na costa ocidental da África ao sul da *Angra das Voltas*, a que chamaram de *Santa Helena*, onde permaneceram 8 dias limpando os navios, concertando o velame e aparelhos.

Com os balanços que as tempestades imprimiam aos navios partiram-se algumas pipas da água, já escassa e que só poderam obter naquela baía, e por isso ficou sendo conhecida pela *Aguada de Santa Helena*, descoberta por Vasco da Gama nesta sua *primeira* viagem para a Índia, porque Bartolomeu Dias não a descobriu, apesar de ficar a pouca distância da *Angra das Voltas*, porque um temporal o fez navegar para o sul sem terra à vista, como já ficou escrito. No seu regresso a Lisboa, também Bartolomeu Dias não teve conhecimento daquela *Aguada* porque largando do *Cabo das Tormentas* já bem aprovisionado, fez rumo à ilha do Príncipe, no golfeão da Guiné.

Quando António de Saldanha saiu de Lisboa em 14 de Abril de 1503, comandando uma expedição de três naus para a Índia, encontrou ao sul da *Aguada de Santa Helena*, uma ilha a 12 milhas a oeste do *Cabo*, já chamado da *Boa Esperança*, onde se abasteceram de água, e ficou sendo conhecida pela *Aguada de Saldanha*.

A armada de Vasco da Gama, já aprovisionada, saiu de *Santa Helena* (na costa ocidental africana) no dia 16 de Novembro de 1497, dobrou quele *Cabo*, com bom tempo, em 22 do mesmo mês, e três dias depois entrou na *Baía*, ou *Angra de S. Braz* descoberta por Bartolomeu Dias, para *fazer aguada* ⁽²⁴⁾.

Vasco da Gama mandou então erguer naquela paragem o seu primeiro *padrão*, e ordenou que fosse desmanchado, por incapaz, o navio que levava os mantimentos de reserva, que foram repartidos pelas duas naus e pela caravela. A *Angra de S. Braz*, hoje, sob o domínio inglês, chama-se *Mussel bay* (Baía do mexilhão).

Quando em 8 de Dezembro de 1497 saiu da *Angra de S. Braz* a armada de Vasco da Gama, foi alcançada por violento temporal; e correndo para o norte passaram à vista dos *Ilheus*

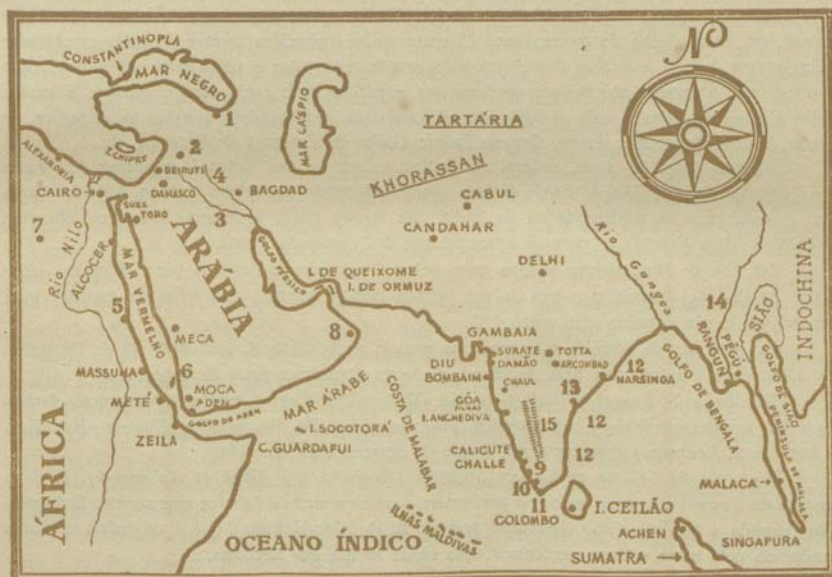
(24) A falta de água e de alimentos, vitaminados, em bom estado causava a inchação e apodrecimento das gengivas dos tripulantes fazendo cair-lhes os dentes. Lavavam, então a boca com a própria urina recente, como aconselhava o capitão-mor, e ficavam curados.

(Pág. 31 do Vol. I, das «Lendas da Índia», por Gaspar Correia).

Chãos e do Rio do Infante, já conhecidos, e daqui por diante, que era o começo da rota marítima que pertenceu a Vasco da Gama até à Índia, avistaram em 25 de Dezembro de 1497 (Dia de Natal) uma costa a que ele poz o nome de *Costa do Natal*.

Já começava a faltar a água para beber, e a que ainda havia era racionada a um quarto de litro por dia e por pessoa. Os alimentos eram cozidos com água do mar.

Em 10 de Janeiro de 1498 chegou Vasco da Gama com a sua armada ao *Rio do Cobre*, na terra que denominou de *Boa Gente* (Inhambane); onde fez *aguada* e permaneceu 5 dias; e por terem sido tratados familiarmente pelos naturais daquele ponto, lhe puseram o nome de *Aguada da Boa Paz*. Em 15 do citado mês continuou Vasco da Gama e seus companheiros, a viagem para o norte, indo ancorar no *Rio dos Bons Sinais* (Zambeze) (Quelimane) no dia 26 seguinte, estacionando ali 33 dias para concertar os desarranjos dos navios. Durante esta demora obteve boas notícias para o prosseguimento da viagem, e mandou colocar o segundo *padrão* chamado de *São Rafael*, como lembrança da nau do mesmo nome, comandada pelo seu irmão Paulo da Gama.



ÍNDIA — Aguadas

- | | | |
|-------------------|-----------------|---------------------------|
| 1 — Trebizonda. | 6 — I. Camarão. | 11 — Cabo Comorim. |
| 2 — Alepo. | 7 — Byia. | 12 — Costa de Caramandel. |
| 3 — Rio Eufrates. | 8 — Mascate. | 13 — Mizulpatan. |
| 4 — Rio Tigre. | 9 — Cochim. | 14 — Inaonaddy. |
| 5 — Suaquem. | 10 — Goulio. | 15 — Montes Gathes. |

O terceiro *padrão* foi colocado no porto de Melinde, aonde Vasco da Gama chegou no dia 9 de Abril de 1498, com 42 dias de viagem desde o *Rio dos Bons Sinais*, incluindo os das pequenas demoras na ilha de Moçambique e no porto e Mombaça, cujas populações, e seus chefes, não foram sinceros para os portugueses, que escaparam das armadilhas que lhes haviam preparado.

25

ERRATAS

No Mapa de páginas 25, deve ler-se: 7 — Ryfa.

12 — Costa de Coramandel. 14 — Rio Inaonaddy.

O régulo de Melinde indicou então a Vasco da Gama o piloto árabe da sua confiança, chamado Almed Ben Madjid ⁽²⁹⁾ para o guiar até Calecut. Quinze dias depois da chegada a Melinde, isto é, no dia 24 de Abril de 1498, abastecida de água e outros mantimentos, safu a armada de Vasco da Gama com rumo à Índia, tendo cruzado a linha do equador no Oceano Indico no dia 30 do mesmo mês, ou sejam 9 meses desde que tinha cruzado a mesma linha no Atlântico. Em 17 de Maio foram avistadas, à distância de oito léguas, as montanhas da Índia; e 3 dias depois (Domingo 20 de Maio de 1498) ancorava a armada em Capocate perto de Calecut, tendo Vasco da Gama desembarcado no dia 28! Estava concluída a grande empresa que naquela época assombrou o Mundo, e ainda hoje é admirada profundamente!

Ao fim de três meses Vasco da Gama deixou Calecut (29 de Agosto de 1498) depois de vencer a oposição originada por intrigas dos que viam os seus interesses ameaçados pelo bom resultado daquela longa viagem, e iniciou o seu regresso à Pátria, onde chegou em 29 de Agosto de 1499, segundo as melhores investigações de eruditos historiadores. O outro navio, que restava da primitiva armada, do comando de Nicolau Coelho, chegou porém, a Lisboa antecipadamente, em 10 de Julho do mesmo ano. Já eram então conhecidas muitas *Aguadas* escalonadas pelos portos da *rota marítima* descoberta pelo grande navegador e pelos seus antecessores, que facilitavam o abastecimento dos navegadores que seguiriam mais tarde para o Oriente. E muitos deles ainda descobriram mais algumas quando andavam explorando em todas as direcções, as costas do Mar Roxo, Mar Árabe, Oceano Indico, Golfos de Ormuz e de Bengala, etc.

Quando João da Nova, natural da Galiza ao serviço de Portugal, regressava da Índia em 1502 descobriu a *ilha de Santa Helena*, que ficou sendo, em pleno Oceano Atlântico, uma útil *aguada* para os navios vindos da Índia que faziam rumo a noroeste, quando dobravam o Cabo da Boa Esperança, para se aproximarem das costas do Brasil.

Na ilha de Moçambique a água para beber é captada no Inverno para cisternas, assim como na ilha de Zamzibar, e tem de ser agitada periódicamente com ródos de madeira para ser arejada e não adquirir mau gosto ⁽³⁰⁾.

D. Francisco de Almeida em uma carta para o rei D. Manuel, datada de 10 de Dezembro de 1505, dizia que em uma baía de Mombaça havia abundante água de beber.

Na ilha de S. Lourenço (hoje chamada «Madagascar») os navegadores portugueses faziam *aguada*, e carregavam *lenha* e mantimentos, assim como na ilha *Mascarenhas* (ilha da «Reunião», a leste de S. Lourenço) descoberta por Pedro de Mascarenhas em 1513.

No porto de *Calecea* na ilha de *Socotorá* (chamado hoje *Ghubbet Kallansiyà*), havia a *aguada do Xequé* onde os navegadores portugueses iam abastecer de água os seus navios. É daquela ilha, situada a leste do *Cabo Guardafui* (corrupção de «Jar-Hafum») que é originária a planta conhecida pelo nome «Aloes socotorino», que ainda se usa em Medicina.

⁽²⁹⁾ Vide «Diário de Notícias», de Lisboa do dia 12 de Setembro de 1948. Outros autores dizem que o piloto árabe se chamava Maleno Canaca, mas parece ser corrupção de *Muallim* (piloto) e *Kanaha* (astrólogo).

⁽³⁰⁾ «Um meio bem simples de conservar as águas mui puras, quer nas viagens compridas, quer nos toneis das embarcações e nas cisternas, consiste em juntar à água três arrateis de óxido negro de manganéz em pó, e em mecher a mistura; a água perde depois desta adição todo o mau gosto, e pode conservar-se indefinidamente».

(De «O Panorama», de 1838, pág. 215).

Já dentro do *Mar Roxo* (conhecido actualmente por «Mar Vermelho»), encontraram os portugueses em 1541 boa água no porto de *Meté*, que fica ao sul da ilha de *Massúdh*, na costa africana. Esta ilha tinha outrora 49 cisternas cheias de água da chuva, fechadas à chave, para quando houvesse necessidade.

Naquele clima tórrido a água tem grande importância para a vida dos habitantes e dos animais que possuem.

Na ilha de *Suaquem*, no Mar Roxo, [ou Bahar Queyuzum (mar encerrado) dos mouros] não havia água nascente, mas havia cisternas e vinha muita trazida da terra firme africana.

Quando Estêvão da Gama entrou no *Mar Roxo* em 1541, encontrou a 10 léguas de *Suaquem* uma ribeira seca, e mandando cavar o leito fizeram muitos poços, encontrando água muito boa.

Puzeram-lhe o nome de *Aguada dos 100 poços*.

Em Domingo de Ramos (a 10 de Abril de 1541) chegou o mesmo navegador a um *Cabo* que chamou de *Ramos* (a 23° e meio de lat. N.), naquele *Mar*; e no dia 13 de mesmo mês encontrou ao norte deste *Cabo* um ilhéu, próximo de Alcocer onde *fez aguada*, que ficou com o nome de *Aguada do Desafio* porque ali se bateram à espada dois soldados, e como um era canhoto passou de repente a espada para a mão esquerda e deixou o adversário gravemente ferido. Deste ilhéu por diante começava, naquele tempo, o território do Egipto.

Próximo da costa da Arábia, no *Mar Roxo*, está situada, a cerca de 15° de lat. N., a ilha de *Camarang* com muita água boa para se beber, e onde os navegantes iam fornecer-se de uvas, romãs, pécegos, tâmaras, marmelos e galinhas. Havia também muitas vacas e cabras ⁽³¹⁾.

A ilha de *Ormuz* e a *cidade* do mesmo nome, à entrada do *Golfo Pérsico*, onde desaguardam os Rios Tigre e Eufrates, não tinham água potável. Vinha em barcos da ilha de *Queyxome*, a 3 léguas ao norte de *Ormuz*. Esta ilha de *Ormuz* esteve sob o domínio português 108 anos (1514-1622).

Os treze navios da armada de Pedro Álvares Cabral, que saíram de Lisboa no dia 9 de Março de 1500, aportaram, com 46 dias de viagem, em *Porto Seguro*, na *Terra de Santa Cruz* (Brasil), no dia 25 de Abril do mesmo ano; e antes de seguirem viagem para a Índia *fizeram aguada* e tomaram *lenha*, que os indígenas ajudaram a carregar.

Naquelas paragens não viram bois, nem vacas, cabras, ovelhas e galinhas. (Carta de Pero Vaz de Caminha, natural do Porto, para D. Manuel I, datada de «Porto Seguro, na ilha da Vera Cruz» (sic), em 1 de Maio de 1500), na foz do rio Buranhen.

Um pouco ao sul de Maceió, próximo da barra do rio S. Miguel, no Brasil, encontrava-se a *Aguada de S. Miguel*.

Certamente outras teriam sido encontradas pelos navegadores à medida que singravam para o sul em procura de novos portos.

Referi-me neste estudo aos *mantimentos* e à *água* para consumo a bordo dos navios na época dos *descobrimientos* cingindo-me ao título que lhe apliquei.

Mas não ignoro as privações a que resistiram muitos valorosos portugueses quando cercados nas fortalezas por eles construídas em várias regiões.

(31) Carta de Afonso de Albuquerque a D. Manuel, datada de 4 de Dezembro de 1513.

No Canto I, estância I, dos «Lusíadas», disse Luís de Camões:

As armas e os barões assinalados,
Que da Occidental praia Lusitana,
Por mares nunca d'antes navegados,
Passaram inda além da Taprobana!

.....
.....

Nestes três últimos versos definiu Camões admiravelmente a *rota marítima para a Índia* ⁽³²⁾. «O Império lusitano *no Oriente* chegou a ser formado por 8.000 léguas de senhorio; 29 cidades capitais de províncias, além de outras não importantes; e 33 Reinos tributários». (Do jesuíta Manuel Godinho. Numeros citados na página 39 de «O Panorama», de 1840).

Foram 108 os principais rios que os portugueses encontraram na costa oriental africana e nas costas da Índia.

João da Cruz Viegas.



(32) «Taprobana», é a ilha de Ceilão.

No ano 570, antes da Era de Cristo, faleceu o rei Bindusara, da Índia, sucedendo-lhe seu filho Asoka. Nesse tempo aquela ilha chamava-se *Tambapanni*. Também se chamou *Tamraparna*, donde os gregos fizeram *Taprobana*.

Quando foi conquistada pelos chineses foi chamada *Cilão*, que significa «Perdição dos chins», por terem ali perdido 80 barcos.

Os portugueses chamaram-na *Ceilão*, nome que perdurou até hoje. («Vocabulário latino-português» do padre Rafael Bluteau, Vol. II, pág. 28).

A ilha de *Ceilão* foi descoberta em 1507 por D. Lourenço d'Almeida, filho do Vice-Rei D. Francisco d'Almeida, e ali estiveram estabelecidos os portugueses 151 anos.



OS CAFÉS DA LISBOA ROMÂNTICA

Os últimos ecos da Maria da Fonte não se tinham extinto ainda. Cabral, na presidência do Ministério, substituiu o duque de Saldanha. Nas Cortes travava-se duelo veemente entre Lavradio e o Conde de Tomar. Pontificavam Loulé, Sá da Bandeira, Passos Manuel, Rodrigues Sampaio.

No Parlamento José Estêvão fazia-se ouvir nos seus primeiros e magistras discursos ao mesmo tempo que Garrett e Herculano assinavam o protesto contra a chamada lei das rolhas.

D. Carlos Mascarenhas na chefia da Guarda Municipal e o marquês da Fronteira no Governo Civil estabeleciam a ordem nas ruas. Lisboa socegava alfim. Divertia-se, poetisava.

No Passeio Público, às abas do Rossio, que os técnicos de Pombal delinearam nos campos alagadiços de Valverde, pavoneavam-se os elegantes de então, exibindo o *dernier-cri* das suas casacas espartilhadas, os seus últimos *hauts de forme*.

Os muros pombalinos haviam sido demolidos. Três enormes portas de ferro — mais seguras que a Bastilha, como escrevera Alexandre Herculano — substituíam as decrépitas cancelas.

O Passeio Público perdera o seu ar monástico para se transformar de facto num recinto alegre, espaçoso. Toda a Lisboa ali convergia no deslumbramento das primeiras luzes de gás e dos feéricos fogos de artifício. Era o centro de toda a vida da cidade, a sua sala de visitas, o seu salão de festas.

«Nada mais agradável — escreve Júlio de Castilho — do que um amorável Domingo de Outono, das duas às quatro horas, no Passeio Público. Ao findar a missa da uma hora, lá vinha descendo o Chiado, direito ao Rossio, com um tempo creador, em pleno Setembro ou Outubro, uma infinidade de ranchos, paramentados e alegres, para dar *umas voltas* no Passeio».

Mais tarde, já em pleno período neo-romântico, nova metamorfose transforma a fisionomia do velho jardim. Desaparece o desgracioso tanque com as suas sercias e tristões, rasga-se ampla alameda, aproveitam-se melhor as sombras das copas verdejantes, os recantos acolhedores.

As festas sucediam-se. Ali se exibiam os mais célebres artistas estrangeiros, do famoso cançonetista negro à Spelterine, a sonâmbula que atravessou, de pantalonas e maromba, todo o Passeio numa corda bamba posta à altura de um terceiro andar.

Justino Soares com as suas aulas de dança, de sobrecasaca cinzenta, charuto em comprida boquilha ao canto da boca, atraía ao Passeio toda a Lisboa de palmo e meio. Organizavam-se orfeões infantis, ouviam-se os concertos da *Troupe dos Tyroloeses* e da Orquestra da Associação 24 de Junho.

Era, então já, o jardim burguês da cidade, tristonho e anacrónico — «campo saudoso de repouso e da melancolia» como, mais tarde, em 1881, o ridicularizava Ramalho.

★

Outro centro da cavaqueira lisboeta era o Chiado, ou melhor, o *Marrare do Polimento*. Os cafés, eram, então, a *alma* da cidade, o espelho de toda a sua vida. «Um viajante experimentado e fino — escreve o poeta das *Folhas caídas* e do *Camões* — chega a qualquer parte, entra no café, observa-o, examina-o e tem conhecido o país em que está, o seu governo, as suas leis, os seus costumes, a sua religião».

E assim era o *Marrare* — ponto de reunião dos homens de espírito, de estadistas, de fidalgos, de elegantes... e de párias.

Em redor do austério Herculano, do elegantíssimo Garrett — os mestres — agrupavam-se Andrade Corvo, Palmeirim, Silva Túlio, Rebelo da Silva, João de Lemos, Latino Coelho — a segunda geração do romantismo; Bulhão Pato, na flor dos seus vinte anos, era o benjamim do grupo.

Passos Manuel e José Estêvão conspiravam, discutiam os últimos escândalos do Ministério Costa Cabral.

O Marquês de Niza — *ex-libris* da Lisboa boémia — não faltava no *Marrare* e toda a sua corte de gladiadores destemidos: Jacinto de Sant'Ana e Vasconcelos, José Vaz de Carvalho, o toureiro Celestino Cláudio, o elegante Bernardino Martins da Silva. Do teatro, ali estava sempre João Anastácio Rosa; da pintura: Mestre Anunciação; palacianos: os condes de Carvalhal e de Almeida, o visconde de Asseca, D. João e D. António Meneses.

O Chiado era então, como hoje, a artéria elegante da urbe; e o *Marrare*, o «primeiro parlatório e pasmatório do Chiado», no dizer de um dos seus melhores cronistas.

Zacarias de Aça que, como Tinop, Júlio César Machado, Palmeirim e D. Tomás de Melo, nos legou as mais belas e sugestivas evocações da cidade de então, traça-nos, na sua *Lisboa Moderna*, esta expressiva síntese do café que o napolitano António Marrare instalara no primeiro quartel do século em pleno Chiado: «Era uma espécie de café-clubes frequentado de dia e de

noite por uma sociedade, o *high-life*, que era com certeza a fina flor da nossa aristocracia e da alta burguesia lisbonense. O *Marrare* ficou único na história dos cafés e da cidade de Lisboa. O *grémio literário* matou-o, mas não o substituiu».

Por sua vez, Luís Augusto Palmeirim, outro memorialista da Lisboa romântica, descreve-nos desta forma o decantado botequim: era um «largo corredor, antecedido de uma casa espaçosa, cercada de armários, de onde faziam negaças aos frequentadores milhares de garrafas de vinhos da maior nomeada. Ao fundo do corredor era a sala de bilhar, e mais nada». E mais adiante observa: «Sem a consagração do *Marrare do Polimento* não havia talentos nesta terra, nem artistas que prestassem, nem governos sólidos, nem mulheres bonitas, nem toiradas excepcionais e estas com razão, porque era dali que saíam os mais garbosos cavaleiros, o Vimioso e o Cazusa, os mais intrépidos capinhas, e os mais valentes homens do forçado. Era à porta do *Marrare* que estacionavam os moços de recados mais sabedores dos mistérios femininos, e mais adestrados no seu ofício de corretores de affectos».

Passar junto do *Marrare* era, para muitos, uma temeridade (e, com razão, os pais receosos aconselhavam os filhos a não passarem no Chiado) mas entrar nele era uma honra.

Ali se combinaram as mais célebres pateadas de S. Carlos, se reuniram, para ceias a horas altas da noite, para as esperas de touros, fidalgos e artistas, a Lisboa boémia fadista, a Lisboa das touradas.

Os grandes acontecimentos políticos e literários eclodiam no *Marrare*, como os grandes escândalos da cidade. De uma vez, Miss Júlia Wilson, que nos visitou em 1852 e deu brado pelas suas extravagâncias, jogou, em pleno *café Marrare*, o bilhar, vestida à homem, de sobrecasaca e chapéu à patuleia.

Era assim o *Marrare do Polimento*, o primeiro café de Lisboa, o aristocrático, romântico e constitucional, buliçoso e brigião, botequim do Chiado. Era assim a Lisboa de 1850.



Os cafés assumiam, então, um aspecto não só literário como político. Preparavam-se ali as revoluções, derrubavam-se os Ministérios, festejavam-se as vitórias governamentais. Foi ainda no *Marrare* que se celebrou, em 1851, a Regeneração. Foi no *Marrare* que Passos Manuel fez a sua propaganda maçónica, o que levou, talvez, o hábil diplomata e político conde de Lavradio a afirmar, nesse mesmo ano de 1851, que o país estava sendo governado pelos cafés.



Não existiam já, nesta Lisboa de 1850, o *Nicola* dos ditos espirituosos e da estúrdia de Bocage e de Tolentino; o *Marrare* de S. Carlos onde pontificavam os exaltados da Barili e da Boccabadati; da Lisereaux e da Fleury, da Castellani e da Alboni.

O célebre Botequim das Parras, do José Pedro das Luminárias, boémio e revolucionário — sucessor do Nicola — centro literário onde também se reuniam Bocage, Pato Moniz, Malhão e Bingre, fechara para sempre neste dobrar do século XIX.

Mas já outros os substituíam e outros resistiam ainda, passando de geração em geração, desempenhando na vida da cidade o mesmo papel dos seus irmãos de há um século, e dos que, depois deles, Lisboa viria a frequentar.

Muitos dos que, no começo da centúria, nesse período convulsivo da vida turbulenta da cidade revolucionária, foram palco de desordens sangrentas, testemunhas de lutas e de prisões, de vinganças e de ódios, espectadores dos discursos inflamados dos próceres da *Carta* ou dos entu-

siasmos dos partidários do Senhor D. Miguel — haviam desaparecido também: o *Café do Tiago* (defronte da Calçada do Sacramento); o do *Toscano* (esquina da Rua Serpa Pinto), ponto de reunião de cantores, de músicos, de actores; o do *Baptista* igualmente no chiado; o *Café dos Sete Espelhos*, próximo da Rua dos Fanqueiros, onde se vendia neve e frutas geladas; os populares botequins do *Bosque*, no Rossio, do *Maneta*, ao Socorro, do *Abade*, no Passeio Público, e tantos, tantos outros.

Coevos desta geração romântica de 50 foram ainda o *Café do Grego*, à esquina do Cais do Sodré, assembleia dos mais perigosos revolucionários de então, como, outrora, famigerado clube de propaganda das *ideias francesas*; o *café do Nóbrega*, antecessor do *Aurea Peninsular*, onde, segundo testemunha Sousa Bastos, *se comia muitíssimo bem*; o célebre *café Eléctrico*, da Rua dos Algebibes, com as primeiras campanhas eléctricas, que, então, eram o pasmo do povoluê que as ouvia tocar *sem ninguém lhes mexer*.

O *Martinho da Arcada* — o mais antigo *café* de Lisboa — sucessor da *Casa da Neve*, depois *Casa de Café Italiana* e *Café do Comércio*, fora, também, nesta Lisboa romântica, o botequim melhor frequentado pelo exigente alfacinha. Era uma das duas casas (a outra era a *União* da Rua dos Fanqueiros) onde em Lisboa se comia bem, como o afirma nos *Apointamentos de um folhetinista* Júlio César Machado.



Na Rua do Arco do Bandeira, onde hoje está a sala de jantar do Francfort, existia ainda, e desde os primórdios do século, o *Marrare das sete portas* — um dos quatro *cafés* que, então, o napolitano António Marrare fundou em Lisboa. Vigiado pela Polícia nos primeiros anos de sua existência, conhecidas que eram as ideias francófilas dos seus fregueses, fora, mais tarde, centro preferido pelos partidários do *vinismo*. Nos meados do século, já na posse de Manuel António Peres, o *Manuel Espanhol*, o *Marrare das sete portas* era o primeiro *café* da Baixa. Palmeirim, nos *Excêntricos do meu tempo*, recorda-nos a sua existência como botequim de fama: «jogava-se o bilhar entre artistas, avultavam as apostas, e tomavam o seu *café*, antes do teatro, o Epifânio e o Tasso. À noite ceiava-se a valer, e o Domingos, o gerente da casa, abria crédito aos janotas que lho pediam e que nunca mais pagavam».

Já centenário, o *Marrare das sete portas* veio até aos nossos dias, passando de proprietário em proprietário. Em 1868, quando da morte do *Manuel Espanhol*, o *Diário de Notícias* refere-se-lhe deste modo: «*Forum* e tribuna, escritório e praça de comércio, palco onde se representaram dramas sentimentais e comédias burlescas, o decano dos botequins da Baixa, sucessor das glórias do *Nicola* e de outros respeitáveis ascendentes».

No Rossio já existiam também o *café* do *Frcitas*, antecessor do *Gelo* dos nossos dias e, junto dele, o *café* do *Barão*, alguns anos depois *Café Moreira* e, finalmente, *Café Europa*.



Um pouco mais modernos (1845) são, todavia, já dessa época o *Suíço* e o *Martinho*, ambos fundados por dois helvéticos nos prédios acabados de construir em terreno adquirido à Câmara Municipal de Lisboa por António José da Silva.

O *Martinho* teve, também, como o seu irmão mais velho, o *Marrare do polimento*, a sua aura na boémia e na política do tempo. Celebrou-se, contudo, no período agitado do *Cabralismo*. Bulhão Pato, nas suas *Memórias*, legou-nos algumas páginas curiosíssimas sobre essas pugnas tremendas travadas entre *Cartistas* e *Patuleias*.

Na *Imprensa e Lei* publicou, em 1855, F. M. Bordalo algumas crónicas intituladas *Viagem à roda de Lisboa*, onde numa delas nos descreve o *Martinho* de então: «O principal café do Largo de Camões é designado pelo nome do seu proprietário; chama-se o *Martinho* como outros cafés de Lisboa se intitulam — o *Freitas*, o *Marcos Filipe*, o *Bernardo*, o *Tavares*: não se usa entre nós baptizar estes lugares com designações pomposas, apenas como excepção temos o Café *Grego* e o *Sulço*. O botequim a que nos referimos tem uma grande sala de arcarias, cujas colunas são forradas de espelhos, e um gabinete elegantemente mobilado e ornado para senhoras. Pena é que, para chegarem a este lugar reservado, tanto as formosas como as feias tenham de passar por entre nuvens de fumo de tabaco, o que fará dizer às damas que já visitaram Paris: *ça me semble un caffè estaminet*. Horrível insulto para o primeiro café de Lisboa, frequentado pela nobre sociedade, de ambos os sexos, principalmente nas calmosas noites de estio, em que o sorvete é tão apetecível».

Era assim o *Martinho*, o café que o leitor ainda conheceu, há meia dúzia de anos, tal como o descreve Bordalo. Desaparecera, porém, a Sala reservada e... o fumo do cigarro dos seus fregueses também já não constituía insulto às senhoras do nosso tempo!

Volvidas algumas décadas o Café *Martinho* viria a substituir, na geração literária do último quartel do século, o romântico *Marrare do polimento*.

O *Café Concerto*, à Trindade, sòmente abriu em 1857. Dava concerto vocais e instrumentais e bailes de máscaras. Sucedeu-lhe o *Casino Lisbonense*, onde se dançava ruidosamente o *can-can*.



Em pleno Chiado, onde hoje vemos a Livraria Sá Costa, existiu até 1875 um outro botequim: o *Central*. Substituiu-o a loja de quinquelharias de Elie Benard. Paredes meias, seu irmão Casimiro fundara a conhecida pastelaria Benard ⁽¹⁾, ainda hoje centro elegante da capital e, como outrora o *Marrare do Polimento*, frequentado pela melhor sociedade de Lisboa.

O *Central* era o Café dos Marialvas, dos famosos *abas direitas*, o grande cartaz da boémia e da estúrdia, dos toureiros e dos fidalgos destemidos, dos Maniques e do marquês de Castelo Melhor, de Gama Lobo, de D. José Avilez, de D. Pedro e de D. António Galveias, de D. Alexandre Saldanha (Ponte).

Foi o último centro de paragem dos janotas, dos boémios, dos que conheciam todos os encantos do capricho, sem mesmo lhes escapar esse supremo pesadelo dos governos sábios e... constitucionais — a dívida flutuante», escreve Tinop, que acrescenta:

«O *Central* pertenceu ao Domingos António, que andava sempre de sobrecasaca e chapéu alto. Ia para a cozinha fazer os *beefs*, sempre de *casquète*. Foi ele o primeiro homem que estabeleceu o serviço de *restaurants* nos cafés. Até aí os botequins só forneciam ovos quentes à portuguesa».

A porta do *Central* estacionava o Feliciano das Seges, um dos mais famosos *batedores* de então. «Um dos bucéfalos das três *arcas* do Feliciano possuía uma manha singular — conta-nos ainda o autor da *Lisboa de outros tempos* — logo que ouvia dizer a alguém que ia para Sintra, começava aos pinotes e desembestava coices furiosos. Feliciano acudia imediatamente gritando: — Não diga ao cavalo que vai para Sintra, diga-lhe outra coisa. Diga o que quiser menos isso...».

(1) Na ombreira da porta de entrada vêem-se ainda hoje esculpidas no granito, lado a lado, as armas de Paris e de Lisboa.

★

Decorridas duas décadas, a uma das mesas do *Central*, redigia Antero o célebre protesto contra o encerramento das *Conferências do Casino*. À sua volta sentavam-se Adolfo Coelho, Jaime Batalha Reis, Salomão Saraga e Eça de Queirós. Firmava-se uma nova escola literária.

A vida da cidade era já outra.

★

Teimosamente, como última abencerragem desse período romântico da metade do século, o Passeio Público resistia ainda. Em breve, porém, o camartelo civilizador do município derrubaria as grades do velho jardim.

Rosa Araújo, na sua persistência de lutador entusiasmado, acabara por vencer. Lisboa ganhara novos horizontes, mais belas e largas perspectivas.

O *Marrare do Polimento*, esse, já há muito encerrara as suas portas.

No Hotel Universal, porém, reuniam-se, ainda, de quando em quando, Herculano, Tomás de Carvalho, Júlio César Machado e o poeta delicioso da *Paqueta* — o último romântico.

Ferreira de Andrade.



ACONTECIMENTOS CITADINOS

A CÂMARA MUNICIPAL
RETRIBUI CUMPRIMENTOS
AO CHEFE DO ESTADO
NO DIA 1 DE JANEIRO.



IGREJA DE SÃO JOÃO DE DEUS
RECENTEMENTE INAUGURADA
NA PRAÇA DE LONDRES.



CONCERTO NO PAVILHÃO
DOS DESPORTOS PELA
BANDA DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA, COMEMORATIVO
DO SEU 115.º ANIVERSÁRIO.





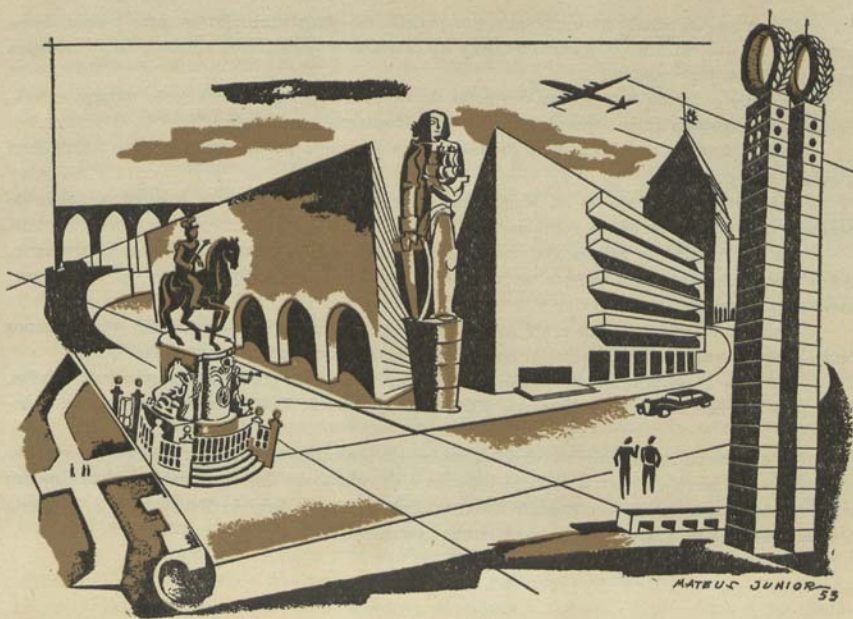
POSSE DO NOVO DIRECTOR
DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E
OBRAS, TENENTE-CORONEL
ALMEIDA FERNANDES.



NO ACTO DA POSSE DO ADJUNTO
DO DIRECTOR DOS SERVIÇOS
DE URBANIZAÇÃO E OBRAS,
ENGENHEIRO VASCONCELOS E SA.



A MONTRA INSTALADA
NUMA DAS ENTRADAS DO EDIFÍCIO
DOS PAÇOS DO CONCELHO.



LISBOA DE OUTROS TEMPOS LISBOA DE HOJE

ARRUAMENTOS

(Continuação)

2.ª ZONA

No início da 2.ª parte deste trabalho temos ocasião de afirmar o que dissemos acerca do modo como se engrandeceu a cidade; não foi um trabalho contínuo, mas por períodos maiores, ou menores de esplendor e de apatia.

Mostrámos como alguns Chefes de Estado se interessavam pela cidade. Começámos com D. Afonso Henriques, como conquistador, depois seguiu-se, como seria natural, o povoamento e em pleno Século XIII a acção do rei D. Afonso III e no século seguinte D. Dinis e D. Fernando. A acção destes monarcas reflectia-se no País e portanto em Lisboa.

Chegamos ao Século xv e notamos um período de estagnação. São as lutas e suas consequências, até que no fim do Século entramos no período da grandeza manuelina, outro monarca que por Lisboa bem pugnou.

Durante o Século xvi, apesar dos actos de D. Sebastião, apontamos, pelo número e localização das freguesias então formadas, até onde se desenvolvia a cidade.

Vem o domínio castelhano e as guerras da Restauração e novamente durante o Século xvii a cidade não progride.

Foi preciso o período do rei Magnânimo e da acção do Marquês de Pombal, no auge do Século xviii, para o progresso continuar.

Na 1.^a metade do Século xix, como já frisámos, com as lutas napoleónicas e liberais e, como nesta 2.^a parte bem patente se mostrará, principalmente na planta n.º 5, houve uma verdadeira paragem até D. Pedro V.

Então novo impulso se nota até ao fim do século. Entremos em pleno Século xx e notamos outro período bem recente e paupável do que se adeantou nos melhoramentos da cidade.

Por falta de elementos e de ocasião não mostramos o que se produziu nas primeiras décadas, mas, pelo que se observa, foi depois de 1926 que a planta de Lisboa acentuadamente se transformou.

Este pequeno resumo histórico lembra-nos os aforismos bem conhecidos: A história repete-se. O dinheiro é o nervo da guerra. Com as lutas há a desorientação dos espíritos, canceiras e pouco tempo para pensar em progressos cívicos. O dinheiro nos cofres do Estado não é ilimitado e se é preciso para a guerra, falta para outras coisas.



Apresentamos como 2.^a zona uma planta na escala 1:5.000 que abrange a área compreendida entre a parte adjacente às muralhas da Lisboa antiga e a chamada 1.^a estrada de circunvalação (referência a 1852) isto é, que vai da Ribeira de Alcântara pela Penitenciária — Cemitério do Alto de S. João até à Cruz da Pedra (Santa Apolónia).

Essa planta (a n.º 5) engloba a expansão da cidade desde o terramoto de 1755, ou o que existia em arruamentos nesta data e edificações; como se encontravam em 1807, 1856 e 1899, utilizando cores diferentes e dividida em 2 partes: oriental e ocidental, sensivelmente iguais, tomando para eixo uma linha que segue próximo à Avenida da Liberdade.

Tinhamos mostrado que em 1650, isto é, em pleno Século xvii, a cidade comportava já 34 freguesias, a totalidade das quais a Planta de Tinoco não continha, pelo que julgamos incompletas as cópias existentes. Mencionámos então só 5 freguesias organizadas pelo Alvará de 1593: Conceição Nova, em local definitivo e 4 locais provisórios. É ocasião de agora mencionarmos as 6 restantes para completar as 34, todas situadas nesta zona, a saber: S. Catarina; S. Paulo e Santos-o-Velho, a ocidente; S. José e Anjos, a norte; Santa Engrácia, a oriente. Neste Século xviii por Alvará de 1742 foram estabelecidas mais 4 freguesias já mencionadas no estudo da 1.^a zona. (Ajuda, Santa Isabel, S. Sebastião da Pedreira e Mercês).

No fim do Século organizam-se mais 2 (Lapa e Coração de Jesus). Mas, como se extinguiram 3, ficaram na totalidade 37.

38

Observamos assim a expansão da cidade para oeste e portanto na direcção do mar.

A configuração da faixa fluvial que na direcção do mar é sensivelmente W. SW. a contar da Praça do Comércio, para a parte oposta tem uma inflexão para NE. e que depois tende para N. Por isso não admira que a cidade não se estenda para leste, mas sim para norte.

Mostrámos também que a configuração da parte central da cidade assentava em 7 colinas, bem conhecidas e já mencionadas. Evidentemente que as colinas são separadas por vales uns mais profundos, como o de Alfama e o seu prolongamento para norte e o da Bica (entre Chagas e Santa Satarina); outros menos profundos, como entre S. Roque e Santana, formando a Avenida da Liberdade (começo) e entre a Graça e Santana formando o vale da Rua da Palma e Avenida Almirante Reis (começo).

Nesta 2.ª zona temos que atender a mais 2 vales importantes: O de S. Bento entre o Alto da Praça do Príncipe Real e o Bairro da Estrela e o do Vale Escuro entre os Altos do Varejão e de S. João. As colinas estão próximas do Rio Tejo, sendo a mais afastada a de Santana. Para lá destas colinas há umas linhas de cumiada subindo gradualmente e que são: Alto do Pina; Arco do Cego; Praça do Saldanha; Penitenciária; Alto do Carvalhão e Campo de Ourique, dando a Lisboa o aspecto bem interessante de disposição em anfiteatro, principalmente visto do Castelo de S. Jorge, ou melhor do miradouro de Almada (da outra margem do rio).

Observamos que as maiores vias de comunicação, ou seguem as linhas de cumiada, ou os vales, isto é, não seguem a subir e a descer. As linhas mencionadas seriam as principais vias da cidade, que ficariam cortadas por transversais de menores dimensões e importância.

Em referência aos prolongamentos das saídas da parte central da cidade temos: para oriente, junto à margem, Santa Apolónia e para ocidente, Alcântara. Da Rua da Mouraria atingimos Arroios pela Rua dos Anjos. De S. Antão atingimos S. Sebastião pelas Ruas Alves Correia e Santa Marta. De S. Roque atingimos Campolide pelas Ruas de D. Pedro V, da Politécnica e Amoreiras.

Após o terramoto de 1755, em 8 de Dezembro é publicada uma lei que define o limite da cidade a título provisório e que marcamos o melhor possível na planta n.º 5.

A linha de demarcação deixava dentro da cidade o seguinte: Numa linha quase recta ia do Baluarte de Alcântara até ao extremo norte da Rua de S. João dos Bemcasados, abrangendo a Calçada das Necessidades, passando junto dos abarracamentos das tropas em Campo de Ourique; depois, dirigia-se até ao Largo do Rato abrangendo a Rua das Amoreiras para se deslocar em linha quase recta ao Largo Andaluz, abrangendo a Rua do Vale Pereiro; de aqui seguia ao que hoje representam parte das Ruas de Gomes Freire e Estefânia para passar ao longo do Caminho do Forno do Tijolo até Sapadores e de aqui, abrangendo a Rua do Vale de Santo António, até à Rua da Bica do Sapato.

Assim como nos séculos anteriores nos referimos à existência de hortas e quintas em regiões como o Carmo e a Trindade, do Bairro Alto, Avenida da Liberdade, etc., também agora por entre muitas ruas que iam surgindo nos ficavam quintas e hortas, o que por vezes obrigava a grandes rodeios quando alguém tinha necessidade de se deslocar.

Julgamos que as causas da distribuição da população até 1755, representada pelas edificações em planta e seus arruamentos são devidas às comunicações mais naturais com o exterior da cidade e à existência dos Conventos. Depois de 1755 a dispersão dos habitantes é devida ao terramoto.

Nesta época eram arredores de Lisboa: Beato e Olivais, cuja via directa era a Estrada a partir de Santa Apolónia-Xabregas. Campo Grande e Lumiar pela via do Arco do Cego. Carnide e S. Domingos de Benfica pelas vias de Santa Marta-Rego, ou Rua das Amoreiras-Campolide. Belém e Pedrouços por Alcântara, a partir de Santa Catarina.

Quanto a Conventos, encontramos 9, ou casas congéneres, numa área cuja maior dimensão não chega a 1.000 metros e são: Trinas de Mocambo, Quelhas, Francezinhas, S. Bento, Esperança, Barbadinhos Franceses, Bernardas, Santos-o-Velho e Marianos, cujas cercas de alguns ocupavam

grandes terrenos e por vezes são contíguas. Não admira, portanto, que estes edifícios antigos estejam situados numa área também antiga que se estende em estreita faixa da parte inferior da Rua de S. Bento até à Rua de S. Domingos.

Outro grupo de Conventos seguia a comunicação directa da Esperança a Alcântara pelas Ruas de Janelas Verdes-Pampulha e assim contamos: S. Alberto, S. João de Deus, S. Francisco de Paula, Sacramento, Necessidades e Livramento. São mais 6. Mas temos ainda para norte o Convento do Rato e o Noviciado (Jesuítas) e seus Bairros (Santa Isabel e S. Mamede) e noutro agrupamento (Barro antigo da Estrela) os Conventos: Estrelinha, S. Jesus da Providência, aos quais não tardou a juntarem-se os da Boa Morte e Coração de Jesus (Basílica da Estrela). A contar mais 6. O Noviciado ainda neste século se transformou no Colégio dos Nobres. Do Bairro Alto à Rua da Boa Vista temos os Conventos: S. Pedro de Alcântara, Carmelitas, Jesus, Paulistas, Colégio dos Ingleses, Caetanos e S. João Nepemoceno. Somam 7.

Na parte oriental, no espaço compreendido entre as 2 vias de comunicação com os arredores, como sejam Rossio-Largo Andaluz e Rua da Palma-Arroios, encontramos na parte antiga da cidade anterior a 1755, tendo por centro o Campo dos Mártires da Pátria, os Conventos: Santa Joana, Santa Marta, Rilhafoles, N. S.^a da Parreirinha, Santo António dos Capuchos, Santana, S. Lázaro e Desterro. Próximo ao Campo de Santa Clara temos o Colégio de S. Francisco Xavier e o Convento do Desagravo. Ao todo 10. Este último mais tarde.

No conjunto são 38 os conventos assinalados, ou casas congéneres.

Em conclusão vemos os Conventos situados junto das melhores vias de comunicação e neste século rodeado na maior parte por bastantes edifícios. A cidade já se estendia para o norte.

Alguns destes Estabelecimentos têm mais de uma designação: Assim, por exemplo: O Que-lhas é o Convento de S. Brígida ou dos Inglesinhos; Bernardas é o Convento de N. S.^a da Nazareth; A Basílica da Estrela pertencia ao Real Convento do Sagrado Coração de Jesus; Os Jerónimos representam a Igreja e o Convento de S. Jerónimo, também chamado Santa Maria de Belém.

Também nesta zona podemos citar algumas Ermidas: Prazeres, no sítio do mesmo nome, onde mais tarde se construiu o Cemitério; S. José (dos Carpinteiros) na Rua Alves Correia; N. S.^a do Monte, no miradouro do mesmo nome, etc.

★

Continuemos a narrativa a partir do meado do Século XVIII, começando pela parte ocidental da cidade.

A Planta do Instituto Geográfico-Cadastral que representa a cidade antes de 1755 com um projecto de arruamentos a efectuar nas áreas cultivadas, ou não arruadas, contem algumas imperfeições, como já dissemos no estudo da 1.^a zona, apesar de muito bem desenhada e é considerada como suficientemente exacta.

É ela que serviu de base neste trabalho e está reproduzida na nossa planta n.º 5 (traço a negro) e corrigida de harmonia com os arruamentos da planta actual.

Entre os arruamentos notam-se hortas, quintas e jardins, ficando assim os Bairros separados.

Frisamos na apresentação da parte central da cidade, como, através dos séculos da Nacionalidade, se foi expandindo a cidade e concluímos que em 1650 já ela era maior que a representada na Planta de Tinoco.

Agora observemos, passado mais um século (1755), até onde a cidade se estendia e indiquemos as sedes das restantes freguesias.

O arruamento mais importante, ou melhor o seguimento de ruas, a notar em primeiro lugar são as que vão da Rua do Loreto a Alcântara: Calçada do Combro, Rua do Poço dos Negros, Rua da Esperança, Rua das Janelas Verdes, Calçada da Pampulha, Rua do Sacramento e Rua do Prior do Crato. São ruas bem sinuosas, ora mais largas, ora mais estreitas, próprias desta época. Passam junto ou próximo dos aglomerados dos edifícios que circundam os estabelecimentos de religiosos e seguem a saída W. da cidade. Era o único caminho que conduzia directamente à Ponte de Alcântara.

Junto ao rio, a partir do Largo de S. Paulo (que nesta época ainda não existia) tínhamos, na que mais tarde seriam a Rua da Boa Vista e o Largo do Conde Barão, um areal com o Rio Tejo a uns 50 metros de distância e vista bem desafogada. A partir de aqui para Alcântara nada mais além de alguns edifícios banhados pelas águas nos locais onde hoje existem alguns prédios da Avenida 24 de Julho e Largo de Santos, como as trazeiras do Convento dos Barbadinhos Franceses (hoje desaparecido e que ficava onde hoje é a parte inferior da Calçada Marquês de Abrantes.

Onde são hoje as escadinhas do Jardim da Rocha do Conde de Óbidos, era então uma encosta com rochedos até próximo da água.

Ao longo dos Conventos e outros edifícios, que ficavam com as trazeiras para o rio, havia e há hoje uma extensa muralha devido ao grande desnível e necessário para consolidar o terreno, muralha essa que se vê bem em vários locais.

As ruas mencionadas atrás atravessam os Bairros dos Paulistas e Conde Barão, como seguimento dos Bairros Alto e da Bica, e os da Madragoa, Santos e Pampulha, com uma série de pequenas e estreitas ruas e com uma densidade grande de população, cujas ruas, travessas e becos são aqueles que ainda hoje vemos. A sua enumeração seria impossível de fazer tantas elas são. Cruzam-se formando pequenas grades, como na planta n.º 5 se poderá observar.

Junto a Alcântara existia um pequeno fortim (ainda hoje existe a Travessa do Baluarte), além de uma pequena doca-abrigo.

Junto da antiga casa da moeda (a S. Paulo), havia um pequeno cais. A igreja de S. Paulo existia no local do Largo junto dela e foi destruída pelo terramoto e construída mais tarde onde se encontra actualmente. Um barrocal deu origem à parte inferior da Rua do Alecrim e à rectificação da Rua de S. Paulo e a construção dos Arcos em ligação com o Largo do Corpo Santo, após 1755.

Ligando os Paulistas com a Estrela já existiam: a Calçada e Rua da Estrela e Rua de Santo António. Da Esperança para o Rato existia a Rua de S. Bento, bastante povoada, passando pelo Convento do mesmo nome. Ligando a parte do Bairro de Alcântara, aquém da ribeira, com a Estrela (Rua do Patrocínio e Santo António) havia a Calçada das Necessidades, sem edifícios, quase como hoje. Ligando a Estrela com o Rato tínhamos as Ruas Saraiva de Carvalho (na parte mais antiga) e do Sol também quase sem edifícios. Os arruamentos por detrás da igreja de Santa Isabel já existiam e bem assim a Rua de Santa Quitéria e do Arco. Tudo o mais, entre Santos e Estrela e de esta com o Rato eram cercas (algumas bem grandes) dos Conventos, ou propriedades particulares, observando-se uma discriminação de edifícios em pequena escala.

Estamos a ver. O Convento com o seu claustro no interior; ao meio deste a cisterna, recolhendo as águas dos telhados; na cerca uma grande horta; nas proximidades, lojas, onde os habitantes faziam o seu negócio e os religiosos compravam o que necessitavam em troca dos seus produtos.

Da região de Santos para a Estrela existiam 2 comunicações: pelo Convento do Quelhas (Rua), ou Rua de S. Domingos.

A Rua das Trinas era estreita (só existindo na parte sul) como as suas vizinhas.

Apesar da igreja de Alcântara estar então fora da cidade, uma parte do seu Bairro ficava dentro e pertencia à freguesia de Santos, passando em 1770 para o da Lapa.

Existia também a Cova da Moura, agora desaparecida com a abertura da Avenida Infante Santo.

O Convento de Jesus era o limite da área dos Paulistas-Bica. Do Convento para norte até à Rua do Arco eram quintas.

Os conventos de S. Pedro de Alcântara e Carmelitas (Rua do Século) eram os limites norte do Bairro Alto. Por último temos a ligação da parte Baixa da cidade para norte e na direcção do Largo do Rato — a Rua do Salitre, com edificações do lado do Jardim Botânico na parte inferior e do lado de Vale Pereiro na parte superior.

Julgamos nós a influência que os Conventos exerciam nos pequenos Bairros, com arruamentos dispostos de qualquer maneira na cidade neste Século XVIII.

Por exemplo: a Rua dos Poiais de S. Bento e suas vizinhas estão circundadas por 8 Conventos: S. Bento, Francezinhas, Quelhas, Esperança, Barbadinhos Franceses, S. João de Nepomuceno, Paulistas e Jesus. A Madragoa era circundada pelos 7 Conventos: Esperança, Quelhas, Trinas, Marianos, Santos, Bernardas e Barbadinhos Franceses.

Em *conclusão*: Observamos a existência de aglomerados de arruamentos em vários locais ligados por ruas mais extensas, ainda hoje existentes e desempenhando também o papel de grandes comunicações, como sejam as ruas: Salitre, S. Bento, Santo António e Calçada da Estrela, Calçada das Necessidades, Esperança e Janelas Verdes.

Passemos à parte oriental da cidade.

Junto ao rio, a água chegava a uns 40 metros de distância do barrocal, no cimo do qual ficava o caminho das Portas da Cruz até ao Convento de Santa Apolónia, o qual estava situado ao fim da Calçada dos Barbadinhos. O trajecto era a Rua do Paraíso, Rua do Mirante e Cruz de Santa Apolónia.

A região das ruas da Verónica, Bela Vista e a metade sul da Rua do Vale de Santo António já possuía as mesmas ruas e travessas de hoje e estava intimamente unida ao Bairro de Alfama, como o seu prolongamento e constituindo parte importante da freguesia de Santa Engrácia e onde se encontram ainda 2 Conventos, dos quais um de posterior formação.

Ao norte existia isolada e já bastante povoada a Rua da Graça que ligava à Penha de França por Sapadores e Rua Angelina Vidal (ainda sem edifícios).

Entre as Ruas Alves Correia-Santa Marta e Benfornoso-Anjos, onde assinalamos bastantes Conventos estávamos em presença dum grande Bairro que se estendia do Hospital de S. José a Rilhafoles e Santa Marta como também quase as mesmas ruas existentes hoje, onde notamos, além das já indicadas, as Ruas Gomes Freire e Passadiço e Calçada de Santana.

O Caminho do Forno de Tijolo (hoje quase desaparecido) era um simples caminho de passagem. A região da S.^a do Monte era formada de quintas, assim como também a de Sapadores e Bemposta.

42

O aqueduto das Águas Livres foi começado em 1720 e resistiu ao terramoto de 1755. A população da cidade já atingia 170.000 habitantes.

Assim como no Século XVII se tinham construído os Palácios de Belém e Bemposta, neste Século XVIII foi mandado construir pelo rei D. João V o Palácio das Necessidades.

PLANTA DA CIDADE DE LISBOA

1.ª ZONA

NUMERAÇÃO RESPEITANTE AS PLANTAS N.ºs 1 E 2

(DAS IGREJAS E ERMIDAS)

- | | |
|----------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| 1 — Socorro (a). | 37 — S. André (a). |
| 2 — Saúde (S. Sebastião) (Ermida). | 38 — Ordem Terceira do Carmo. |
| 3 — S. Lourenço. | 39 — C. ^{to} da Trindade. |
| 4 — C. ^{to} do Coleginho. | 40 — Loreto. |
| 5 — C. ^{to} da Graça. | 41 — C. ^{to} de S. Roque. |
| 6 — C. ^{to} de S. Vicente. | 42 — Encarnação. |
| 7 — S. Marinha (a). | 43 — Alecrim (Erm.) (a). |
| 8 — S. Cruz do Castelo. | 44 — Sacramento. |
| 9 — Menino de Deus (hosp. ^{cio}). | 45 — Corpo Santo (Conv. ^{to} dos Irlandeses) (a). |
| 10 — S. Tomé (a). | 46 — N. S. ^a da Graça (Erm.) (a). |
| 11 — C. ^{to} do Salvador (arruinado). | 47 — C. ^{to} de S. Francisco (a). |
| 12 — S. Tiago. | 48 — Mártires (a). |
| 13 — S. ^{ta} Luzia (a). | 49 — C. ^{to} Espírito Santo (a). |
| 14 — S. Estêvão. | 50 — C. ^{to} da Boa Hora (a). |
| 15 — S. Miguel. | 51 — Vitória (Erm.). |
| 16 — S. Pedro de Alfama (a). | 52 — S. Julião (a). |
| 17 — S. Jesus da Boa Nova (Erm.) (a). | 53 — Oliveira (Erm.). |
| 18 — S. Bartolomeu (a). | 54 — C. ^{to} de Corpus de Cristo (a). |
| 19 — C. ^{to} de S. Eloy (a). | 55 — N. S. ^a da Conceição dos Freires (a). |
| 20 — S. Martinho (a). | 56 — Conceição-Velha. |
| 21 — S. Jorge (a). | 57 — S. Cristóvão. |
| 22 — S. João da Praça. | 58 — Patriarcal (a). |
| 23 — Sé. | 59 — N. S. ^a da Caridade (Erm.) (a). |
| 24 — Misericórdia (a). | 60 — S. Sebastião (à R. da Padaria) (a). |
| 25 — S. António. | 61 — S. Luís da França. |
| 26 — Madalena. | 62 — C. ^{to} das Mónicas. |
| 27 — S. Crispim (Erm.) (a). | 63 — Meninos Orfãos (a). |
| 28 — S. Patrício (Colégio). (a). | 64 — S. ^a do Bonfim (Erm.) (a). |
| 29 — S. Mamede (a). | 65 — N. S. ^a da Madre Deus (Ermida) (a). |
| 30 — Palma (Erm.) (a). | 66 — C. ^{to} da Encarnação. |
| 31 — S. Nicolau. | 67 — S. Jesus da Salvação e Paz (Erm.) (a). |
| 32 — S. Justa (a). | 68 — S. ^a do Amparo (Erm.) (a). |
| 33 — S. ^a da Graça (a S. Domingos) (a). | 69 — S. Mateus (Erm.) (a). |
| 34 — Todos-os-Santos (Hosp.) (a). | 70 — C. ^{to} do Carmo (arruinado). |
| 35 — C. ^{to} de S. Domingos. | 71 — C. ^{to} de N. S. ^a do Rosário (a). |
| 36 — N. S. ^a da Escada (Erm.) (a). | |

(a) — Edifícios demolidos.

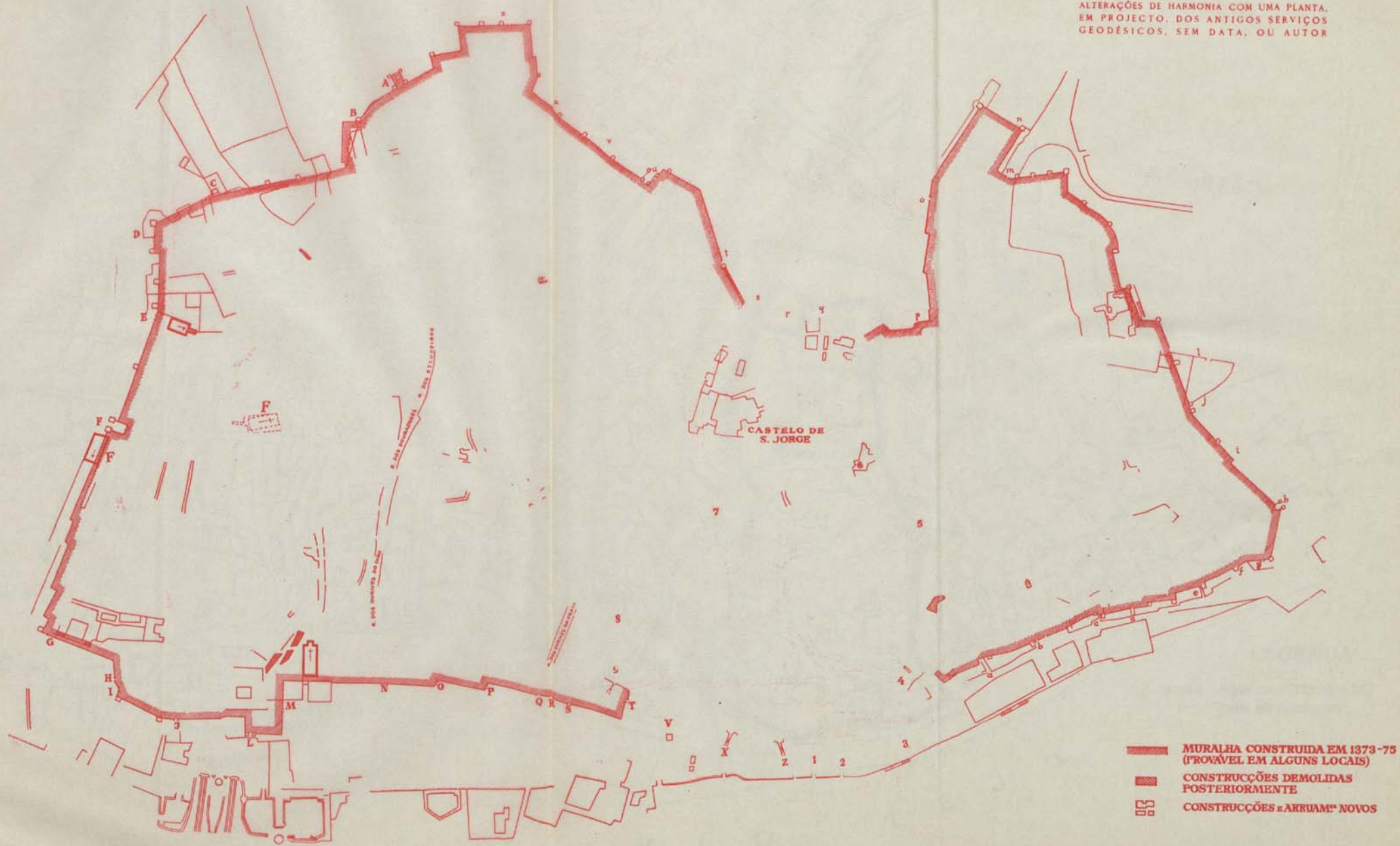
PORTAS E POSTIGOS QUE EXISTIRAM NAS MURALHAS MOURA E FERNANDINA DA CIDADE DE LISBOA

(D) INDICATIVO DE DEMOLIÇÃO ATÉ 1952

A — Portas de S. Antão	D	c — Arco de Penabuquel	—
B — Postigo das Estrebarias de El-rei	D	d — Postigo da Pólvora	D
C — Postigo do Condestável	D	e — Postigo de Ramoso	—
D — Postigo de S. Roque	D	f — Porta da Ribeira	D
E — Postigo da Trindade	D	g — Postigo da Lapa	D
F — Portas de S. Catarina	D	h — Portas da Cruz	D
G — Postigo do Duque de Bragança...	D	i — Poterna na Fundação de Cima ...	—
H — Postigo, ou Arco das Fontainhas...	D	j — Postigo do Arcebispo	—
I — Postigo do Corpo Santo	D	l — Postigo de S. Vicente	D
J — Postigo, ou Arco de Lopo Mendes	D	m — Postigo da Graça	D
L — Arco do Ouro	D	n — Poterna no Convento da Graça ...	—
M — Porta dos armazéns	D	o — Postigo do Caracol da Graça	D
N — Postigo da moeda	D	p — Porta, ou Arco de S. André	D
O — Arco dos Pregos	D	q — Porta do Moniz	—
P — Arco de Açougue (ou Barretes)...	D	r — Porta do Norte	—
Q — Porta da Ribeira	D	s — Porta da Traição	—
R — Porta da Ribeira	D	t — Postigo de S. Lourenço	D
S — Porta da Portagem	D	u — Porta de S. Vicente, ou Arco da	
T — Porta Nova do Mar	D	Mouraria	—
V — Arco das Portas do Mar (S. João)	—	v — Porta da Rua da Palma	D
X — Arco da Conceição	—	x — Postigo do Arco da Graça, ou do	
Z — Escadinhas (junto ao Palácio La-		Jogo da pela	D
vradio)	—	z — Postigo de Santana	D
1 — Arco de Jesus	—	4 — Postigo de S. Pedro	D
2 — Postigo do Conde de Linhares ...	—	5 — Porta de Sol	D
3 — Porta do Chafariz de Elrei	—	6 — Porta de D. Fradique	—
a — Postigo de Alfama ou Alcaçarias	D	7 — Porta de Alfalfa	D
b — Portas do Chafariz de Dentro, ou		8 — Porta de Ferro	D
dos Cavalos	D	9 — Porta do Arco Escuro	—

PLANTA DA CIDADE EM 1755
PLANTA Nº 2

ALTERAÇÕES DE HARMONIA COM UMA PLANTA,
EM PROJECTO, DOS ANTIGOS SERVIÇOS
GEODÉSICOS, SEM DATA, OU AUTOR



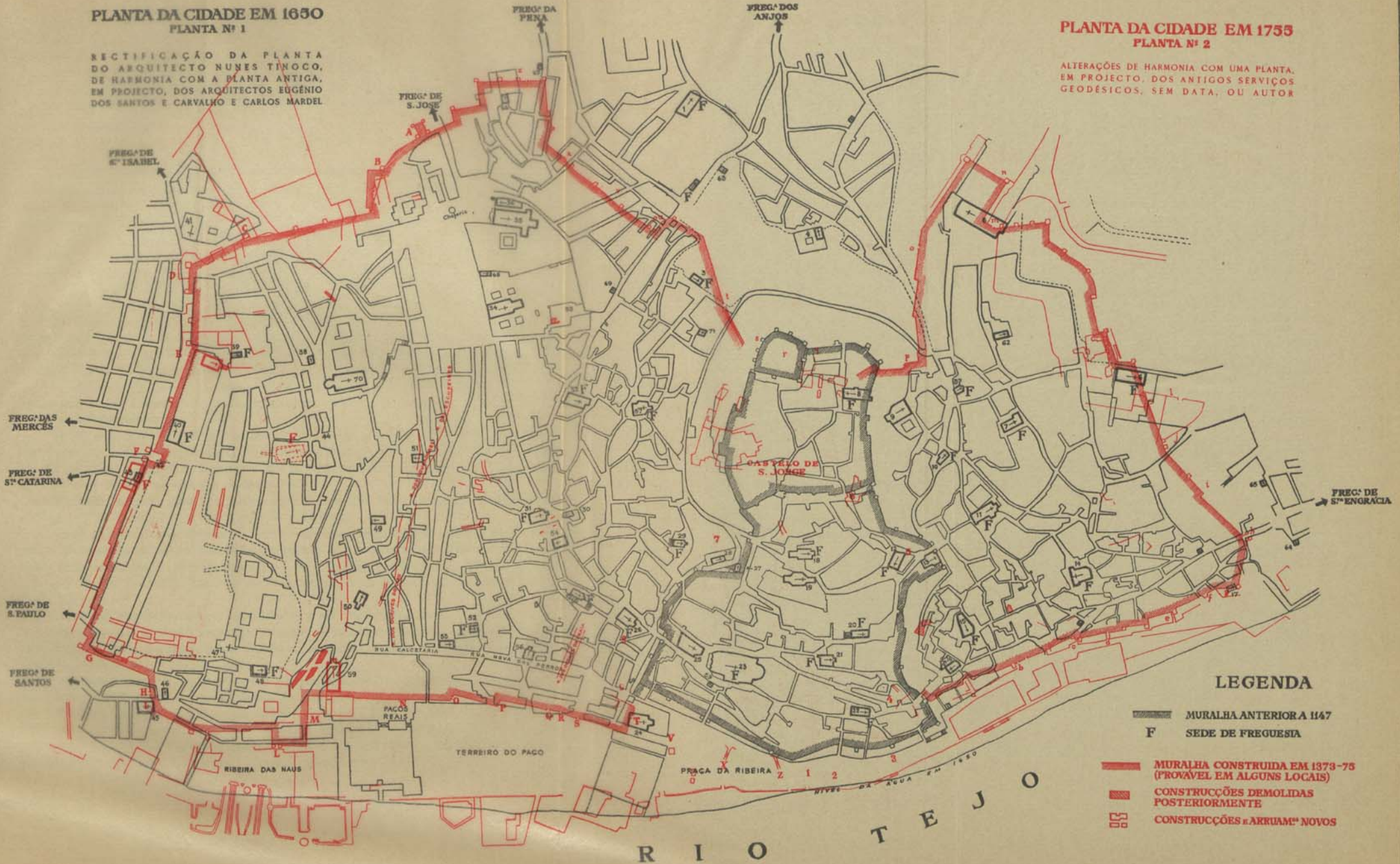
LISBOA DE OUTROS TEMPOS - LISBOA DE HOJE (1ª ZONA)

PLANTA DA CIDADE EM 1630 PLANTA Nº 1

RECTIFICAÇÃO DA PLANTA DO ARQUITECTO NUNES TINOCO, DE HARMONIA COM A PLANTA ANTIGA, EM PROJECTO, DOS ARQUITECTOS EUGÉNIO DOS SANTOS E CARVALHO E CARLOS MARDEL

PLANTA DA CIDADE EM 1755 PLANTA Nº 2

ALTERAÇÕES DE HARMONIA COM UMA PLANTA, EM PROJECTO, DOS ANTIGOS SERVIÇOS GEODÉSICOS, SEM DATA, OU AUTOR



LEGENDA

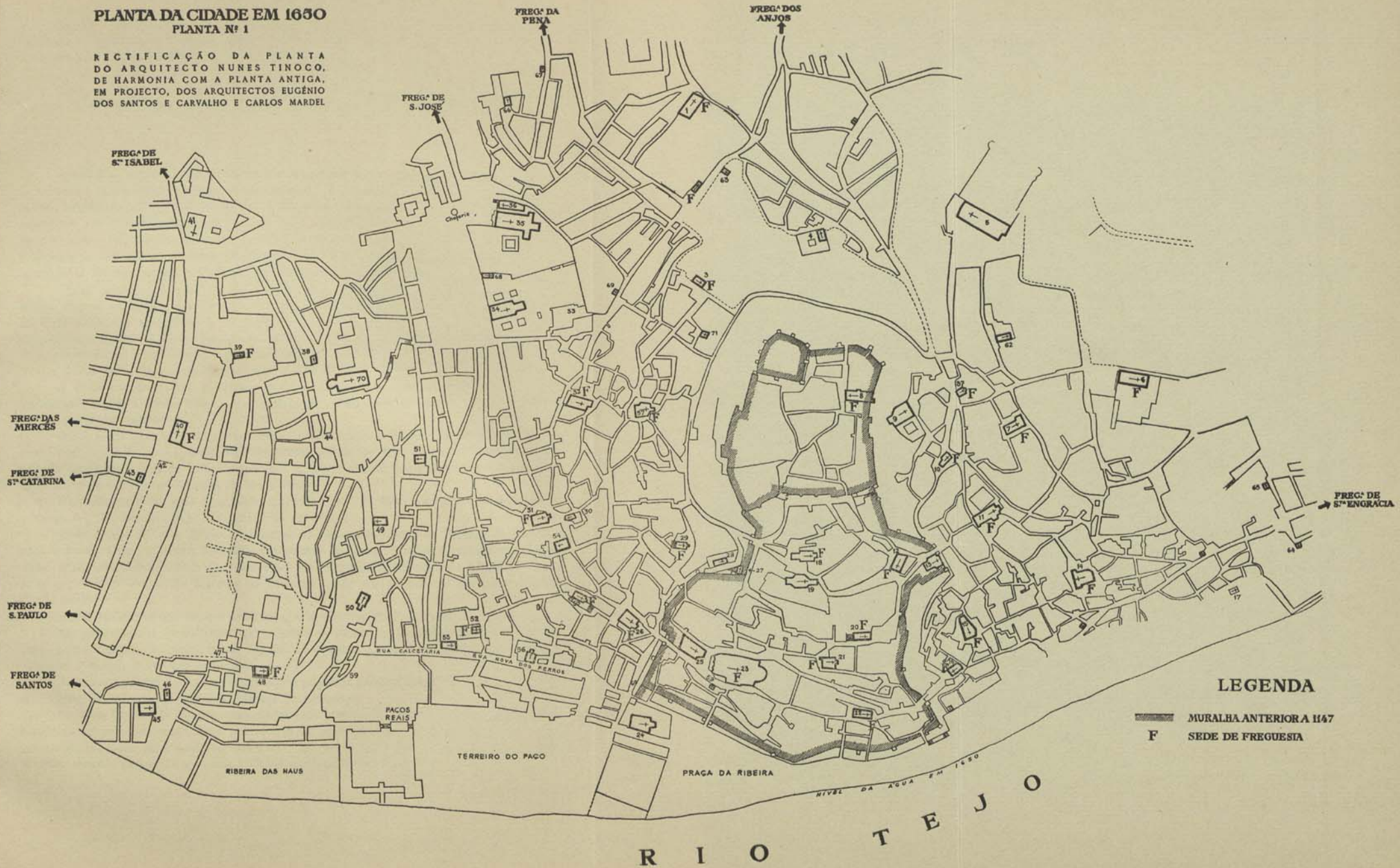
— MURALHA ANTERIOR A 1147
F SEDE DE FREGUESIA

— MURALHA CONSTRUÍDA EM 1373-75 (PROVÁVEL EM ALGUNS LOCAIS)
— CONSTRUÇÕES DEMOLIDAS POSTERIORMENTE
50 CONSTRUÇÕES «ARRUAM» NOVOS

LISBOA DE OUTROS TEMPOS ~ LISBOA DE HOJE (1ª ZONA)

PLANTA DA CIDADE EM 1630 PLANTA Nº 1

RECTIFICAÇÃO DA PLANTA DO ARQUITECTO NUNES TINOCO, DE HARMONIA COM A PLANTA ANTIGA, EM PROJECTO, DOS ARQUITECTOS EUGÉNIO DOS SANTOS E CARVALHO E CARLOS MARDEL



Quanto a jardins e monumentos (estátuas) nesta zona, pouco temos a dizer até agora. Na parte ocidental temos 2 espaços relativamente grandes: um a de hoje Praça de Armas em Alcântara com maior superfície que presentemente; o outro a Praça das Amoreiras. Na parte oriental temos o antigo Campo de Santana (Campo dos Mártires da Pátria) e o Campo de Santa Clara. Estes recintos quando muito eram arborizados. Em 1780 é aberta a Rua dos Condes e por isso ela nos aparece na planta de 1807. O Largo do Intendente não existia.



Avançados mais 50 anos aproximadamente. Estamos em presença da planta de 1807, já referida e agora representada na nossa planta n.º 5 (encarnado). Começamos por notar o grande incremento que a cidade teve. Em 1755, pelo terramoto, a parte que Pombal mandou reconstruir, esteve desabitada por perto de 20 anos. Os seus habitantes espalhavam-se nesta zona, ou mais além. Isto deveria contribuir para que se fixassem onde estavam; terreno não faltava e depressa se começavam as novas construções de modo que no princípio do novo século (XIX) a cidade já apresentava outro aspecto. Narremos como isso seria possível.

Várias quintas desapareceram para dar lugar a arruamentos em 2 regiões da parte ocidental: Bairros da Lapa e das Flores, como são conhecidos. O 1.º abrange uma área que vai da Cova da Moura ao Quelhas e da parte norte da Rua de Santana até às Janelas Verdes, abrangendo a Rua de S. Domingos que foi alargada, como de resto são já mais largas as novas ruas, procurando-se o paralelismo e perpendicularismo; o 2.º Bairro vai da Rua da Escola Politécnica à Rua de S. Bento e da Rua do Arco à Rua Eduardo Coelho.

A influência do traçado pombalino devia contribuir para que as novas ruas se mantivessem sempre com a mesma largura e completamente rectas, como as ruas da Lapa e S. Marçal, ou por segmentos rectilíneos.

O Bairro da Lapa é ligado ao da Estrela, construindo-se a Basílica da Estrela (novo Convento, com uma bela cerca ajardinada), bem como as Ruas da Bela Vista e S. Bernardo, a qual por sua vez se liga à Rua de S. Bento pela Rua de Santo Amaro, formando-se um outro pequeno aglomerado de edifícios na direcção de Santa Isabel.

Na saída da Lapa para Campolide aperece-nos a Rua Silva Carvalho e é regularizada a antiga dos Bemcasados, hoje continuação da anterior.

Junto ao rio, ao longo do areal, aumentam as edificações e junto ao Baluarte de Alcântara mais 2 docas-abrigo aparecem. Esboça-se um começo de aterro junto ao Convento dos Barbadinhos sendo este demolido para dar passagem à nova Calçada do Marquês de Abrantes, extensa recta que vai do Palácio do Marquês de Abrantes, onde era o Convento de Santos, até ao Conde Barão.

Novas edificações dão lugar a nova Rua, a actual Rua da Boa Vista.

No jardim actual do Príncipe Real existiam as ruínas da Patriarcal queimada, havendo ainda hoje a Calçada do mesmo nome. Depois começaram a construir um edifício para o Erário (Tesouro Público), o que não foi avante.

Ao norte do Largo do Rato esboçam-se uns pequenos Bairros: das Amoreiras e S. Mamede, este último nova freguesia constituída depois do terramoto.

Os novos limites da cidade, apresentados com o nome de portas, na planta já citada no estudo da 1.ª zona, mandada fazer pelo Duque de Wellington ao seu Estado Maior em 1812, pouco diferem, nesta parte ocidental, dos limites anteriores, quer dizer, para este lado, a cidade já tinha crescido bastante e as vistas voltavam-se para outras direcções.

O limite ia até à Ponte de Alcântara, incluía o Palácio das Necessidades, seguia depois os locais antigos e incluía o Quartel de Campo de Ourique, então já melhor apetrechado, atravessava a Rua das Amoreiras em direcção ao recinto da actual Feira Popular.

Quanto à parte oriental, o limite da cidade continuava em linha recta até ao Convento de Arroios, que englobava, atravessando várias estradas: Entremuros (Artilharia n.º 1), Palhavã, Picóas, Arco do Cego e Rua Alves Torgo; inflectia para sul cortando as Ruas Morais Soares e Marques da Silva; deslocava-se para leste cortando a Rua da Penha de França e o Caminho Debaixo da Penha e seguia uma linha paralela ao antigo limite, quase em linha recta através dos campos do Vale Escuro, passando próximo do Convento de Santos-o-Novo que lhe ficava exterior, terminando na Calçada da Cruz da Pedra.

O que se nota, foi um grande aumento da cidade entre as Amoreiras e Arroios, isto é, para norte a cidade procurava a região planáltica que se estendia pelo Parque Eduardo VII e Praça do Saldanha, englobando a área do Quartel de Artilharia n.º 3 e os Bairros de Alexandre Herculano, Conde de Redondo e Estefânia. Finalmente a leste eram englobadas as alturas que segue a Rua da Penha de França.

Lisboa atingia assim no começo do Século XIX a linha que domina toda a cidade. Este aumento substancial e a transformação que a 1.ª zona tinha sofrido após 1755, deu-nos nesta época uma fisionomia nova à cidade, fisionomia que tem hoje um paralelo com o incremento e o ritmo que presentemente tem havido.

Os arruamentos novos apresentam aqui, pelo menos em parte, características um tanto diferentes dos arruamentos da parte ocidental. Só um novo Bairro surge entre o norte do Bairro Alto-Jardim do Príncipe Real e a Rua Alves Correia, é o Bairro da Alegria, com a sua Praça e a construção do célebre Passeio Público, jardim e parque nos terrenos de cultura do antigo Vale Verde e que muito engrandeceu Lisboa e estava intimamente ligado ao Rossio (Praça D. Pedro IV), pela Rua Primeiro de Dezembro.

Numa outra superfície mais insignificante fizeram-se construções muito acanhadas no Cabeço de Bola a Santa Bárbara e com certo desenvolvimento na região do Vale de Santo António-Sapadores.

Na parte restante, incluíram-se dentro da cidade muitas quintas e hortas, mas nessas áreas, até então, não existiam edificações e as respectivas ruas.

Um turtuoso caminho dá lugar à Rua S. Filipe Néri, seguida pela Rua de Artilharia n.º 1 (antiga), passando junto a uma grande propriedade histórica, hoje desaparecida e chamada o Pátio dos Gerales. Mais para leste a partir de Santa Marta em direcção a S. Sebastião da Pedreira que fica dentro da área da cidade, temos a Estrada de Palhavã. Da Rua Gomes Freire partiam 2 estradas bem conhecidas e que mais tarde se transformariam nas Ruas Tomás Ribeiro e das Picoas, a 1.ª fazendo a ligação a S. Sebastião da Pedreira e a 2.ª ao Rego. Mais adiante, de Arroios partem 2 importantes vias de comunicação: uma para o Arco do Cego e outra o Areeiro.

Em conclusão, os principais arruamentos são as saídas da cidade que passavam entre as propriedades agrícolas.

É natural que houvesse uma ligação também entre estes arruamentos, que de caminhos de passagem se transformaram em ulteriores ruas. Indicaremos alguns: Dentro da cidade, a Rua Visconde de Santarém e Travessa das Freiras; A partir de perto do Largo do Rato até próximo de Arroios, ao que hoje se chamaria uma Circular, tinhamos a Rua de Vale Pereiro, que ia até ao Largo de Andaluz, seguia-se a Rua de Andaluz-Rua de Medicina Veterinária e parte da Rua Pascoal de Melo.

Fora da cidade, partindo da Rua das Amoreiras para oeste tínhamos a Rua que ia ao Alto do Carvalhão e para leste a que seria a Rua Marquês de Fronteira. Ainda fora já existia uma antiga estrada, ligando Santa Apolónia com a região do Alto do Pina pela hoje Calçada das Lajes-Avenida Afonso III-Rua Morais Soares, que nesta época se prolongava até à Rua Alves Torgo.

Unindo a região de Santa Bárbara à Rua Angelina Vidal tínhamos o Caminho do Forno do Tijolo e pela Rua Maria da Fonte à Penha de França tínhamos a actual Rua Heliodoro Salgado.

Um cais é construído próximo da Travessa de José António Pereira e com este nome, Travessa esta que liga a Rua das Janelas Verdes à Avenida 24 de Julho.

São englobados na cidade mais 2 Conventos: Santa Apolónia e Arroios.

Na parte norte da Rua do Benfornoso é aberta uma passagem para o Desterro, dando assim lugar à formação do Largo do Intendente.



Analisemos agora a planta de 1856, levantada nesta data pelo engenheiro Filipe Folque e publicada bastante mais tarde, planta muito correcta e minuciosa primeiramente a normais e mais tarde a curvas de nível.

Está representada na nossa planta n.º 5 (cor verde).

Os limites da cidade aumentaram. Por decreto de Setembro de 1852, a cidade passaria a ser circundada por muro alto e contínuo, feito propositadamente, até junto ao rio, tendo por únicas passagens, portões de ferro. Chamava-se Estrada de Circunvalação e para efeitos aduaneiros estava guardada pela Guarda Fiscal.

Um antigo caminho que de Alcântara seguia a encosta dos Prazeres, passou a ser uma parte importante de essa estrada a que se deu o nome de Rua Maria Pia.

A estrada passava pelo Arco do Carvalhão (Arco pertencente às Águas Livres) Rua D. Carlos de Mascarenhas-Rua Marquês de Fronteira — actual Avenida Duque de Ávila — Rua Visconde de Santarém — Largo do Leão — Rua Carrilho — Rua Morais Soares — Alto de S. João — Avenida Afonso III (sendo novo o último troço, evitando-se a Calçada das Lajes) — Xabregas. Reconhece-se que uma parte do limite já o era desde 1807.

Como se disse no estudo da 1.ª zona e se mostra na planta n.º 5 são insignificantes os aumentos, ou melhoramentos nos existentes quer em edificações, quer em arruamentos; não nos aparece um Bairro novo por pequeno que seja. Ficou bem definida a grandeza da cidade, pelo que as freguesias de Ajuda, Belém, Alcântara e S. Bartolomeu (Beato) são excluídas. Isto é, a cidade passou a ter 34 freguesias.

As Portas tinham nomes próprios pelos quais eram conhecidas e derivados dos nomes de locais, ou das estradas de saída da Capital e que constam da planta n.º 5.

Junto do rio, só na região do Conde Barão se notou diferença bem palpável. Um grande aterro, por cujo nome ainda hoje é conhecido, se efectuou e 2 arruamentos muito estreitos apareceram em frente do Conde Barão com o nome de Boqueirão e uma série de armazéns de mercadorias. O avanço fez-se desde as Escadinhas da Praia, que neste tempo iam desde a Rua de Santos-o-Velho até próximo do rio, terminando a leste no cais próximo do local onde hoje é o Mercado da Ribeira Nova, ou sejam 1.025 metros de extensão e com 225 metros de profundidade de penetração máxima. A Ribeira de Alcântara foi desviada completamente da Rua das Fontainhas para sómente seguir canalizada pela Rua Cascais direita ao rio.

Na parte oriental, as 2 pequeninas docas desaparecem e um pequeno aterro aparece entre Santa Apolónia e Xabregas com a penetração média de 50 metros.

Junto da Mãe-d'Água, à Alegria, são construídas as escadinhas existentes hoje.

Na planta de 1856 aparece-nos o Caminho de Ferro a partir da primitiva Estação, onde era o Convento. Só mais tarde se construiu a Estação no terminus actual.

Com a abolição dos Conventos passaram estes para o serviço do Estado, ou particular. Assim, por exemplo, são entregues ao Ministério do Interior (Reino) para Hospitais: Santa Marta, Rilhafoles, S. Lázaro, Desterro, Arroios, etc.; para Asilo o de S. António dos Capuchos, (hoje hospital), etc. Ao Ministério do Exército (Guerra) temos: Estrelinha, Sacramento, S. João de Deus, etc. O Convento de S. Bento é adaptado ao Parlamento. O Colégio dos Nobres passa a ser Escola Politécnica.

Em 1856, não contando com os espaços mais modernos metidos dentro da cidade, observa-se nesta data que, por exemplo, apesar do Caminho aberto junto ao Quelhas para a Calçada da Estrela, ainda se daria uma grande volta para passar de um para outro lado. Do mesmo modo de Alcântara para a Rua de Santana (à Lapa). Da Calçada das Necessidades para a Rua Ribeiro Sanches. Da Travessa de S. Mamede para Santa Marta; de aqui para a Rua de Gomes Freire; desta para o Caminho do Forno de Tijolo e depois para a Penha de França.

Isto quer dizer que, nesta data e nestes locais, muitos espaços ainda existiam que precisavam facilitar as comunicações, visto não existirem ligações entre as principais saídas e entradas na cidade.

Mais adiante teremos ocasião de mostrar o que se passou.

Em 1856 já existia uma Praça de Touros no Campo de Santana, deixando de se improvisarem Praças noutros locais. Também contemos com 2 Conventos englobados na cidade e juntos a tantos outros. São os Ex-Conventos da Penha de França e da Madre de Deus, este próximo a Xabregas, entregues ao Estado, onde funcionam no presente e respectivamente serviços do exército e uma Escola Comercial.

Quanto a jardins, parece que, o facto da construção do Jardim Público, despertou o desejo bem louvável de dotar a cidade com mais jardins. Assim temos já a existência, nesta data referida do agradável Jardim da Estrela gradeado, como o Público. Também a parte norte do Campo de Santana é ajardinada. O mesmo se fez na quinta do ex-convento das Necessidades, numa parte da cerca da Escola Politécnica (começo do Jardim Botânico) na parte superior e no Largo do Rato, junto ao ex-Convento.

É construída na Calçada da Glória uma muralha com escadaria anexa, como hoje se vê, para estabelecer ligação com a Rua das Taipas. É ajardinado o Jardim do Príncipe Real.

E por último, o Passeio Público terminava próximo da Rua dos Condes em 1807, cujo Teatro datava de 1770. Mais tarde foi aumentado e transformado e chegava até em frente da Travessa de Santo Antão, sendo demolido um edifício que ficava no recanto do actual Hotel Palace. Ladeando o jardim existiam 2 Ruas cujas fachadas dos edificios estavam no alinhamento das actuaes que constituem a Praça dos Restauradores.

Um facto novo se nos depara. São os cemitérios. Assim na região dos Prazeres temos o Cemitério Ocidental, constituído pela parte a norte da Igreja hoje existente e que continha a antiga Ermida dos Prazeres e a formação de outro no Alto de S. João, para Cemitério Oriental. (Vide a tinta verde na Planta n.º 5).

Também o Aterro contribuía para se encurtar a distância entre o Cais de Sodré e Santos esboçando-se a actual Avenida 24 de Julho.

A Rua de S. Sebastião (à Praça das Flores) foi aberta entre a Rua de S. Marçal e a de Monte Olivete.

A passagem no Intendente é melhorada.

Caminhámos mais uma etapa e alcançámos o século actual.

Atingido o ano de 1900, analisemos o que se passou desde 1856. Do centro da cidade para leste e oeste, junto ao rio, as passagens eram o mais acanhadas possíveis.

O Porto de Lisboa precisava ter uma existência própria, que acompanhasse o progresso e valorizasse a cidade. A parte oeste fora da cidade em 1856 e anos seguintes, com Belém, Pedrouços e Alcântara bastante desenvolvidas e formando um Concelho, levou a Companhia da Carris, fundada em 1873 e que em 1874 já levava os seus carros até ao Intendente, Santa Apolónia e Pedrouços (pela Pampulha), ao desejo de aumentar e melhorar as suas carreiras para melhor servir o público. Belém era uma praia de banhos muito concorrida.

O Aterro tinha atingido Santos, como vimos. Esta obra de tão alto valor precisava ser continuada. A Câmara Municipal não tinha meios suficientes tendo-lhe a Companhia Carris feito um empréstimo em 1876. Passado alguns anos o Aterro atinge Alcântara e em 1889 chegava aos terrenos de Belém.

Da construção das muralhas e docas se incumbiu a Empresa Hersent e em 1900 a Planta de Lisboa, representada na nossa n.º 6, na parte ocidental já nos apresenta um cais acostável a grandes navios, desde Alcântara a quase ao Cais do Sodré, onde figurava a doca de Alcântara e 2 docas de reparação de navios de grande tonelagem e ainda hoje existentes; na parte oriental, o cais ia de perto da Alfândega (antiga) ao Entrepasto de Santa Apolónia com 2 docas: Alfândega e Terreiro do Trigo.

De Alcântara à Torre de Belém fez-se uma muralha inclinada para suster as terras e contendo as docas: Santo Amaro, Belém e Bom Sucesso. A doca grande em Alcântara não tinha a forma rectangular que hoje apresenta. A sua parte oeste era quase do dobro da parte leste (próximo da ponte de comunicação que era levadiça). Os guindastes, outros apetrechamentos e os armazéns quase que não existiam ainda.

O terreno conquistado ao Tejo era importante. O Largo do Conde Barão já se distanciava do rio 400 metros; a parte inferior das Escadas na Rocha do Conde de Óbidos ficavam a 300 metros do exterior da muralha e em Alcântara, junto à ribeira canalizada, atingiam-se 600 metros.

E neste terreno assim obtido se construiu uma nova rua a hoje Avenida 24 de Julho com os seus 2.750 metros de comprido e a maior da cidade.

As vias férreas existentes para o serviço do Porto e que ligavam ao sistema ferro-viário de então eram em número muito reduzido.

Ainda que a cidade fosse aumentada antes de 1900, continuamos a designar, com 2.ª zona neste trabalho, a área da 1.ª circunvalação já indicada, como finalidade de exposição.

Como sempre, começamos pela parte ocidental. O Cemitério foi alargado até a um muro, abrangendo a parte correspondente à Parada dos Prazeres e tendo já a actual igreja. Em 1900 aparece-nos como já existente o Caminho de Ferro para Cascais, mas o traçado da linha não era o actual. As Estações do Cais de Sodré e de Alcântara, uns simples barracões de madeira com as dimensões da actual Estação de Santos também em madeira, não eram nos locais onde precisamente se encontram hoje. A Estação do Cais de Sodré ficava do lado da terra em relação às linhas, que eram menos e mais chegadas ao rio, dando assim espaço para se construir um mercado provisório em madeira coberto de chapas de ferro zincado que ali existiu por muitos anos, como está na memória de tantos e era pouco digno de figurar naquele local. A Estação de Alcântara ficava aproximadamente uns 200 metros para oeste do actual local. A estação de Santa Apolónia já existia. A linha da Carris ficava muito mais junta aos edifícios e a Rua (24 de Julho)

tinha um só pavimento e não 3 como hoje; quer dizer a Avenida era muito mais estreita. A estação de Santos era onde se encontra. Das instalações dos armazéns no Cais e oficinas das construções navais nada existia. No cais de Santos (mercado do peixe) pouca coisa se notava.

Como é natural, novos arruamentos são abertos e outros melhorados, principalmente alargados. Também se procura ir alargando as ruas à medida que novas construções se fazem em terreno disponíveis, em geral quintais, ou demolindo prédios velhos. Exemplifiquemos com o que se observa na Planta n.º 6. Para ligar o já grandioso Largo de Santos com o Bairro da Lapa é aberta a Rampa, Calçada de Santos. Como o nome indica é uma rua íngreme. É larga e curta. Fez desaparecer uma parte (superior) das Escadinhas da Praia.

Para condizer e melhorar o acesso às Ruas da Lapa aparecem-nos mais largas as Ruas mais antigas: S. Domingos e a parte inferior da Rua das Trinas. A Rua do Quelhas fica-nos com um estrangulamento na sua parte inferior.

Para ligar o actual Palácio da Assembleia Nacional com a Avenida 24 de Julho é aberta a Avenida D. Carlos I, bastante larga para a época, sendo demolido o ex-convento da Esperança e construído nos seus terrenos o actual edifício dos Sapadores Bombeiros.

Em parte do Aterro fez-se uma série de edifícios, segundo os arruamentos já existentes e outros destinados a armazéns e oficinas e na parte da Avenida 24 de Julho habitações e lojas, até à Praça D. Luís I.

A Rua do Século tem sido alargada a pouco e pouco até à Calçada dos Caetanos, o mesmo acontecendo a muitas outras.

O Caminho Novo foi alargado e dado o nome de Rua João das Regras, bem como grande parte da Rua Possidónio da Silva.

Aparece-nos construído o começo do futuro Bairro de Campo de Ourique com as Ruas Ferreira Borges e Infanteria 16, esboçando-se arruamentos até próximo do jardim, como eram as Ruas: Coelho da Rocha, Almeida e Sousa e Correia Teles; ao mesmo tempo se constrói a parte larga e recta da Rua Saraiva de Carvalho, desaparecendo parte da Travessa dos Prazeres.

É aberta a Rua Borges Carneiro, bem como a Rua Miguel Lupi e outras no Bairro da Estrela. A Rua Domingos Sequeira também bastante larga viria a unir mais tarde Campo de Ourique ao dito Bairro.

Na área das Amoreiras até Santa Marta esboça-se o futuro Parque Eduardo VII e aparecem algumas novas construções na Rua de Entremuros, bem como o Quartel de artilharia.

A abertura da Avenida da Liberdade conduziu ao arruamento da área que a ligava ao Vale Pereiro e assim temos em parte as Ruas Alexandre Herculano, Rosa Araújo, Barata Salgueiro e Castilho, sendo esta última a mais comprida nesta data. A Rua Rodrigo da Fonseca seguia, ou substituiu uma estreita rua que unia a Rua do Salitre à de Vale Pereiro.

Dirigindo o nosso olhar para a parte oriental, já tínhamos mostrado a densidade de população em redor do Campo de Santana, entre Santa Marta e os Anjos. O mesmo acontecia para oeste do Salitre e Amoreiras. Portanto não admira que o bem conhecido cidadão Rosa Araújo batalhasse para se romper o Passeio Público, lançando assim as bases para, numa larga artéria se estenderem os edifícios como se fossem tentáculos, acabando com a lacuna entre o Salitre e Santa Marta, facilitando a saída da cidade para Palhavã.

48 Talvez o aproveitamento da largura do Passeio Público contribuisse para que a Avenida da Liberdade ficasse tão larga e ainda hoje seja uma das mais vastas Avenidas.

Na Espanha, Madrid possui como sendo as mais largas Avenidas o «Paseo de la Castellana e de Recoletos». Estes têm aproximadamente a largura da nossa Avenida. Quanto ao comprimento,

a mais extensa é a «Calle do Alcalá» (3.500 metros) ainda que não seja em linha recta, mas a maior rectilínea é a «Calle de Serrano» com 2.900 metros, como seria a nossa de Almirante Reis se englobarmos a parte larga da Rua da Palma.

Em 1900, a Avenida da Liberdade, apesar de já ter alguns anos, quase que não tinha edifícios a norte do local onde hoje se encontra o Monumento aos mortos da Grande Guerra. As frondosas árvores e outras, que se substituíram, eram ainda pequenas. Na parte que correspondia ao Passeio Público, o pavimento era cimentado e para a parte restante ainda não estava empregado, o que levou bastante tempo para se efectuar. O coreto que está no Jardim da Estrela existia no lado nascente da Avenida.

Ao cimo preparava-se o terreno para se conseguir um Parque, coisa que a cidade não tinha e precisava-se ir ao Campo Grande.

O Quartel do Vale Pereiro e o Pátio do Geraldês, com os terrenos adjacentes opunham-se ao rompimento das ruas e foi preciso amadurecer este caso para que o camartelo produzisse os seus efeitos.

As Avenidas António Augusto de Aguiar e Fontes Pereira de Melo quase que não tinham edifícios e a Avenida Duque de Loulé estava-se construindo e não tinha prédios. Estes só existiam em ruas antigas como fossem: Andaluz e Medicina Veterinária. O Matadouro ficava isolado. As saídas da cidade continuavam a apresentar as suas antigas edificações.

Da Travessa do Enviado de Inglaterra partiam 2 ruas, antigos caminhos um em direcção ao quartel de Vale Pereiro e outro através do futuro Parque até próximo da Penitenciária. Estas ruas desapareceram por completo e da Travessa do Enviado pouco resta escondido entre vários prédios.

A Praça de Touros desaparece para dar lugar à construção da futura Escola Médica.

Os terrenos da Bemposta passaram para o Ministério do Exército (Guerra) onde em 1900 nos aparece instalada a Escola do Exército na parte maior, sendo a outra ocupada pelo Hospital da Estefânia, separados pela Rua Joaquim Bonifácio, então só entre a Rua de D. Estefânia e Santa Bárbara. Construiu-se também a Rua da Escola do Exército e as edificações do Cabeço de Bola a Santa Bárbara, ocupadas pela Guarda Nacional Republicana. Na planta de então vêem-se os edifícios do Bairro da Estefânia, cujas principais ruas seriam: José Estêvão, Passos Manuel, Açores e imediações e o prolongamento da Rua de D. Estefânia. A Rua Pascoal de Melo é melhorada.

Contam-se algumas construções no Bairro Andrade em torno da Rua Palmira e no Bairro Castelinhos temos a Rua Antero de Quental que virava para o Intendente. Vemos também os troços da Rua da Palma até ao desaparecido Colisen.

Já existem as escadinhas do Monte. Na Região de Sapadores temos a Rua Bartolomeu da Costa, Afonso Domingues e outras.

Isto mostra-nos que a parte nova da cidade pombalina, com os seus largos arruamentos para a época e grandes alinhamentos rectilíneos, procurava ter saídas também largas, mas foi preciso mais de um século, pois só bem depois de 1856 é que nos aparecem essas ruas a partir da parte Central da cidade, como sejam as Ruas: João Evangelista; Palma; Avenidas da Liberdade e 24 de Julho, o alargar da Rua D. Pedro V e várias outras.

Por decreto de Julho de 1885 determinou-se que Lisboa, ainda para efeitos alfandegários, passasse a ter uma maior área e para tal passaria a existir uma 2.ª estrada de circunvalação aproveitando-se uma estrada militar da defesa de Lisboa, verdadeira obra de fortificação, com fossos, trincheiras e locais obrigatórios de passagem.

Mas este decreto não foi executado. De 1887 a 1905 houve um limite provisório que seguia a estrada militar a partir das Portas de Algés — Portas de Queluz pela estrada militar, estrada

ao Casal de Pedro Teixeira, de aqui à Cruz de Oliveira, estradas estas que seguiam umas linhas de alturas, depois atingia-se na Ponte Nova a Ribeira de Alcântara e subia-se até ao Alto do Carvalhão, seguindo-se os limites das portas antigas.

Quando a cidade terminava junto à Ribeira de Alcântara ficaram de fora freguesias, algumas das quais figuravam como se fossem da cidade: Alcântara e Ajuda, o que já anteriormente ao Século XIX acontecia com S. Sebastião da Pedreira.

Os Concelhos limítrofes de Lisboa eram também: Belém e Olivais. Ao 1.º pertenciam as freguesias de: S. Pedro em Alcântara; Ajuda; Belém (no ex-Convento de S. Jerónimo); Benfica e Carnide. Ao 2.º pertenciam as freguesias de: Olivais; Campo Grande; Lumiar; Ameixoeira e Charneca.

Com a inclusão da área de Pedrouços e Belém na cidade, automaticamente passaram a pertencer à cidade as freguesias de Alcântara, Ajuda e Belém. No entanto, como dissemos, esta área não figura no estudo da 2.ª zona, mas sim na 3.ª, isto é, o seu estudo só começa no século actual a partir de 1900.

A população em 1900 já atingia um número além de 300.000 habitantes.

Para que a cidade abrangesse toda a estrada militar, a freguesia de Camarate e parte da de Sacavém chegaram a figurar, no papel, como se de Lisboa fossem, o que não se efectivou.

Quanto a jardins, verifica-se que o jardim não tem somente por finalidade embelezar o local. Tem principalmente uma acção educativa, porque se ensina o público a conservar as plantas, a começar pelas flores, que não é permitido colher; a manter os arruamentos limpos; ao mesmo tempo é local de reunião agradável quando o tempo está quente e centro de diversões para as crianças, cuja habitação, em geral, é acanhada e não possui uma nesga de quintal. Se o jardim tem coreto (entre nós infelizmente muito poucos), então ainda é melhor se houver música.

Em 1900 já se encontram na Capital jardins bem tratados que são os já existentes e que nós mencionámos, excepto o Passeio Público, para dar lugar à nossa admirável Avenida da Liberdade, também ajardinada e outros que vamos enumerar.

Assim contamos mais com os jardins: Alfredo Keil na Praça da Alegria; Botânico na Faculdade de Ciências; António Machado no Campo de Santa Clara; Constantino na Estefânia; Fialho de Almeida na Praça das Flores; Henrique de Mendonça na Praça José Fontana; 9 de Abril na Rocha do Conde de Óbidos; Nuno Álvares em Santos; na Praça de D. Luís I; em Campo de Ourique; nas Amoreiras e França Borges na Praça do Príncipe Real.

Como estátuas temos: Marquês Sá da Bandeira, na Praça D. Luís I, inaugurada em 1884 e o monumento dos Restauradores (comemoração das guerras da Restauração), inaugurado em 1886, o que é bastante pouco, comparando a nossa Capital com outras.

Como miradouros nesta 2.ª zona temos: Alto de Santa Catarina; Rocha de Conde Óbidos; Terrenos do futuro Parque Eduardo VII; Penha de França; S.ª do Monte e S. Pedro de Alcântara.



Estamos prestes a terminar esta jornada para atingirmos a actualidade e assim vamos enumerar os factos mais importantes que se deram durante este meio século (1900-1950).

50

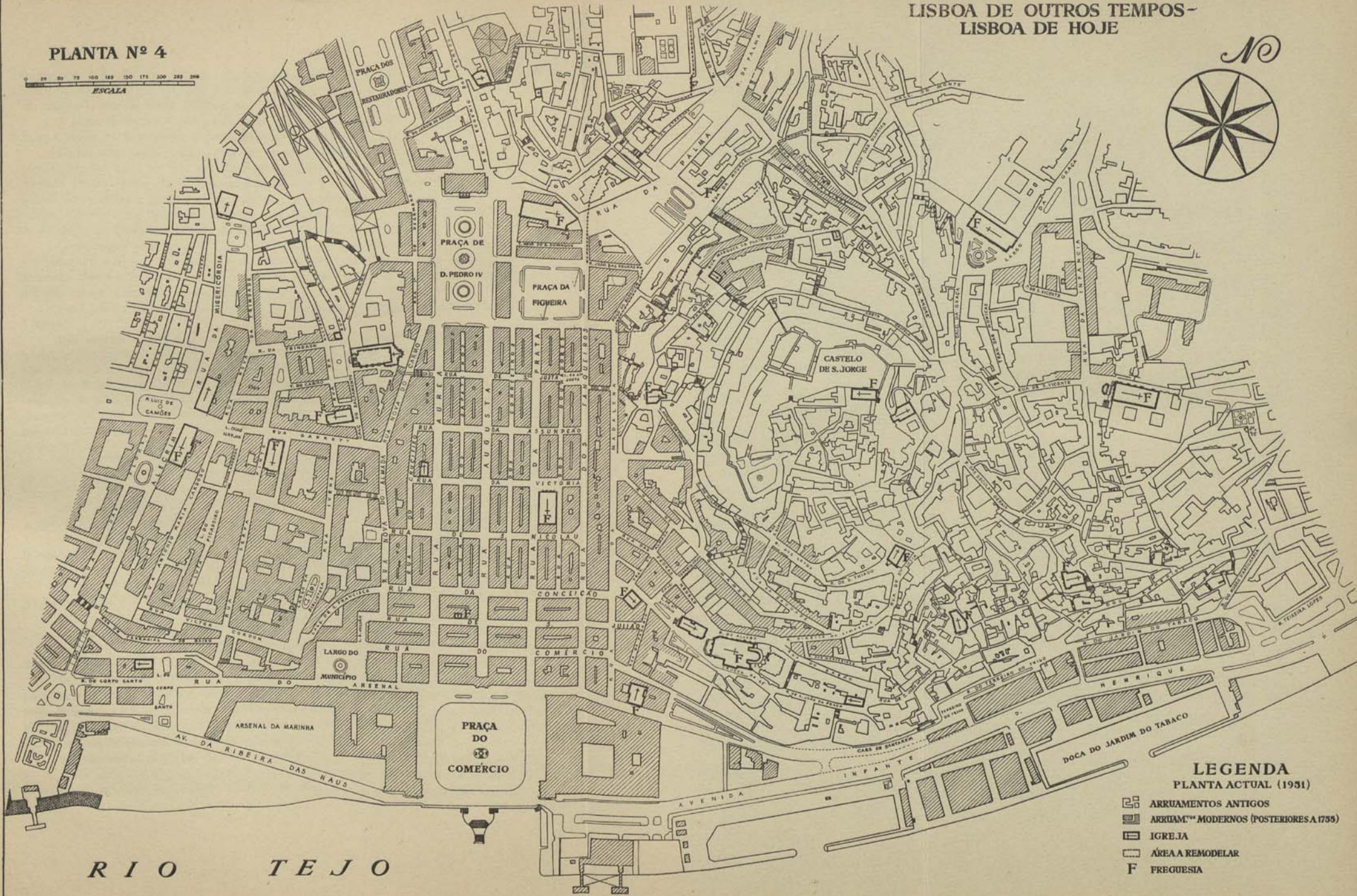
Presentemente, no século da velocidade, caminha-se mais depressa que antigamente e talvez por isso os factos se sucedem com mais frequência e são em maior número.

Os nossos antepassados provincianos não conheciam Lisboa, era no tempo da diligência, viagem demorada, própria para ricos, ou com absoluta necessidade. Depois o comboio, a menos

PLANTA Nº 4

0 25 50 75 100 125 150 175 200 225 250
ESCALA

LISBOA DE OUTROS TEMPOS - LISBOA DE HOJE



LEGENDA

PLANTA ACTUAL (1931)

- ARRUAMENTOS ANTIGOS
- ARRUAM. MODERNOS (POSTERIORES A 1755)
- IGREJA
- ÁREA A REMODELAR
- FREGUESIA

R I O T E J O

de um século de distância já dava algumas facilidades, agora a camionagem permite que um habitante do Porto, por exemplo, almoce lá e venha jantar a Lisboa. O urbanismo tende a um maior aumento da cidade. Maiores diversões, mais atractivos, etc.

A nossa planta n.º 6 (tinta encarnada) apresenta de um modo flagrante os espaços com Bairros novos, ou arruamentos e construções em áreas já habitadas.

De um modo geral, podemos garantir que não há grandes espaços, onde se possam efectuar construções (2.ª zona por nós considerada) em grande escala, a não ser no Vale Escuro e Avenida Infante Santo. Há de facto superfícies com poucos arruamentos, quer dizer, em que a falta destes obriga a grandes voltas, mas há razões para isso. Por exemplo: Mata das Necessidades; Cemitério dos Prazeres; Companhia das Águas e Carris em Campo de Ourique; Quartel de Artilharia em Campolide; Escola do Exército e Hospital de D. Estefânia.

Começaremos pelo Porto de Lisboa. Dissemos que a primitiva doca grande de Alcântara era maior que a actual. Um dia parte da muralha norte abateu numa parte ocupada hoje por armazéns. Como o fundo não tivesse ali grande solidez, resolveu-se fazer a doca rectangular e portanto menor, como hoje se encontra.

Num local próximo da ponte é que se faziam os embarques, ou em Santa Apolónia e Santos.

Não existiam tantas Empresas marítimas como hoje. A pouco e pouco iam-se fazendo armazéns e colocando guindastes nos vários Entrepósitos, desde Alcântara a Santa Apolónia, mas tudo isto se fazia vagorosamente e foi prejudicado pela grande guerra de 1914-18. Na região de Alcântara, em todas as direcções, sem ordem, ou método, se construíram armazéns, bastantes de particulares, onde se faziam negócios de lenha ou de carvão vegetal. Os cais não eram empedrados, havia lama ou nuvens de poeira. Não existiam verdadeiras Estações marítimas do Estado. Bastante mais tarde é que se substitui a ponte pela actual giratória e eléctrica. A iluminação era deficiente.

Em 1946 foram publicadas as bases para um maior incremento a dar a este Departamento do Estado e apesar do muito que já então se tinha feito a partir de 1926, a transformação é grande.

Hoje desapareceu a dispersão dos depósitos e armazéns para dar lugar a ruas, contendo armazéns alinhados e formando recintos fechados.

O apetrechamento é importante e valioso. Hoje nesta área de Alcântara encontram-se 2 esplêndidas Estações Marítimas: Na Rocha do Conde de Óbidos e em Alcântara. Novas instalações estão sendo construídas. Todo o recinto está empedrado.

Tomam grande desenvolvimento as construções navais construindo-se oficinas, 2 enormes planos inclinados e 5 docas secas desde 168 metros a 42 metros.

Para o tratamento do peixe, descarga, lota, etc., fazem-se grandes instalações em Santos e um pequeno abrigo e cais no Cais do Sodré.

A Estação dos Vapores da Parceria é melhorada, aumentada e colocada no local, onde hoje se encontra.

Para lá de Santa Apolónia não se perde de vista que Lisboa iria dentro de breve tempo, ser aumentada além dos Olivais. As obras do seu Porto deviam acompanhar o progresso. Assim foi-se conquistando o rio formando novos aterros e neste intervalo de 50 anos a margem tinha avançado 125 metros junto a Xabregas, aterro esse que continuava mais para norte e como vamos ver era de absoluta necessidade e já deveria existir há muitos anos.

Melhoram-se as passagens da 1.ª zona, através da 2.ª em direcção a Alcântara; a Avenida 24 de Julho com o seu novo traçado é bem diferente depois da metamorfose recebida. Tem 3 pisos: um privativo dos carros eléctricos do lado do rio, outro para viaturas automóveis

ligeiros no centro e a restante para os outros veículos. É a 2.ª Avenida em largura dentro desta zona tendo 42 metros de largo quase até à Rocha do Conde de Óbidos, estreitando até Alcântara, onde tem só 20 metros.

Na direcção oposta, isto é, de Santa Apolónia para Xabregas já não podemos dizer o mesmo. Todo o trajecto é muito estreito na maior parte do percurso. Portanto o aterro permitindo a abertura da bem comprida e larga Avenida Infante D. Henrique veio preencher esta lacuna, cujos benefícios só se tornarão palpáveis quando ela estiver completa. Esta Avenida segue paralela ao antigo trajecto pelo qual passa o carro eléctrico. Depois do aterro continua-se a construir a muralha, cujos trabalhos se prolongarão pela 3.ª zona do nosso trabalho.

Observando a parte ocidental da cidade digamos alguma coisa acerca dos arruamentos novos em Bairros existentes. Assim temos: Avenida Infante Santo, ligando a Avenida 24 de Julho, no futuro, com o Largo da Estrela; a Avenida Álvares Cabral, ligando aquele com o Largo do Rato, juntamente com o alargamento feito na Rua da Estrela à custa do Jardim. Isto dá lugar ao estabelecimento de uma circular bem larga desde a Praça do Marquês de Pombal e Avenida da Liberdade, como centro da cidade, em direcção a Alcântara, passando depois à Avenida da Índia.

Temos mais a Rua Vasco da Gama, ligando a Avenida D. Carlos I com a Ribeira Nova, cortando os vários Boqueirões entre a Boa Vista e o Aterro; A Rua Domingos Sequeira, ligando o Largo da Estrela ao Bairro de Campo de Ourique.

No Palácio da Assembleia Nacional desde o começo do século que se fez uma série de melhoramentos que lhe fez perder o aspecto de Convento e o local onde está foi bastante modificado. Assim se rasgaram grandes escadarias ornamentais. De um lado existia um mercado, do outro o Convento das Francezinhas. Tudo desapareceu para dar lugar a 2 jardins. A Calçada da Estrela foi alargada junto ao ex-convento; a Rua da Imprensa foi concluída e junto dela se colocou outro jardim.

A Rua das Francezinhas (ex-João das Regras) foi alargada depois de 1900. Portanto esta área da cidade foi completamente modificada nestes 50 anos, nada se parecendo com o que era anteriormente. Falta ainda o arranjo da parte da Rua de S. Bento, junto do antigo e desaparecido Arco para que tudo se harmonise.

Como arruamentos alargados podemos contar com a Travessa de S. Mamede, parte da Rua do Patrocínio e algumas travessas menos importantes.

Agora como Bairros Novos temos: o de Campo de Ourique, a partir do seu jardim, outro mais moderno, próximo das Amoreiras, outro próximo da desaparecida Cova da Moura e no começo da Avenida da Índia, junto dos terrenos camarários ali existentes.

Aqui, como por toda a parte no país, ou no estrangeiro, os Bairros Novos são caracterizados por uma rede de arruamentos paralelos e perpendiculares.

Quanto a outras ruas mais antigas, ainda que importantes, os Municípios procuram somente alargá-los quando se faz uma reconstrução e, em geral, por mais que lhe mexem o resultado é incompleto. Por exemplo a nossa Rua de S. Bento, muito comprida e torta, ora alarga, ora aperta, também a das Janelas Verdes e outras. Quando se encontram arruamentos destes, mais vale abrir uma passagem a direito em local mais apropriado, como por exemplo as Avenidas atrás citadas, ou como se nota em cidades bem antigas, com Bairros dessa época como em Paris (as Avenidas dos Italianos, Madalena, etc.) e em Madrid (Avenida José António, etc.).

Áreas, como a Lapa, Esperança, Flores, Santa Isabel, Bairro Alto e Bica Duarte Belo, mantêm-se na mesma nestes 50 anos.



Passemos à parte oriental a partir de 1900. O Parque Eduardo VII começou a alindar-se, construindo-se uma apreciada estufa fria e uma parte, ainda que pequena, ajardinada. Existiam lagos pequenos na parte mais elevada e outro maior na parte inferior, uma pérgula e arborização junto à Rua Castilho. No lado oriental construiu-se um elegante pavilhão com estrutura em ferro, hoje destinado a Salão de Festas. Mais tarde o lago inferior e a pérgula desaparecem para dar lugar ao novo arranjo, hoje em execução. Ao mesmo tempo fez-se um miradouro na parte superior próximo da estufa.

As obras da área de Alexandre Herculano a partir de 1900 tomam grande vulto. Esta rua é aberta para o Largo do Rato e constroem-se as Ruas Braamcamp e Joaquim António de Aguiar, demolindo-se o Quartel do Vale Pereiro e o Pátio do Gerales.

O espaço livre entre Santa Isabel-Rilhafões e Avenida Duque de Avila é preenchido com as edificações dos Bairros do Conde de Redondo e do Saldanha, modificando-se o Largo de Andaluz, alargando-se uma pequena parte da Rua de Santa Marta e parte da Rua das Picoas, desaparecendo outra parte de esta.

Mais tardé, a Rua Rodrigo da Fonseca, que não passava do cruzamento da Avenida Braamcamp, é continuada até à Penitenciária ao mesmo tempo que se alargava e rectificava a Rua de Artilharia I e se construíram as que lhe ficavam adjacentes.

Constroem-se as Ruas Rodrigues Sampaio e Camilo Castelo Branco e as Ruas Alexandre Herculano e Barata Salgueiro são então ligadas à Rua de Santa Marta. Todas estas ruas são espaçosas e dão à cidade um novo aspecto. A Rua Joaquim Bonifácio estabelece a ligação com o Largo de Santa Bárbara. Modernamente foi construída a Avenida Sidónio Pais junto ao Parque Eduardo VII.

A Praça Marquês de Pombal, a mais vasta de Lisboa entre as modernas e com área quase igual à do Comércio, tem saídas fáceis em todas as direcções, é o remate da Avenida da Liberdade, está em ligação perfeita com o Parque Eduardo VII e pode considerar-se o coração da cidade. De aqui parte a ligação à Auto-Estrada, a qual atravessando as Amoreiras vai ter ao Viaduto Duarte Pacheco sobre a Avenida de Ceuta.

O Largo de Santa Bárbara está tendo uma modificação radical.

Há já alguns anos foram também construídas as Ruas: Alexandre Braga e Cidade da Horta na Estefânia.

Com todos estes melhoramentos, as antigas Ruas de Santa Marta e S. Sebastião da Pedreira perderam toda a importância que tinham antigamente. Ora o mesmo aconteceu às Ruas dos Anjos e de Arroios. Do Largo de Arroios partem para o Areeiro a Rua Alves Torgo e para Entre Campos à Rua do Arco do Cego. Porém, a Avenida Almirante Reis e as ruas adjacentes, que formam os Novos Bairros das Colónias, Inglaterra, Penha de França e Poço dos Mouros, ocupando terrenos disponíveis para arruamentos faz perder todo o valor às antigas ruas.

Próximo à Senhora do Monte outro Bairro (Estrela de Ouro) se forma e mais além, próximo à Rua da Penha de França, temos o Bairro Lamosa. Na parte inferior da colina constroem-se de novo a Rua Damasceno Monteiro e rectifica-se a Heliodoro Salgado.

O Caminho de Baixo da Penha está sendo transformado na Avenida Roçadas, a qual num futuro mais ou menos próximo atingirá a Rua de Sapadores, ligando esta à Rua Moraes Soares.

Junto a esta Avenida outro agrupamento de novas ruas surgiu, sendo uma das mais importantes a de Cesário Verde, que ligará, no futuro, o Vale Escuro ao miradouro da Penha de França.

Vários arruamentos são melhorados como a Rua de Sapadores e a Travessa da Senhora da Glória; outros, próximo da área de Santa Clara são abertos como: Rua Afonso Domingues, Rua Washington e Leite de Vasconcelos.

Ainda junto e a oeste da Avenida D. Afonso III temos um outro Bairro conhecido por Lopes e a leste da Avenida Roçadas um pequeno agrupamento de edifícios cujas principais ruas são: Frei Manuel Cenáculo e Castelo Branco Saraiva.

Uma área relativamente extensa que vai do Cemitério à Rua de Sapadores e à Calçada da Cruz da Pedra (Santa Apolónia), conhecida por Vale Escuro, está sendo urbanizada. Já estão delineadas algumas ruas principais, indo uma do extremo norte da Avenida Roçadas até à Calçada da Cruz da Pedra. Esta rua, por sua vez, ligará com a Avenida Roçadas por uma rua por detrás do quartel de engenharia; com a Rua Castelo Branco Saraiva e com a Rua Cesário Verde, passando por debaixo de um viaduto a construir na Avenida Roçadas.

Presentemente no Vale Escuro ainda se encontram alguns caminhos antigos que serviam várias quintas.

Uma rua bem antiga nesta parte da cidade desapareceu. Era o Caminho do Forno do Tijolo, absorvido pelas edificações do Bairro das Colónias numa parte e na outra substituído pelo nome da Rua Angelina Vidal.

Do Largo do Rato pela Avenida Alexandre Herculano — Rua do Conde de Redondo — Rua Joaquim Bonifácio, Largo de Santa Bárbara — Rua Angelina Vidal — Rua de Sapadores, Rua do Vale de Santo António podemos, por arruamentos bastantes largos, percorrer uma parte da cidade em circulação.

A região a leste da Avenida Almirante Reis, apesar de tantas construções, está ainda hoje muito pouco provida de arruamentos que permitam deslocamentos fáceis de leste para oeste e vice-versa; 2 casos podem servir de justificação — Um o relevo do terreno, outro o fraco aproveitamento de vias de comunicação.

Conclusão: Em qualquer planta da cidade seria fácil verificar que as comunicações na 2.ª zona de leste para oeste e vice-versa, só são razoáveis fora da parte mais antiga, como é natural.

Além da circular a que nos referimos, existe outra que é a estrada de circunvalação, hoje uma série de excelentes Ruas: Maria Pia, Alto do Carvalhão, Marquês de Fronteira, Duque de Ávila, Moraes Soares, Parada do Alto de S. João, Avenida D. Afonso III obtidas por alargamento ou rectificação feita anteriormente.

Quanto a radiais, ou saídas para a periferia da cidade, são das melhores. Podemos citar em 1.º lugar a Avenida da Liberdade. Depois a Praça do Marquês de Pombal e ruas adjacentes ao Parque Eduardo VII, nas quais englobamos o acesso à auto-estrada pela Avenida Joaquim António de Aguiar e a Campolide pela Rua de Artilharia Um.

Por último temos as marginais: Avenidas 24 de Julho e Afonso Henriques e finalmente a Avenida Almirante Reis.

A partir de S. Roque não é fácil obter uma radiante em direcção a Campolide, como as anteriores; temos que nos contentar com ruas mais modestas e sinuosas como a Rua da Escola Politécnica — Largo do Rato e depois Rua de Artilharia Um, ou Rua das Amoreiras.



Nesta zona e numa época mais moderna (posterior a 1900) onde o bem estar do cidadão é mais cuidado e apreciado do que nos séculos passados, encontramos todos os jardins bem tratados e frequentados que são o encanto principalmente das crianças, tanto mais que possuem divertimentos devidamente fiscalizados. Os novos jardins são: Alameda Eduardo Coelho, em S. Pedro de Alcântara (1904); António Feijó, junto à Igreja dos Anjos; Braamcamp Freire, no Campo dos Mártires da Pátria; Cesário Verde, na Rua D. Estefânia; Gomes Leal, no Largo do Mitelo; João Chagas, na Avenida 24 de Julho; Municipal, na Rua da Imprensa; Na Alameda de Santo António dos Capuchos.

Como miradouros modernos temos: no Parque Eduardo VII, Torel e sobranceiro ao Bairro das Colónias (Praça do Ultramar) o Monte Agudo.

Monumentos em jardins, ou Praças, nestes 50 anos foram colocados: A Mulher (escultura simbólica), no Jardim da Rua da Imprensa; Neptuno, no Largo de D. Estefânia; Maria da Fonte, no Jardim de Campo de Ourique; Prometeu, no Jardim Constantino; Pedro Alvares Cabral, Restauradores, Dr. António José de Almeida, Duque de Saldanha e Marquês de Pombal, nos arruamentos dos referidos nomes; Mortos da Grande Guerra, Pinheiro Chagas (1908), Feliciano de Castilho, Oliveira Martins, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Rosa Araújo, na Avenida da Liberdade; Fernão de Magalhães, na Praça do Chile; Eduardo Coelho, no Jardim de S. Pedro de Alcântara; Camilo Castelo Branco, na Avenida Duque de Loulé; Dr. Bernardino Gomes, no Campo de Santa Clara; Sousa Viterbo e França Borges, no Jardim do Príncipe Real.

Por aqui se vê que nos últimos anos se deu um acréscimo apreciável à representação no bronze e na pedra de figuras que ilustraram o nosso país e que, após a sua morte, os vivos procuram honrar a sua memória através do tempo.

Para remate, faremos algumas considerações traduzidas em várias sugestões que nos ocorrem. Vejamos pois. Turistas estrangeiros e nacionais que se propõem visitar o que de notável exista para ver e admirar, como: museus, monumentos, miradouros, Bairros típicos antigos e modernos, em suma tudo quanto desperte curiosidade, deslocam-se de autocarro, ou auto-ligeiro, isto é, em viaturas rápidas para verem muito em pouco tempo.

Qual será a impressão produzida nestes visitantes, quando a viação acelerada tem que diminuir a velocidade, porque o trânsito é muito e as passagens são estreitas? Certamente que a impressão não é boa.

Ora em certos lugares desta zona existem passagens, diversos estrangulamentos, ainda que o sentido seja dirigido, que obrigam a paragens, ou a caminhar de vagar.

Várias passagens apertadas têm sido modificadas, como na entrada da Rua Gomes Freire e na Rua de S. Bento, próximo à Rua da Imprensa Nacional, mas ainda são passagens estreitas as seguintes: Entrada da Rua Luciano Cordeiro, próximo ao Hospital dos Capuchos para o Campo dos Mártires da Pátria; parte da Rua da Graça para ligação fácil com a Rua de Sapadores e Rua da Penha de França (local de grande circulação); a Rua da Penha de França (ainda com 3 passagens apertadas, apesar das novas rectificações feitas); a Rua das Amoreiras, junto à Rua Silva Carvalho; a parte antiga da Rua Saraiva de Carvalho para a Rua D. Dinis; parte da Rua do Patrocínio; a Rua do Quelhas, junto à Emissora Nacional e a Rua do Século, próximo ao Arco a Jesus, etc.

Podemos afirmar que será rua estreita, toda aquela que não permita a passagem dos carros eléctricos em duas linhas distintas.

A passagem da Rua de S. Pedro de Alcântara já foi alargada, quanto possível, mas o espaço é pequeno. Quando se cortar o Bairro Alto, do Camões à Rua D. Pedro V, por uma Avenida, é que se obterá uma passagem rápida do Chiado, ou do Cais do Sodré para o Largo do Rato.

O Campo dos Mártires da Pátria, com boas passagens para Norte, precisa de saídas fáceis para o Sul e isso só se poderá fazer depois do arranjo do Largo Martim Moniz, abrindo uma Avenida ao longo da muralha a Leste do Hospital de S. José até ao Largo do Mitelo.

Só efectuando estes e talvez mais alguns melhoramentos nesta zona da cidade é que podemos dizer abertamente que o trânsito se faz em óptimas condições.

Não devemos também perder de vista, o dotar a cidade com refúgios para peões, onde as ruas sejam largas, por exemplo na Praça do Marquês de Pombal e aumentar, quanto possível, o número de placas circulatórias para as viaturas, onde a largura das ruas o permita, como se procedeu no cruzamento da Praça José Fontana com a Avenida Duque de Loulé.

Estamos completamente convencidos de que a maioria dos lisboetas não conhecem a maior parte da cidade. E pena realmente.

Quantas pessoas há que nunca admiraram a cidade vista do miradouro do Jardim de Almada! E é tão simples, como agradável. A travessia do rio feita em poucos minutos e depois um pequeno passeio até ao jardim, nada mais. Os edifícios de Lisboa aparecem-nos sobrepostos e o arvoredo dissimulado; dentro desta zona não se descortina de Alcântara para Santa Apolónia, um pouco de terreno devoluto, tudo são casas em aspectos policromos.

Assim podemos dizer, junto a Almada. Lisboa é uma grande cidade que se estende ao longo do rio e para Norte perde-se de vista e confunde-se com o céu.

(Continua).

Mázio Xavier de Brito.





RUA DA JUDIARIA, NO BAIRRO DE ALFAMA

A SINAGOGA DE ALFAMA

Em 20 de Fevereiro de 1951 faleceu o nosso ilustre e saudoso amigo, um dos mais eminentes olisipógrafos, Eng. Augusto Vieira da Silva. A implacável morte ceifou-o repentinamente em plena actividade, apesar dos seus provecos 82 anos incompletos (pois nasceu em Lisboa em 10 de Setembro de 1869) e ainda em excelente estado de saúde, conforme a sua própria afirmação, amoravelmente reproduzida no lutuoso e sentido artigo necrológico do Dr. Jaime Lopes Dias na *Revista Municipal* — n.º 48 de 1951 — «Na verdade, Doutor, — dizia-lhe o Eng. Vieira da Silva pouco antes de falecer — sinto-me bem. Não sou moço, mas estou a passar bem».

Infelizmente, o seu inesperado falecimento pôs de luto a *Revista Municipal*, da qual era constante colaborador, e «a gloriosa confraria dos olisipógrafos», na bela expressão do Dr. Jaime Lopes Dias. Acrescentaremos que a Comunidade Israelita de Lisboa ficou igualmente enlutada — apesar de Vieira da Silva não ser judeu — por perder, pela sua morte, um exímio e competente investigador das antigas Judiarias de Lisboa e das respectivas sinagogas.

O Eng. Vieira da Silva foi, com efeito, o primeiro, e até agora o único, olisipógrafo que estudou minuciosamente a situação das diversas Judiarias da Lisboa antiga, nas suas, já clássicas, obras: *A Judiaria Velha de Lisboa*, Lisboa 1899/1900 e *A Judiaria Nova e as Primitivas Terceiras de Lisboa*, Lisboa 1901.

Resumindo os exaustivos estudos de Vieira da Silva, diremos que, além da primitiva e mais antiga Judiaria de Lisboa do bairro da Pedreira, onde foi construída uma sinagoga em 1280, cuja inscrição hebraica publicámos (1), Judiaria que teve efémera existência, por ter sido extinta por D. Dinis em 1317, existiam em Lisboa três Judiarias:

1.º — *A Judiaria Velha, ou Judiaria Grande*, ocupando o bairro de Santa Madalena, estendendo-se, aproximadamente, entre as igrejas de Santa Madalena e de S. Nicolau, a antiga Rua dos Mercadores (que, antes do terremoto, se encontrava entre as actuais Ruas da Conceição e de S. Nicolau), a Rua da Princesa (actualmente Rua dos Fanqueiros) e a Rua Nova (que se encontrava aproximadamente à altura da Rua dos Bacalhoiros).

Essa Judiaria possuía uma sinagoga, chamada Sinagoga Grande, construída em 1307, que se encontrava na Rua da Princesa, à esquina da Rua dos Mercadores, aproximadamente, a meia distância entre as actuais Ruas de S. Nicolau e da Conceição.

Depois do decreto de expulsão dos judeus de 1496, esta sinagoga foi transformada em igreja de Nossa Senhora da Conceição e D. Manuel fez dela doação ao Mestrado do Cristo. Mais tarde, a Ordem de Cristo mandou para lá os freires de uma ermida que havia no sítio do Restelo — onde se construiu depois o Mosteiro dos Jerónimos — tendo-se conservado freires da Ordem de Cristo na antiga sinagoga até o terremoto de 1755.

Como em 1698 se erigiu a igreja paroquial de Nossa Senhora da Conceição na vizinha Rua dos Ferros, a antiga sinagoga passou então a chamar-se Conceição Velha, para a distinguir da nova igreja da Conceição.

Em consequência do terremoto de 1755, que destruiu pelo desmoronamento e pelo incêndio a quase totalidade de Lisboa, a ex-Sinagoga Grande foi também completamente destroçada, ficando apenas uma lápide com uma inscrição hebraica, que foi salva de entre os destroços pelas devotadas mãos do então Bispo de Beja, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, que a levou para a sua diocese de Beja e mais tarde para Évora, pela ascensão do prelado de Beja a Arcebispo de Évora. Actualmente, constitui uma das jóias paleográficas do Museu Luso-Hebraico «Abraham Zacuto» de Tomar (2).

Tendo a igreja da Misericórdia da Rua da Alfândega escapado em parte à destruição, os freires da Ordem de Cristo da ex-Sinagoga Grande, ou igreja colegiada da Conceição Velha, foram transferidos para a vizinha igreja da Rua da Alfândega, que, por esta razão, passou a chamar-se também — mas só depois de 1755 — da Conceição Velha.

Dáí provém a errada suposição de alguns olisipógrafos, repetida em vários Guias de Lisboa, de que a actual igreja da Conceição Velha da Rua da Alfândega era antiga sinagoga. A igreja da Conceição Velha, que foi realmente sinagoga, era a que estava situada, antes do terremoto, algures entre as actuais Ruas de S. Nicolau e da Conceição, e que, como dissemos, ficou completamente destruída.

(1) *Inscrições Hebraicas em Portugal*, Lisboa 1923, separata da *Arqueologia e História* vol. I. No mesmo estudo reproduzimos também o resultado das investigações de Vieira da Silva sobre as Judiarias de Lisboa.

(2) A sua interessante inscrição já foi por nós traduzida e estudada no nosso trabalho: *Inscrições Hebraicas em Portugal*, obra já citada.

ARCO DO ROSÁRIO QUE DO TERREIRO DO TRIGO
LEVA PARA A RUA DA JUDIARIA DE ALFAMA



R U A D A J U D I A R I A





PROF. DR. CHAIM WEIZMAN, (X), PRIMEIRO
 PRESIDENTE DO ESTADO DE ISRAEL,
 HA POUCO FALECIDO, DURANTE A SUA VISITA
 A JUDIARIA DE ALFAMA EM 1940, NA NOSSA
 COMPANHIA E DO JORNALISTA ZELIK BACK
 (FOTOGRAFIA DO SR. DAVID HALPERN)

NA CASA N.º 8 NO BECO DAS BARRELAS,
 A X MARCA O LUGAR ONDE SE ENCONTRAVA
 OUTRORA A SINAGOGA DE ALFAMA



L A R G O
 DE S. RAFAEL
 E A ENTRADA
 DA ANTIGA
 SINAGOGA
 DE ALFAMA

2.º — *A Judiaria Nova, ou Judiaria Pequena.* Quando os judeus tiveram de abandonar o bairro da Pedreira, foram estabelecer-se, entre 1317 e 1319, nas proximidades da actual Rua de S. Julião, onde fundaram a Judiaria Nova, também chamada das Taracenas, ou Judiaria Pequena da Moeda, por ficar próximo o antigo edificio da Moeda. Essa Judiaria era realmente pequena e parece que se reduziu apenas a uma só rua, que se chamava então Rua da Judiaria ou das Taracenas ou Tercenas, seguindo, aproximadamente, o eixo da actual igreja de S. Julião, desde a porta principal até à fachada do edificio do Banco de Portugal, na Rua Áurea. A Judiaria Pequena, que teve igualmente uma sinagoga, «esnoga que partia por detraz com casas da Rua Morraz, e junto dela havia huma casa de banhos dos Judeos» (3), esteve sujeita a ter sorte idêntica à da Pedreira, pelo facto de que, em 1370, D. Fernando tinha ordenado «derribar a rua das Taracenas em que os judeus moravam», mas, felizmente, esta ordem não teve seguimento.

É provável que a sinagoga da Judiaria Pequena estivesse situada no sítio onde se encontra a actual igreja da Rua de S. Julião, pelo facto de que, na reconstrução de Lisboa depois do terremoto, se construir uma igreja no sítio onde anteriormente tivesse existido uma antiga igreja, sendo certo que, no reinado de D. Manuel, a ex-Sinagoga da Judiaria Pequena também foi transformada em igreja.

3.º — *A Judiaria da Alfama, ou a Judiaria Pequena da Torre de S. Pedro.* Nesse bairro, que, como se sabe, não fora atingido pelo terremoto, ainda existe a respectiva Rua da Judiaria. Sabe-se também que essa Judiaria possuía uma sinagoga, que fora construída em 1373/74, como consta de uma sentença de D. Fernando que diz: «no anno da era myl quatrocentos onze a doze annos (=1373 a 1374) os judeus da dita cidade (Lisboa) fizeram sinagoga nova sem nosso mandado na Alfama...», pelo que foram condenados a pagarem a multa de 50 libras de ouro, «... e a livra ha de ser de lxxij dinheiros douro», multa de que, aliás, o rei os absolveu, sob certas condições (4).

A Judiaria da Alfama, ou pelo menos a sua esnoga, foi fundada após a trágica investida das Judiarias pelas hostes de D. Henrique II de Castela, no seu ataque a Lisboa em 1373, o que explica a urgência que teve a comunidade judaica em fundar uma nova Judiaria e uma

(2) *Extremadura*, Liv. I, fl. 121, ano 1498 (Torre do Tombo).

(4) Torre do Tombo, Chancelaria de D. Fernando, Liv. II, fls. 53 v., era 1417, que corresponde a 1379 e reza assim:

— Sentença ante (1) el Rey e a comuna dos Judeus de Lixboa por razam da sinagoga da Alfama.

Dom fernando etc. a quantos esta carta vyrem fazemos saber que perante nos pareceo hum feito por agravo dante (2) gonçalo lourenço juiz que entam era dos feitos dos nossos contos da cidade de lixboa o qual feito era ante nos e a comuna dos Judeus da dita cidade por razam de demanda que afonso martins nosso procurador por nos e em nosso nome fazia a dita comuna por ante os nossos contadores da dita cidade. E depois por ante o dito gonçalo lourenço dizendo contra a dita comuna que no ano da era de myl quatrocentos onze a doze (3) años os judeus da dita cidade fizeram sinagoga nova sem nosso madado na alfama consentindo toda a comuna e a qual rezavam e faziam sua oraçam. E dizia o dito afonso martins nosso procurador que era direito que nenhũ judeu nom fizesse nem começasse a fazer sinagoga nova sem mandado do senhor da terra e por fazer ou começar a fazer que pague cincoenta livras douro para nos e a livra ha de ser de lxxij (4) dinheiros douro. E dizia que os ditos judeus da comuna da dita cidade fizeram a dita sinagoga sem nosso mandado pela qual couza cairam na dita pena e pedia o dito nosso procurador que os ditos contadores per sua sentença constringessem a dita comuna que dessem e pagassem a nos as ditas Livras cincoenta douro e se alguma cousa ficasse por declarar protestava ao declarar nos assuntos seguindo mais com-

(1) Entre.

(2) De entre.

(3) Correspondente a 1373-1374.

(4) 72.

nova sinagoga, sem esperar a obtenção da prévia licença régia. Foi essa, provávelmente, a razão pela qual a comunidade israelita ficou absolvida do pagamento da multa de 50 libras em ouro que lhe foi imposta por ter construído nova sinagoga sem licença régia, sob a condição, porém, de que não «uzassem dela para sinagoga nem tenham nellas *touras*, nem alampadas, nem outras couzas que a ella pertencem, nem fazerem nella oras...», para não estorvarem «as oras da igreja de sam pedro», que se encontrava na proximidade da sinagoga.

Não sabemos se essa proibição foi mantida ou se, mais tarde, a comunidade judaica obteve autorização de utilizar a sinagoga da Alfama para as suas orações.

Faltava determinar o sítio onde se encontrava a antiga sinagoga da Alfama.

Parecia que, desde que a Alfama saiu ilesa do terremoto, deveria, talvez, ser possível identificar o edificio da sua antiga sinagoga.

Confessamos, que levado por essa esperança, palmilhámos muitas vezes os estreitos e abruptos meandros da velha Alfama à procura de uma casa antiga que tivesse aspecto sinagoga. Essas inspecções visuais de certas casas de aspecto antigo nos levaram a abandonar as nossas pesquisas, por nos convenceremos da inutilidade do seu prosseguimento.

Vimos, com efeito, que nas actuais ruas da Alfama, muito embora tivessem conservado o traçado das vielas e travessas antigas, os edificios já são mais ou menos modernos. As antigas casas da Alfama, ou a maior parte delas, foram, pouco a pouco, substituídas por casas novas, de mais andares, ainda que continuassem a ocupar as mesmas áreas e conservassem o mesmo alinhamento que as casas antigas que foram substituindo. Nessas condições, as actuais ruas da Alfama ainda que conservassem o turtuoso traçado antigo, a maior parte das casas existentes já o não é e, consequentemente, poucas esperanças havia de se poder descobrir a casa da antiga sinagoga, por entre o actual casario da Alfama.

★

Um dia porém, encontrámos na Baixa o nosso velho amigo o Eng. Vieira da Silva, que, muito alvorçado, nos comunicou a boa nova de ter descoberto na Torre do Tombo um documento manuelino sobre a «ysnoga da Alfama», contendo confrontações e indicações que permitiriam

pidamente em sua petição era contheudo. A qual visto pelo dito gonçalo lourenço julgou que nom trazia direito, da qual sentença o dito nosso procurador para nos agravou. E nos visto o dito agravo julgamos que o dito gonçalo lourenço nom julgou bem e corregendo em seu juizo julgamos que a dita petição trazia direito e mandamos a lazaro benefacto procurador da dita comuna que a contestasse a qual elle contestou della por confissam della por negaçam e sobre o negado foy tirado inquiriçam a qual vista por nos em relaçam com os do nosso conselho perante o conde dom joham afonso dourem e presentes o nosso procurador e o procurador da dita comuna julgamos que se nom provara da nossa parte tanto que a considerasse aaquilo que era pedido que a dita comuna em razam das livras de ouro que lhe era demandado e porem absolvemos desta a dita comuna. E que se mostra por actos que a dita sinagoga está em lugar que estorvam as oras na igreja de sam pedro mandamos que nom uzassem della para sinagoga nem tenham nella *touras* ⁽⁵⁾ nem alampadas nem outras couzas que a ella pertencem nem fazem nella oras e que o nosso procurador quizesse demandar que sera recebido e que cite samuel aurico judeu que se prova que a mandou fazer e fazer lhe ham disto porem nos mandamos que cumprides o nosso juizo como em elle he contheudo um al nom façades. Dado em santarem xxi dias de novembro el Rey o mandou para gomes martin³ bacharel em leis seu vassallo e veedor da sua fazenda. Vasco vicente o fez era de myl iiij exvij anos ⁽⁶⁾.

60

Pelo documento supra vê-se qua a comuna judaica de Lisboa foi absolvida do pagamento da multa de 50 libras ouro, mas que foi prohibida de continuar a servir-se da sinagoga da Alfama para o seu serviço religioso.

⁽⁵⁾ Pentateucos.

⁽⁶⁾ 1417 da era corresponde ao ano de 1379.

possivelmente a sua identificação ⁽⁵⁾, tanto mais que uma das confrontações era dada em relação à cerca Fernandina, cujo traçado Vieira da Silva já tinha completado na sua planta. Graças a estes dados poderíamos talvez, ele, como competente olisipógrafo e nós, como perito sinagoga, determinar a situação exacta da antiga sinagoga de Alfama.

Assim fizemos, e no dia combinado encontrámo-nos na Alfama, vindo Vieira da Silva munido da sua planta e da cópia das medidas e confrontações do citado documento da Torre do Tombo, estando ambos decididos a darmos com a sinagoga...

Efectivamente, demos com ela. Infelizmente porém, não encontramos o próprio edifício da sinagoga, aliás, constituída por «quatro casas sobradadas», conforme reza o documento manuelino, achando em seu lugar uma casa moderna de quatro andares, situada no n.º 8 do Beco das Barrelas — estreita e curiosa viela em forma de U designada no dito documento por «travessa que vay teer ao muro» —, em frente da Rua da Judiaria e do Largo de S. Rafael. É, com efeito, nesse mesmo sítio que, — de acordo com as confrontações e medições consignadas no documento manuelino da Torre do Tombo que publicamos — devia encontrar-se a «synoga» (da Alfama) «na Judiaria pequena quo foy a torre de sam pedro». A Rua da Judiaria ainda existe e, embora já tivessem desaparecido a Torre e a porta de S. Pedro, conhece-se o sítio onde a dita Torre se encontrava, pelo facto de ter sido marcado o respectivo emblema, as chaves de S. Pedro, numa laje embutida na parede de encosto do pequeno Largo de S. Rafael, onde desemboca a Rua da Judiaria.

Quisemos contudo investigar a dita casa do Beco das Barrelas, que apresenta no rés-do-chão um portão de ferro que dá acesso a uma carvoaria sem pavimento, ou seja de pavimento térreo. Examinámos a carvoaria, mas nada aí encontramos que nos fizesse lembrar uma sinagoga, a não ser a espessura das paredes que, possivelmente, podem ser restos do antigo edifício sinagoga. O actual portão de ferro parece moderno, mas é de admitir que um portão de ferro tivesse possivelmente servido de entrada à própria sinagoga.

Isto passou-se poucos meses antes do falecimento do nosso querido e saudoso amigo Eng. Vieira da Silva, e é com profunda tristeza que aproveitamos esta ocasião para publicar os resultados de uma das suas derradeiras e ainda inéditas investigações.

Pelo falecimento do insigne olisipógrafo estão de luto: Lisboa, que perdeu um dos seus mais activos e mais competentes cultores, e a Comunidade Israelita de Lisboa, que perdeu o primeiro, senão — por enquanto — o único investigador das antigas Judiarias e esnogas olisiponenses.

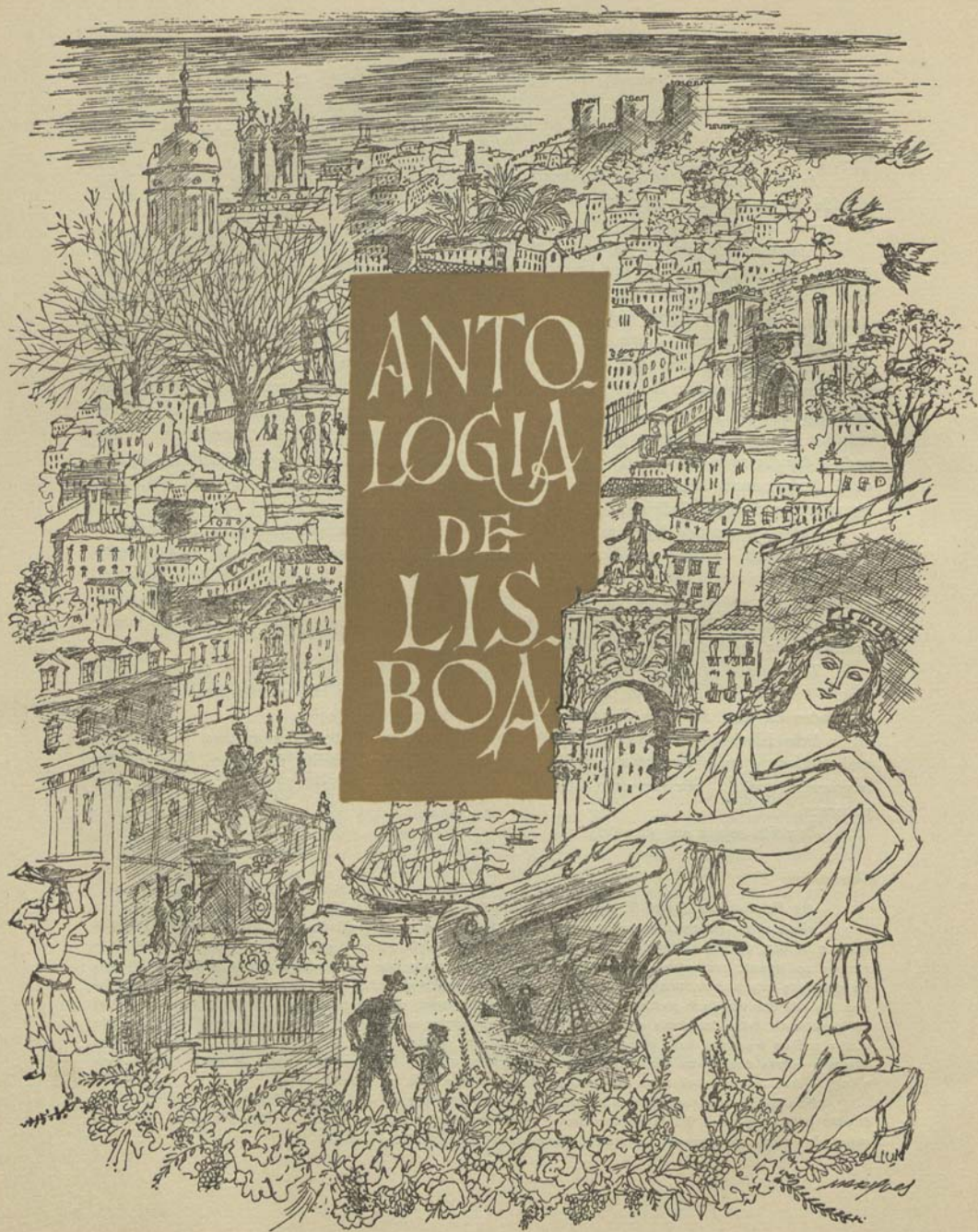
Bem dita seja a sua memória!

Samuel Schwarz.

(5) Estremadura, Livro I, fls. 252 v., cujo trecho, datado de 1502, é do seguinte teor:

«Item a synoga que foy que traz gonçalo fernandez he na dita cidade (Lisboa) na Judiaria pequena que foy aatorre de sam pedro e parte ao norte com Rua publica e ao sul com eyrado de bertholomeo geronimo e ao levante com casas de gonçalo cortador e com casas que foram da mourisca e ao poente com travessa que vay teer ao muro (cerca) e no terreo com logias do dito bertholomeo geronimo e com outras com que de dereyto deuẽ partir, em aqual ysnoga sam quatro casas sobradadas, sem logia alguã e teem de longo huã dez varas e mea e de largo ao sul contra o mar quatro varas e duas terças e ao norte contra a Rua tem tres varas e terça e a outra casa tem de largo duas varas e mea e de longo tres varas e mea e outras duas casas teem ambas de longo quatro varas e de largo duas varas de cinco palmas vara e paga o foro de cada huã anno dous mil e oitocentos rã e duas galinhas.»

Não há dúvida que se trata da sinagoga da Alfama por ser localizada à Torre de S. Pedro e confrontar com «casas que foram da mourisca». Também não há dúvida que só o Eng. Vieira da Silva era capaz de se orientar naquelas complicadas confrontações e medidas.



ANTOLOGIA
DE
LISBOA

ESTUDOS OLISIPONENSES

O bimilénio de Lisboa

Paris está a celebrar o segundo milénio da sua passagem da proto-história para a história, pela mão divina de Júlio César.

A velha cidade do *Sequana* (1) não comemora, contudo, tódá a sua antiguidade, mas apenas o ciclo dos dois últimos milénios (2) da sua longa vida.

O herói glorioso de Alísia (52, a. C.), vencedor de Vercingetórige e de outros grandes chefes gauleses (3), transmite à posteridade a herança de mais de dois ou três milénios de proto-história, em cuja idade culmina a civilização céltica, e muitos milénios de pré-história.

A *urbs* ancestral desenvolveu-se numa área de ricos jazigos pré-históricos.

Chelles, a treze quilómetros de distância, marca o início, na era quaternária (4), da idade da pedra lascada ou do paleolítico, e dá nome a uma época, chelense, que é a primeira em que aparecem vestígios claros do homem na Europa.

A região de Paris foi, portanto,, «L'aube de toute la culture humaine» (5) e «habitée dès les origines de l'humanité» (6).

O mais velho homem da Bacia Parisiense andou «à peine vêtu» foi de «constitution la plus robuste», «souple, agile, avec ses longs bras et ses jambes flexibles... habile à grimper aux arbres géants», «armé du gourdin de bois de lépieu», caçou «des antilopes, des biches, des élans, des rennes, des chevaux, l'auroch, toureau sauvage analogue au bison» e evitou o encontro sempre que lhe foi possível dos «mastodontes, l'hoppopotame formidable, les félins géants, l'ours des cavernes, le rhinocéros à narines cloisonnées» (7).

São mais de cem mil anos de civilização que Paris pode juntar aos dois curtos milénios que festeja.

É de um dos seus subúrbios mais próximos, Levallois, o *levalloisien*, uma cultura especializada do musteriense (8).

(1) Nome de origem proto-celta ou ligure. Vede Albert Grenier, *Les Gaulois*, cap. *Les Ligures et les Proto-Celtes*, Paris 1945, p. 57.

(2) Para o estudo da história de França, desde César a Carlos Magno, até ao ano 1.000, vede Marcel Brion, *De César a Charlemagne — Des Origines à l'An 1.000*, Paris 1949.

(3) Vede Julius Caesar, *De Bello Gallico*. A queda de Alésia marca o termo da luta organizada dos Gauleses. Operou-se a submissão total, no ano seguinte, em 51. Foi esta data que serviu de pretexto às celebrações da França actual. Ela é o símbolo da entrada da Gália no seio da civilização romana. Contribuiu o apoio do partido colaboracionista: «dans chaque cité, le parti de la collaboration avec Rome avait compté de nombreux adeptes», em Emile Thevenot, *Les Gallo-Romains*, Paris, 1948, p. 5.

(4) A era quaternária tem sido dividida em: época de Chelles (Seine-et-Marne) ou chelense; época de Saint-Acheul (Somme) ou acheulense; época do Moustier (comuna de Peyzac-en-Dordogne) ou musteriense; época de Aurignac (Haute-Garonne) ou aurinhacense; época de Solutré (Saône-et-Loire) ou solutrense; época de La Madeleine comuna de Tursac, Dordogne) ou madalenense; época de la Tourasse (La Tourasse Haute Garonne) ou turassense; época de Azil (Mas d'Azil, Ariège) ou azilense; época de Tardenois (Fère-en-Tardenois) ou tardenense; época de Campigny (Campigny) ou campinhiense.

(5) Marcel Brion, *op. cit.*, p. 7.

(6) *id. - ibid.* - p. 8.

(7) Fr. Funck-Brentano, *Les Origines*, Paris, 1925, p. 12.

(8) Vede nota 4. Cf. Albert Mousset, no *Correio da Manhã*, de 29 de Maio de 1949, artigo *Paris celebra seu segundo milénio*. Diz aí o ilustre arqueólogo que «foi em Montmartre que Cuvier recolheu os esqueletos que serviram de base à sua classificação paleontológica.

Dezenas de milénios separam o homem de Chelles (Seine-et Marne) do de Moustier (comuna de Peyzac-en Dordogne).

O homem de La Madeleine (comuna de Tursac, Dordogne) separa-se do musteriense por um espaço de tempo muito maior ainda.

A renascença artística, madelenense, remonta a mais de 20.000 anos.

A civilização do bronze abrange cerca de dois milénios, pouco mais ou menos, de 3.000 a 1.000, a. C.

Compreende essa idade, na França, os povos pré-celtas, entre os quais se destacam os Ligures ⁽⁹⁾.

A idade do ferro (último milénio, a. C.), contém as épocas de Hallstatt e La Tène, e vários períodos.

As investigações, a respeito das origenes das cidades, e quem diz de cidades pode dizer de qualquer povoação, têm de seguir a linha infinita dos tempos. Somem-se as eras às idades, as idades às épocas, as épocas aos períodos, os períodos aos ciclos, os ciclos aos milénios, os milénios aos séculos, os séculos aos lustros, os lustros aos anos, os anos aos meses e aos dias. Desde a época de Chelles, em que se sente o primeiro fôlego de civilização do homem, até à época de La Tène, que marca o apogeu da dominação céltica, que se estende a toda a França, depois de repellidos os Ligures para os Alpes e os Iberos para a Hispânia, e até a Júlio César, vencedor dos Gaulêses e condutor deste povo à luz, à protecção e benefícios da civilização romana, não nos esqueçamos disso, passaram muitos milénios.

Outra cidade, devemos lembrar, berço da latinidade, Roma.

As origens da *urbs aeterna* têm dado muito que escrever, ainda mais que as origens da misteriosa Atlântida.

As civilizações das suas *sete colinas* não devem buscar-se às poéticas fantasias, *ex nihilo* de Vergílio ⁽¹⁰⁾, às lucubrações de Tito Livio ⁽¹¹⁾ e de Cícero ⁽¹²⁾, nem à fíbula de ouro de Prenesto ⁽¹³⁾ ou à inscrição, descoberta sob o pavimento negro do *Forum Romanorum* ⁽¹⁴⁾, os monumentos mais antigos da epigrafia latina ⁽¹⁵⁾, nem ainda às referências que lhes fizeram os escritores helênicos, desde o século v, a. C. ⁽¹⁶⁾.

(9) Não vamos, contudo, aos exageros de D'Arbois de Jubainville e Camille Jullien, crentes na existência duma vasta comunidade ligure ocidental. Vede do primeiro, principalmente, *Les Premiers Habitants de l'Europe d'après les Ecrivains de l'Antiquité...* 2.^a ed. Paris 1889; e do segundo *Histoire de la Gaule*, Paris 1908-1926. Emile Thevenot escreveu: «On commettrait donc une grossière erreur en attribuant aux Gaulois tout le mérite de la civilisation préromaine. Les Gaulois ont largement profité des efforts de leurs prédécesseurs, *Histoire des Gaulois*, Paris 1946, p. 7. Henri Hubert, pelo contrário, exagerou os esforços dos gaulêses: «Les origines de la nation française remontent à ses origines celtiques; au delà est un passé amorphe, sans histoire et même sans nom», *Les Celtes...*

(10) *Aeneades*.

(11) *Ab Urbe Condita*.

(12) *De República*.

(13) Alfred Ernout, *Recueil de Texte Latins Archaïques*, Paris 1947. A inscrição é *Manios med fhefhaked Numasioi*, p. 3.

(14) *Id.*, *ibid.*, p. 4.

(15) As duas inscrições são anteriores ao século III, a. C.

(16) C.f. Pais Bayet, *Histoire Romaine*, coll. Glotz, Paris, 2.^a edition, 1940, tome I, p. 5, segg. Vêde, também, Louis de Beaufort, *De l'incertitude des cinq premiers siècles de Rome*.

Temos de buscar Roma, pelo menos, ao neolítico (17) e, depois, à idade dos metais, ao bronze e ao ferro (18) e às relações muito íntimas da Etrúria e do Lácio (19).

No mesmo plano de antiguidade de Paris e de Roma, está Lisboa.

Os sete morros de *Olisipo* não têm inveja às sete colinas de Roma nem ao velho *mons Mercurii* dos *Parisii* (20).

No *mons* de São Jorge, no coração da cidade actual, floresceram civilizações do paleolítico superior e inferior (musteriense) e neoenolítico.

Nas proximidades da Calçada dos Mestres, na descida do Alto dos Sete Moinhos para a Ribeira de Alcântara, na Serra de Monsanto, na Quinta do Torres, em Benfica, foram encontradas diversas estações paleolíticas.

Na referida Serra de Monsanto (Vila Pouca), em Sete Moinhos, na margem esquerda da Ribeira de Alcântara, em frente do Arco do Carvalhão, na cerca do Convento dos Jerónimos (Belém), em Campolide, etc. foram descobertos importantes despojos neolíticos. Destacamos, dessas estações, as galerias para exploração industrial de sílex para as armas e utensílios de povos pré-históricos, achados, em Campolide, em 1888, pela ocasião dos desaterros, efectuados, para a abertura do túnel do Rossio.

Nos arredores da cidade, mas dentro dos limiares da tradicional cidade *olisiponense*, apareceram objectos paleolíticos e mesolíticos, na Praia do Guincho, município de Cascais, Alto Estoril, Galiza, e junto ao Forte de Santo António da Barra, também conhecido por Forte Velho.

O *homo Magdalenensis* deixou, na mesma região, traços da sua passagem. A renascença artística, escultural e pictural, madelenense, também, aí, se manifestou, com esplendor.

Há vestígios de cultura neolítica, em Carcavelos, Parede, Malveira, e Ribeira das Vinhas (Cascais).

As grutas artificiais de Alapraia e São Pedro, no município de Cascais, forneceram valiosíssimos objectos de cultura eneolítica (21): percutores, machados de pedra polida, pontas de seta, faquinhas, fragmentos de uma espádua, vasos de grandes e pequenas dimensões, tendo um deles ornatos semelhantes a outros da Galiza e da Bretanha, vasos caliciformes, taças, contas de calafite, de osso, de azeviche e de quartzo, cilindros, placas de xisto, sandálias de calcáreo, um crescente da mesma substância (22), etc.

Favoreceu sempre Lisboa a sua posição geográfica: o mar, o Tejo e os seus campos fertilíssimos.

A proto-história *olisiponense* é ainda mais rica que a pré-história.

(17) Raymond Bloch, *Les Origines de Rome*, Paris 1949, p. 47.

(18) *Id.*, *ibid.*

(19) *Id.*, *ibid.* «Aussi est-il légitime de tenter de se représenter les traits généraux de la cité encore enfant. Nous disposons du reste pour cela de solides points de comparaison dans les multiples villes que l'Empire étrusque dissémina à travers la Toscane, puis toute l'Italie, car il y a entre la Rome primitive telle que tradition et fouilles nous la font connaître et les cités des dodécarchies toscanes maints de frappante ressemblance», p. 64. *Rumon Roma e Tibre* serão nomes de origem etrusca: Servius écrit que Rome c'est la ville du fleuve, du Rumon, terme en usage chez les Prisco Latins (*Ad. Aen.*, VIII, 63). Mais comme le nom du Tibre, celui de Roma a des chances d'être étrusque», p. 65, nota 1.

(20) De *mons Mercurii* proveio *Monmartre*. A sonância é de fundo céltico, assim como *caindre*, de *tremere*. Do onónimo *Parisi* do locativo *Parissis*, proveio o actual nome da cidade de *Paris*.

(21) O eneolítico marca a transição da idade da pedra polida para a idade dos metais, de emprego da pedra e do cobre, ao mesmo tempo.

(22) Vede *Alapraia e S. Pedro*, opúsculo, publicado pela Junta de Turismo de Cascais.

Os Tartéssios, nas suas viagens a Oestrymnin, onde iam buscar, além de outros metais, o estanho para o fabrico do bronze, que atingiu, em Argar, uma importância que iguala a das civilizações pré-homéricas de Creta, de Micenas e de Troia, tocavam na região de Lisboa.

Pelo mesmo mar, e pelos portos seguros de *Olisipo*, passaram as naus fenícias, fóceas e cartaginesas.

Elisa, filho de Javan, neto de Jafet e bisneto de Noé, a quem se atribui a fundação da cidade, simboliza as navegações orientais, dos Fenícios, e, possivelmente, dos Hebreus, para o Ocidente.

Ulises, outra personagem, não bíblica, mas grega, a quem se tem atribuído, também, a fundação de Lisboa, e Aquiles, o construtor imaginário de um templo das Virgens Vestais, em Chelas, simbolizam as navegações fóceas e masilienses até às mesmas paragens ocidentais.

Da influência helénica, em *Olisipo*, é prova difícil de destruir-se grande número de vozes, principalmente antropónimos, de muitas lápides, aparecidas na área da cidade e nos subúrbios: Amaranthus, Asclepius, Bisfonius, Calimis, Cappadox, cernophora, Chelido, Chreste, Cinnamis, Clyte, Epacathus, Eugenius, Euporius, Eutichus, Glaphyrus, Helene, Hermes, Hermetianus, Idaea, Myrtilus (?), Nemesius (?), Nice, Niceus, Nicopolis, Nigephorus, Notha, Nothianus, Nothus, Omulia (?), Orne, Philocalus, Philogenes, Philus, Poliscenius, Thetis (?), Thiamus, Thymele, Tilimacus, Tiphus,, Tyche e Tyrannus (23).

Cintra, o *glorioso Eden*, de Lord Byron (24), nos arredores da cidade, liga-se a *Cynthia*, epíteto grego de Diana (25), e a *Cyneset*, nome de um povo que tocava com os *Vempsi*, perto de *oros Selénes*, ou Cabo da Roca (26). A filha de Júpiter e de Latona foi aí muito venerada (27).

As invasões cartaginesas (28) enfraqueceram, alguma coisa, a vida da cidade.

Sílio Itálico parece simbolizar essa decadência na sentida elegia da morte de Tejo, príncipe de grande firmeza, notável pelos seus feitos e pela nobreza da sua raça. Tejo foi vítima do feroz Asdrúbal, general cartaginês, que, sem temor dos deuses, e sem respeito algum pelos seus semelhantes, o mandou crucificar e passear em triunfo, recusando-lhe a sepultura, pelo meio dos seus povos consternados. As ninfas do Tejo fizeram retinir os bosques da Ibéria com os seus lamentos. Tejo, o príncipe querido, não trocou aquele rio pelo Páctolo, da Meónia, pelos lagos da Lidia nem pelas planícies regadas das águas de ouro que transporta o Hermo, de areias amarelecidas por êsse metal. Tejo, o guerreiro audaz, era sempre o primeiro a entrar na luta e o último a depor as armas. Quando êle, levantado na sela, picava o seu rápido corcel, nunca a espada e a lança, inimigas, o faziam recuar um passo (29).

(23) Vede, *mei*, *O nome Lisboa*, ps. 13-26.

(24) *Childe Harold's Pilgrimage*, London 1853.

(25) *O Nome Lisboa, mei*, p. 25, nota 13.

(26) *Ibid.*

(27) Vede, *mei*, *Origem de Lisboa* p. 122 e 123. O culto de Diana é confirmado por uma lápide, aparecida no Castelo de S. Jorge. Em Colares, na região *olisiponense*, perto da serra de Cintra, foram achadas mais duas inscrições, consagradas ao Sol e à Lua.

(28) Vede Tito Lívio, *Ab Urbe Condita*, XXVII, 20.

(29) *Punica, lib.*, I, vv. 151-163. No canto de Sílio Itálico se inspirou, sem dúvida, o poeta árabe, do século X, Abenháni, na *casida* seguinte, em honra de Almoiz, que Angel G. Palencia considerou, por desconhecimento das fontes de inspiração de Abenháni, «una de las composiciones poeticas mas famosas»: «Señor, cuando tus corceles/a la pelea se lanzan,/no detienen su carrera/las más sublimes montañas./Los primeros siempre son/en entrar en las batallas». *Literatura Arábigo — Española*, p. 48.

Olisipo recebeu os primeiros benefícios, oficiais, da civilização romana, com Públio Cipião Africano (210, a. C.), «grande rei» e patrono dos Iberos ⁽³⁰⁾. Datam, de pouco tempo depois, as suas relações com Marco Pórcio Catão (195, a. C.). Décimo Júnio Bruto fortificou a cidade e as ribas abertas do Tejo (138-136, a. C.), Sertório e Metelo (79-78, a. C.), ao que parece, por ela combateram. Júlio César (60, a. C.), elevou-a a *municipium civium Romanorum* e distinguiu-a com o título honorífico de *Felicitas Julia* «Felicidade Júlia», como dissemos, algures ⁽³¹⁾: Baptismo de simpatia, de amor, éco de divinização, por que a expressão tem qualquer coisa de absoluta que não é própria da natureza humana, e *Julia* é um atributo que mostra que tal *Felicitas* é muito especial como a *Claritas*, a *Liberalitas* e a *Pax* com que agraciou outras cidades amadas.

Milhares de cidadãos começam, desde aí, a usar o nome do divino César e reúnem-lhe cognomes que são outros tantos indícios de ampla satisfação: *Júlia Aequa* (Júlia Favorável ou Júlia Abençoada), *Julia Maxima*, *C. Julius Clemens*, *C. Julius Felix*, *Q. Julius Maximus*.

Há na cidade uma aristocracia *Julia*: *Julia Cassiana*, natural de Castra, era uma dama ilustríssima; *Quintus Julius Maximus*, foi orador delegado ou embaixador; *Caius Julius Rufinus*, edil; *Q. Julius Plotus*, edil, duumviro e sacerdote de César Germânico e de Júlia Augusta ⁽³²⁾.

Transmitem-nos o venerando título de *Felicitas Julia* oito lápides: uma, votiva à deusa Concórdia, e sete honoríficas, dedicadas ao imperador César Vespasiano Augusto (73, p. C.); Lúcio Cecílio Célere Recto, questor da província da Bética, tribuno do povo e pretor (18, p. C. ?); Matídia Augusta, filha do imperador Nerva César Augusto (114, p. C., aproximadamente); imperador César Trajano Adriano Augusto (121, p. C., aproximadamente); imperador César Lúcio Aurélio Cómodo Augusto Germânico, Sarmático (178-180, p. C.); e imperador César Marco Júlio Filipe Pio Feliz Augusto (245 ou 248, p. C.) ⁽³³⁾.

Onze lápides fixam o nome de *Olisipo* e de *Olisiponenses*: cinco encontradas na área da cidade; três em Santarém; uma em Coruche; outra em Cabeçais, da freguesia de Fervedo, município de Arouca; outra na província espanhola de Huelva, na Bética ⁽³⁴⁾.

Marco Terêncio Varrão (116-27, a. C.), foi o primeiro dos escritores romanos a fazer referência à cidade, em cuja região as éguas concebiam pelo vento, sem que fosse necessário terem contacto com os machos, preciosa informação da etnografia ibérica, céltica ou celtibérica, e sobretudo olisiponense ⁽³⁵⁾. Caio Plínio Segundo cita-a, três vezes, fala, ainda, do Promontório

⁽³⁰⁾ Cf. Adolf Schulten, *Fontes Hispaniae Antiquae*. III, ps. 119 e 297.

⁽³¹⁾ Vide, *mei*, *Origem de Lisboa*, p. 32.

⁽³²⁾ *Ind.*, *ibid.* ps. 52 e 53, e nota 15. Acrescentam: «La plupart des chefs municipaux de la Gaule, mentionnés par Tacite s'appellent *Julius*. On trouve parmi eux surtout des Eduens, des Trévires, des Lingons, des Rémes, c'est-à-dire des hommes appartenant aux nations qui se rallièrent les premières. Ce sont en général des descendants des anciens rois ou des membres des familles les plus considérables. Le nouveau citoyen prenait le nom de la famille de son bienfaiteur et son nom indigène lui restait comme surnom (type *Caius Julius Eporodrix*)», Emille Thevenot. *op. cit.* p. 14.

⁽³³⁾ Vide, também, C. Plínio Segundo. *Naturalis História*, IV, 117, 118.

⁽³⁴⁾ Vide, *mei*, *O Nome Lisboa*, ps. 99-102.

⁽³⁵⁾ Trataram do mesmo assunto, além de Varrão: Plínio Justino, Solino, Vergílio, Columela, Sílio Itálico, Eliano, Lactância, Vegécio e Marciano Capela. No velho ambiente religioso de *Olisipo*, devemos colocar os cultos do Sol e da Lua, da serra de Cintra, talvez de origem tartéssica; as lendas, referentes ao Inferno, aos Campos Elísios, ao Purgatório de São Patricio, à sepultura de Santa Iria e a fama das areias de ouro do Tejo, procedentes, possivelmente, dos iberos ou dos Celtas; os nomes misteriosos, provavelmente míticos, de Ofiussa e de Cintra, provenientes dos Fóceos; os tritões da embaixada dos Olisiponenses ao imperador Tibério, como conta Plínio (*Naturalis Historia* IX, 9. 10) reminiscências das fábulas inventadas pelos Cartagineses contra todas as navegações que não fossem as suas.

Olisiponense ou Magno, o actual Cabo da Roca, de uma legação de habitantes do ópido ao imperador Tibério, e de «*Bocchus et in Oliponensi erui scripsit magno labore ob argillam soli adusti*».

Pompónio Mela refere-se à cidade e à foz do Tejo «*ammis gemmas aurumque generantis*», e, também, ao *Olisiponense*.

Caio Julio Solino, no século III, Idácio, Antonino Augusto e Marciano Capela, no século V, Marco Máximo e Isidoro, respectivamente bispos de *Caesaraugusta* e *Hispalis*, no século VI, e Ravenate Anónimo, no século VII (?), não esqueceram a gloriosa urbe. Dos escritores gregos, lembremos ainda, Estrabão e Ptolomeu.

Aos velhos cultos olisiponenses, da pré-história e da proto-história, vieram associar-se as mais importantes divindades da mitologia clássica, dos olimpos grego e romano: Apolo, Esculápio ou Asclépio, Júpiter, Líbero ou Baco, Mercúrio, Saturno, Concórdia ou Paz, Diana, Grande Mãe dos Deuses ou Cibele, Tétis, Deuses dos Sucessos e Divino Augusto⁽³⁶⁾.

Lisboa festejou, em 1947, o oitavo centenário da sua conquista aos Mouros, em 1147.

Nós queremos celebrar a sua aparição na história, em mais remota antiguidade.

Recordamos o paleolítico (musteriense e paleolítico superior a post-paleolítico); o neolítico; os Tartéssios; Iberos, Fenícios, Fóceos; Celtas; e Cartaginenses. Mais adiante, os Romanos; os anos de Públio Cipião Africano, Marco Pórcio Catão, Décimo Júnio Bruto, Sertório, Júlio César, Q. Cássio Longino, Augusto, Nero⁽³⁷⁾.

Singela e efémera consagração no templo glorioso da sua eternidade.

«A nobreza de Lisboa ha myster longo tratado, mas por q pode parecer in grata deslealdade, passar de todo por seus lououres, quero me contentar com imittar a Plinio, quando lououu a Italia. He Lisboa hum olho clarissimo do universo potentissima Raynha do Oceano Atlantico, Arabico, Persico, Indico, & Boreal. Escolhida por Deos pera esclarecer, o Mundo, & ascender o lume da fée em gentes Barbaras, & nações feras...»⁽³⁸⁾.

«A primeira, & principal Cidade, Corte dos Reys de Portugal he a illustrissima, & famosa Cidade de Lisboa, a cujas grandezas fizera agravo, se as quizera copiar nesta breve summa, quando para ellas se requerem grandes Tomos, & Chronicas mais dilatadas, pelo qual as deixo, para os que em particular as descreveram, contentando-me com dizer, que he huma das quatro mais sinaladas, & populosas da Europa (segundo tem commummente os Geographos) as quaes são Constantinopla, Paris, Lisboa, & Napoles...»⁽³⁹⁾.

Artindo de Sousa.

Do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, de 12/8/951.

(36) Vede, *mei, Origem de Lisboa*, ps. 89-132. Na página 98, dizemos: «do grande Olimpo gregolatinol (de Olisipo) (ficaram) uns trechos de literatura, uma vintena de lápides votivas, uns bronzes (?), umas fontes (?), uns fragmentos de colunas e capiteis, umas sepulturas (Sátiro e Sileno), uns balbúcios de *augustalis, cernophora, cultores, divus, flamen, flaminica, manes, cet.*» uns vasos sagrados e poucas coisas mais — as últimas ruínas de uma religião que deu aos *Olisiponenses* confiança nos seus destinos, que foi para eles muralhas de unificação, que serviu aos seus anseios de alma e às suas ambições materiais.

(37) Não podemos, num pequeno artigo de jornal, fazer referência a todos os vestígios da civilização romana de *Olisipo*. Lisboa possuiu, pelo menos, dois estabelecimentos termas: um, denominado dos Cássios, a que alude uma lápide que publicamos na *Origem de Lisboa*, p. 62; outro, dos Augustais, dedicado ao deus Esculápio, de que há outra lápide que publicamos, também, no mesmo trabalho, p. 104. Dos monumentos romanos de *Olisipo*, além das termas dos Cássios e dos Augustais, mercede atenção demorada o teatro dedicado a Nero (ano de 57, p. C.) pelo sacerdote augustal Caio Heio Primo. Vede, *mei, Origem de Lisboa*, ps. 67-70.

(38) Amador Arraiz, *Dialogos*, 2.^a ed. Coimbra 1604, p. 110.

(39) Pe. Fr. Manoel dos Anjos, *História Universal*, 2.^a ed. Lisboa 1702, ps. 6-7.



A VOZ DA CIDADE

PROGRAMA DE JANEIRO

DIA 2

- *Edital* — Votos de feliz Ano Novo.
- *Ano Novo vida melhor* — Propaganda educativa.
- *O que Lisboa deita fora* — Sobre a utilidade do lixo.
- *Nota triste de uma Cidade alegre* — Sobre os cegos de Lisboa.

DIA 9

- *Edital* — Sobre os estabelecimentos de venda de carne.
- *Três vezes nove, vinte e sete* — Alguns períodos da vida cidadina.
- *Um largo de Lisboa e a história do seu nome* — História do Largo do Caldas.
- *Santo António de Lisboa* — Descrição.

DIA 16

- *Edital* — Programa da Voz da Cidade.
- *A mulher e a Cidade* — Contribuição da mulher na limpeza da Cidade.
- *Actividade do Município* — Diversas notícias enviadas pela Secção de Propaganda e Turismo.
- *Aristocracia do pitoresco* — Sobre as casinhas da Rua das Mónicas.

DIA 23

- *Edital* — Sobre o clima da Cidade.
- *S. Vicente, padroeiro de Lisboa...* — Recordando a lenda e a história de S. Vicente.
- *Lisboa moderna* — Inauguração da nova estação dos C. T. T. na Alameda de D. Afonso Henriques.
- *As crianças de Lisboa* — Sobre a assistência de menores a espectáculos públicos e a acção da Câmara Municipal.
- *Passado e o presente...* — Sobre o Arco de S. Vicente.

DIA 30

- *Edital* — Inquérito sobre os problemas de Lisboa.
- *Lisboa, Lisbon, Lisbonne* — Sobre uma publicação editada pelo Município.
- *Lisboa e a sua arquitectura* — Extracto da sessão pública de 22 de Janeiro.
- *Viagem à roda de Lisboa e dos seus problemas* — Entrevista com o Sr. Dr. Amadeu Ferreira de Almeida.
- *A bica dos olhos* — História do chafariz da Bica.

PROGRAMA DE FEVEREIRO

DIA 6

- *Edital* — Propaganda educativa.
- *Uma grande circular* — Notícia enviada pela Secção de Propaganda e Turismo sobre a obra de pavimentação e esgotos do trecho da Avenida do Infante Santo.
- *Ainda e sempre o problema das montras* — Sobre o embelezamento das montras da Cidade.
- *O último número da «Revista Municipal»* — Notícia enviada pela Secção de Propaganda e Turismo sobre a «Revista Municipal» n.º 53.
- *Viagem à roda de Lisboa e seus problemas* — Entrevista com o architecto Raul Lino.
- *Aqui Madragoa...* — Descrição do local.

DIA 13

- *Edital* — Sobre a Igreja de S. João de Deus.
- *Dos tempos que foram* — Carnaval em Lisboa.
- *Viagem à volta de Lisboa e dos seus problemas* — Entrevista com o pintor Armando de Lucena.
- *Pelo Bairro do Castelo* — Descrição do local.

DIA 20

- *Edital* — Sobre os «eléctricos» abertos.
- *Importante reunião do Município* — Elementos extraídos da notícia enviada pela Secção de Propaganda e Turismo.
- *O cão; amigo do homem...* — Notícia enviada pela Secção de Propaganda e Turismo sobre a vacinação de cães.
- *Conhece Lisboa?* — Questionário.
- *Cruzeiro de Santo Estêvão* — Descrição.

DIA 27

- *Edital* — Sobre a exposição de tapeçarias no edifício do Ministério das Finanças.
- *Lisboa renova-se* — Sobre a demolição do último prédio da Rua do Limoeiro.
- *Notícias da Cidade* — Diversas notícias enviadas pela Secção de Propaganda e Turismo.
- *Os dez mandamentos do perfeito transeunte* — Propaganda de trânsito.
- *A bela adormecida* — Sobre o álbum de Lisboa editado pela Câmara Municipal de Lisboa.
- *O Aqueduto e a Rabicha* — Descrição do Aqueduto das Águas Livres.

PROGRAMA DE MARÇO

DIA 6

- *Edital* — Sobre a data em que o Sr. Tenente-Coronel Salvação Barreto assumiu a Presidência da Câmara Municipal de Lisboa.
- *Visita de amizade* — Sobre o convite feito pelo Ayuntamiento de Madrid ao Sr. Presidente do Município para visitar aquela Cidade.
- *Notícias de Lisboa* — Diversas notícias enviadas pela Secção de Propaganda e Turismo.
- *Uma notícia nos jornais* — Sobre a Estufa Fria.
- *Aí vai Lisboa...* — Descrição.

DIA 13

- *Edital* — Sobre a visita do Sr. Tenente-Coronel Salvação Barreto a Madrid.
- *A visita a Madrid do Presidente do Município de Lisboa* — Reportagem da visita do Presidente da Câmara.
- *Notícias da Cidade* — Diversas notícias enviadas pela Secção de Propaganda e Turismo.
- *Uma notável exposição em Lisboa* — Sobre a montra inaugurada na entrada da Câmara Municipal, Rua do Comércio.
- *As Janelas Verdes* — Sobre o sítio das Janelas Verdes.

DIA 20

- *Edital* — Sobre um filme que terá por cenário a nossa capital.
- *Lisboa — Madrid — Viagem de amizade* — Sobre a viagem do Sr. Tenente-Coronel Salvação Barreto a Madrid.
- *Lisboa, gravada nos discos* — Notícia enviada pela Secção de Propaganda e Turismo.
- *In memoriam... dos cães e dos gatos de Lisboa...* — Sobre o tratamento desumano, de determinadas pessoas para com os animais.
- *Um Mundo para todo o Mundo* — Sobre as ruas de Lisboa.

DIA 25

- *Edital* — Propaganda Municipal.
- *O Largo do Directório vai mudar de nome* — Sobre uma sugestão feita na sessão pública.
- *Para as manhãs de domingo* — Sobre o Parque Florestal.
- *Dez mil contos deitados às ruas...* — Extraído da sessão pública.
- *O pátio de D. Fradique* — Descrição do local.



OLDEMIRO CÉSAR

No dia 27 de Março deste ano, faleceu em Lisboa, o ilustre jornalista Oldemiro César, nosso colaborador. Natural da cidade do Porto, onde nasceu em 25 de Agosto de 1884, entrou nas lides da Imprensa muito novo, apenas com 19 anos de idade.

A par de um carácter generoso, leal e afável, foi sempre um trabalhador infatigável, profissional distinto, investigador, estudioso, cronista, conferencista, polemista e escritor de talento. A sua obra ficou dispersa por dezenas de jornais, em crónicas sobre o Brasil, Bélgica, Espanha, Marrocos e outros países, e entrevistas com as mais altas personalidades nacionais e estrangeiras.

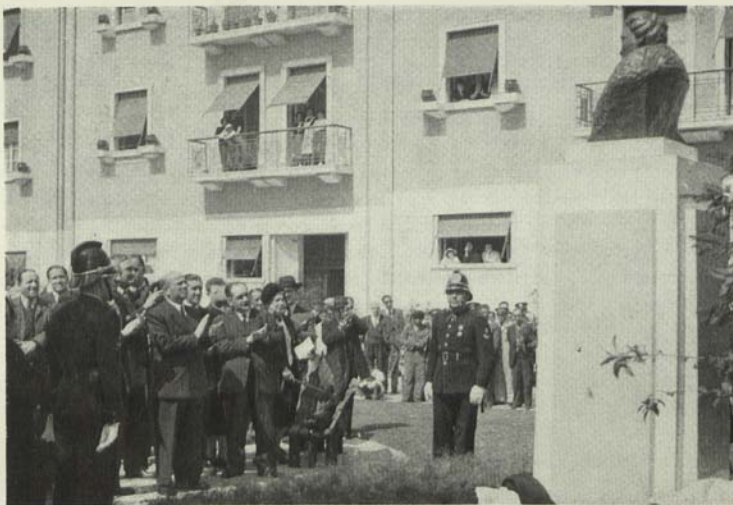
Entre os livros que publicou, destacam-se os que estudam Camilo e a sua obra.

Para o teatro, também a sua pena contribuiu com muitas dezenas de traduções de obras de Anatole France, Ribot, Pedro Kropotkine, Maurice Leblanc, Maupassant, Zola, Daudet e outros.

72

Dotado de vasta cultura, igualava-a uma invulgar modéstia.

A *Revista Municipal*, regista o infausto acontecimento, afirma a sua admiração pelo amigo e colaborador e presta à sua memória sentida homenagem.



O BUSTO DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

No Jardim Gomes de Amorim, à Avenida Dr. António José de Almeida, realizou-se no passado dia 28 de Março, a cerimónia da inauguração do busto da ilustre escritora brasileira D. Júlia Lopes de Almeida. Além do Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, funcionários superiores do Município e diversas individualidades, vieram-se entre o público numerosas senhoras que representavam as mulheres portuguesas a quem as do Brasil ofereceram o busto, obra da filha da homenageada, distinta artista D. Margarida Lopes de Almeida. Depois de feito o descerramento por esta Ex.^{ma} Senhora foram depositos por várias pessoas, vistosos ramos de violetas e de cravos no pedestal de granito do monumento.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Sr. Tenente-Coronel Alvaro Salvação Barreto proferiu as seguintes palavras:

Depois das consagrações de Olavo Billac, o grande poeta, e de João do Rio, o cintilante cronista, a Câmara Municipal de Lisboa, presta hoje homenagem a mais um alto valor das Letras brasileiras: — a notável romancista Júlia Lopes de Almeida, nobre espírito de Mulher e de Escritora, em cujo coração e em cuja inteligência Portugal encontrou sempre um lugar de eleição.

Este busto, modelado pelo talento e pelo carinho de sua Filha, réplica do que no Rio de Janeiro lhe ergueram os seus compatriotas e que às mulheres portuguesas foi ofertado, num gesto de formosa amizade espiritual, em nome das mulheres brasileiras, ficará a atestar a gratidão de quantos portugueses se debruçaram sobre a obra dessa admirável evocadora de paisagens e de almas, dessa singular criadora de ilusões e de realidades.

A sua Filha, a consagrada artista que é D. Margarida Lopes de Almeida, que Portugal tem admirado e aplaudido, declamadora de excepcionais méritos, em cuja boca a alma dos poetas revive e explende numa apoteose de beleza, quero significar a gratidão do Município por se ter dignado assistir a este acto de justiça prestado pelos portugueses à memória tão respeitada e saudosa de sua ilustre Mãe. E desejo também agradecer ao Sr. Encarregado de Negócios do Brasil a sua presença neste acto em que a grande Nação irmã é uma vez mais lembrada pela cidade de Lisboa.

Anuindo gentilmente ao convite da Câmara Municipal, o Sr. Dr. Caldeira Coelho, através da sua palavra eloquente, que as tribunas do fóro bem conhecem e admiram, vai agora dizer-nos dos altos méritos literários de D. Júlia Lopes de Almeida e das suas nobres virtudes de Senhora, que dela fizeram uma figura inconfundível da sociedade brasileira do nosso tempo.

Em seguida o Sr. Dr. António C. Caldeira Coelho pronunciou o discurso que transcrevemos:

SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA;
SR. ENCARREGADO DE NEGÓCIOS DO BRASIL;
EXM.^a SR.^a CÔNSUL GERAL DO BRASIL;
SRS. VEREADORES;
SR.^a D. MARGARIDA LOPES DE ALMEIDA;
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Antes de mais é meu dever agradecer sensibilizado o convite que me foi dirigido para vir no acto da inauguração do busto da grande escritora brasileira Júlia Lopes de Almeida — fazer uma rápida síntese da sua vida e da sua obra.

Embora o meu espírito vibre intensamente diante de qualquer obra de arte que tenha sido tocada pela beleza e compreenda e sinta o poder de criar, não possuo o dom de ser escritor, poeta, romancista ou crítico literário. Falece-me assim autoridade para cabalmente me desempenhar desta honrosa missão.

Mas em compensação, sou talvez um dos portugueses que de longa data conheceram Júlia Lopes de Almeida.

Meu pai emigrara para o Brasil. Pouco depois minha mãe e nós, os filhos, para lá fomos. Lembro-me ainda hoje da impressão que senti quando os meus olhos de criança viram pela primeira vez a baía do Guanabara!

Que deslumbramento!

Meu pai amava o Brasil. Viveu lá 30 anos. Tenho a certeza que o seu espírito me acompanha neste momento.

74 A nossa família tornou-se amiga da família Lopes de Almeida. Fomos quase vizinhos no Bairro de Santa Teresa sobranceiro à cidade, onde tantas tardes vi bandos de borboletas encandeadas pela ardência do Sol, virem em busca de frescura bailar sobre os grandes reservatórios de água, enquanto eu as olhava fascinado pela sinfonia de cores das suas asas, que tinham todos os tons do arco-iris!...

Vem dessa data distante a minha amizade por Júlia Lopes de Almeida; amizade que através dos anos se foi transformando em admiração e apreço, pois o seu nome se foi aureolando de prestígio e de glória literária dentro e fora do Brasil, pelas obras que ia produzindo e por seus talentos e virtudes.

GRANDE SENHORA E GRANDE ESCRITORA

Grande senhora e grande escritora o seu nome ficou na história literária do seu país, e está intimamente ligado à do nosso.

Nasceu D. Júlia em 24 de Setembro de 1862. Era filha dos Viscondes de S. Valentim nascidos em Lisboa; tendo sido seu pai o Dr. Valentim José da Silveira Lopes, na sua mocidade secretário do grande Castilho e depois médico de renome; e sua mãe D. Adelina Antónia do Amaral Pereira, descendente dos Pereiras de Nun'Álvares.

Foi educada num lar onde a arte tinha um altar. O pai era dado às letras e a mãe à música. E nesta atmosfera se foi orientando o seu espírito, começando cedo a colaborar em jornais e revistas, e acabando por servir devotadamente a Literatura.

Da sua colaboração numa revista chamada a «Semana» dirigida então por Filinto de Almeida, nasceu a aproximação com este, que veio a ser seu marido. Casaram na igreja de S. Domingos em Lisboa, pois D. Júlia estava então com seus pais em Portugal! onde o noivo acorreu, para juntos subirem os degraus do altar.

Pouco antes ofertara-lhe, Filinto, o seu primeiro livro, cuja dedicatória continha esta quadra admirável:

As nossas almas já,
Se uniram de tal sorte:
Que nem a própria morte,
No-las desunirá!

Estes versos duma singeleza e duma profundidade enorme recordam-me outros de um autor desconhecido, de igual intensidade:

Ici est né, un grand'amour!
Bien différent des autres,
Si profond, si beau, si fort:
Qu'il est né, pour toujours.

Ou aquela divisa que esmalta, ligando-os, no alto da colina de Ponte de Lima, os dois túmulos simples de granito do grande poeta António Feijó e da sua bem-amada Elsa Feijó «Um amor tão forte os uniu que nem a morte os separou».

Pois foi também assim, senhores, sob os auspícios dum tão grande e nobre sentimento e sob as bênçãos de Deus, que se formou naquele dia distante de 28 de Novembro de 1887 a família de Júlia Lopes de Almeida. E neste lar reinou sempre a paz, a harmonia e nele se serviu devotadamente a Arte e a Beleza.

Teve o casal seis filhos. Dois morreram em pequeninos. D. Júlia criou e embalou os seus filhos, enquanto ia escrevendo os seus romances que tão grande áurea tiveram no Brasil!

Todos os seus filhos nasceram artistas: o mais velho, Afonso, grande poeta, meu companheiro de infância, que também serviu o Brasil como cônsul e diplomata — ainda há pouco desaparecido para sempre.

Lúcia, cuja intuição musical é notável, sabendo transpor para a música, com raro poder de expressão, quanto sente.

Albano, pintor de mérito, cuja filha, já se diz ter herdado o talento literário da avó, pelo estilo com que escreve.

E deixo para o fim a referência a Margarida Lopes de Almeida, grande escultora e autora desta obra de arte. Modelar, esculpir, ter diante de nós um bloco de barro sobre uma prancheta, humedecê-lo, batê-lo, meter-lhe as mãos, sentir na polpa dos dedos a humidade e a moleza. Fazê-lo obedecer, tomar forma e expressão. Eis o segredo do escultor.

Ora quem conhece a sensibilidade, a delicadeza e affecto profundo que ligava Margarida a seus pais, pode avaliar como eu avalio o carinho e a ternura com que foi modelado pela filha o busto da mãe!

Quantas, quantas vezes por certo ao cair da tarde, Margarida ao interromper o trabalho havia de conversar consigo própria dizendo: Não, não há-de ser só Miguel Ângelo que compôs o Moisés e que depois lhe disse: *Parla!*

Não há-de ser só Roget-le-Bloche, que esculpiu aquele grupo maravilhoso simbolizando «o Frio», que causa um arrepio quando o contemplamos no Luxemburgo, em Paris!

Não há-de ser só Teixeira Lopes que soube arrancar à própria pedra o manto diáfano com que cobriu a figura bela da Verdade, simbolizando a obra de Eça de Queirós! Eu também oh minha mãe, hei-de arrancar à espessura deste barro a tua fisionomia. Hei-de moldar-te a cabeça, hei-de rasgar-te os olhos donde irradiava tanta bondade; hei-de abrir-te a boca que em pequenina me cantava cantigas de embalar, hei-de saber encontrar-te os nervos e os músculos da face; hei-de cobrir-te a cabeça com aqueles cabelos setinosos e finos que tu tinhas!

Bendita sejas tu pelo poder divino de criar que me transmitiste no sangue!

Hei-de fazer-te linda! Numa palavra: hei-de restituir-te a vida que me deste...

E a imagem de Júlia Lopes de Almeida esculpida pelas lindas mãos de Margarida, depois de transportada para o bronze — lá está para sempre na Praça Getúlio Vargas — a mais bela do Rio.

E foi certamente por Margarida ser uma grande escultora, hoje professora da escola de Belas-Artes, que ela, depois se transformou na grande declamadora que todo o Portugal, Brasil, Espanha e países sul-americanos, admiram e aplaudem, como eu já disse um dia, e que através de mil recitais, soube pela voz que tem tantos cambiantes, pelas lindas mãos com que a natureza a dotou, pela emoção que empresta a cada verso, modelar também as poesias, interpretá-las, arrancando ao silêncio dos livros a alma que os poetas deixaram nas suas composições!...

UMA OBRA EMINENTEMENTE CONSTRUTIVA

A obra de Júlia Lopes de Almeida tem o traço característico de ser eminentemente construtivo. Revela bondade, vigor, realismo sadio e por vezes retoca-a uma fina ironia. Em cada romance pintou uma época; um aspecto da vida brasileira.

Na «Família Medeiros» descreve a vida das fazendas do café, o sofrimento dos escravos, os primeiros momentos da emancipação. Sente-se a transformação duma sociedade que se renova.

Na «Falência» — romance célebre, onde se descreve a vida do comércio do Rio, a ânsia de enriquecer depressa o que levou tantos à ruína:

«Silveirinha» — É a futilidade da vida de Petropolis, esse Estoril do Rio, da sociedade que se diverte. «Cruel Amor» — a vida de Copacabana e das praias, não descrevendo as meninas

em «maillots», mas sim a vida dos pescadores tismados pelo sol, pelo mar, pelo ar salino. Não fala das arranha-céus, mas das choupanas de barro dos pescadores, numa descrição que é empolgante. Tinha ela, como todos os grandes escritores, e sobretudo no Brasil um enorme amor pela Natureza.

Quem o não terá?

«Correio da Roça» — «Jardim Florindo» e «A Árvore» — três obras-primas que influenciaram várias gerações. O último foi escrito de colaboração com o filho Afonso Lopes de Almeida, cabendo a este, a parte em verso. Escreveu também o «Livro das Noivas», que tão poderosamente contribuiu para a formação moral da mulher brasileira.

A PADROEIRA DAS ESCOLAS DO BRASIL

Nos últimos cinquenta anos qual foi a noiva no Brasil que não leu este livro oferecido pelo noivo; livro maravilhosamente tecido em que se aprende a ser mãe; esposa e dona de casa?

Trabalhou o teatro, a novela, escreveu contos famosos, fez jornalismo, conferências, tudo, meços versos. Para a poesia lá estavam o marido e o filho, visto que naquele lar privilegiado, toda a arte tinha um culto.

Foi um espírito cintilante, com mil facetas diferentes; e ao mesmo tempo, conservou sempre o seu ar de grande senhora, cuja distinção natural a todos se impunha.

Quando eu era quintanista de Direito na douta e querida Universidade de Coimbra, soube, numa tarde, de Maio, que a família Lopes de Almeida me procurava. Tinham vindo todos de romagem a Portugal. Os pais queriam que nos filhos perdurasse este amor à Pátria dos seus maiores. Deambulá-mos por Coimbra. Que saudades, meu Deus! Parece que foi ontem.

E numa tarde eu reuni no Choupal muitas das grandes figuras da Academia: — Poetas, jornalistas, escritores, artistas. Quantos lá estiveram. Tenho medo que a memória me atraiaçoe; por isso não cito os nomes mas muitos desses estudantes de então, vieram depois a ocupar as mais altas situações em sectores vários da vida intelectual e política do País.

Quantos já nessa época demonstraram talentos, espírito artístico e cultura lá foram prestar homenagem à grande escritora, a seu marido e a seus filhos. Já o sol ia a morrer, quando debandámos. E Lúcia Lopes de Almeida de regresso ao hotel improvisou ao piano as impressões dessa tarde. E que emoção e poder descritivo ela lhes soube imprimir.

Ainda desejo frisar outra faceta extraordinária de Júlia Lopes de Almeida.

Foi tanta a sua influência no espírito da mulher brasileira e, através desta, no homem do Brasil, que sem nunca se ter dedicado ao ensino foi cognominada «A padroeira das escolas do Brasil».

Por aqui se vê como a sua obra irradiou no País.

Morreu esta senhora em 30 de Maio de 1934.

Mas o seu alto espírito continua, através da sua obra, a iluminar a terra brasileira!

Meus senhores:

Não admira portanto que inúmeras mulheres brasileiras, entre as quais algumas de grande projecção intelectual tivessem secundado a iniciativa de D. Oliva Cabral, grande admiradora de Júlia Lopes de Almeida, para que fosse enviado às mulheres portuguesas uma réplica do busto há tanto existente no Rio, como alto expoente das qualidades e virtudes das mulheres do Brasil; pois melhor do que ninguém, podia D. Júlia representar aquelas, dados os laços de sangue portugueses que lhe corria nas veias e a sua devoção constante a Portugal.

E quem me diria a mim, quando em criança recebi lições duma irmã da escritora, D. Adeline Lopes Vieira, na sua casa, vizinha da nossa, na Rua dos Junquilhos, no Rio; — onde tantas vezes assisti com meus pais e irmãs nas tardes quentes de Maio, à tocante cerimónia do mês de Maria — que havia de ser eu, que volvidos tantos anos, teria a honra de vir fazer hoje o elogio de Júlia Lopes de Almeida na inauguração da sua estátua. Coisa singular é o Destino. De ora em diante as crianças deste bairro, quando vierem brincar, à sombra das árvores, hão-de olhar primeiro com curiosidade, e depois com ternura, para o busto, que lhes há-de sorrir em cada manhã, banhada por este sol radioso de Lisboa — ensinando-lhes através da sua expressão que a mais alta virtude humana é a bondade, que Júlia Lopes de Almeida soube cultivar tão bem através da sua vida!

Senhores: Tenho pena de não ter as qualidades que tornaram notáveis alguns dos grandes oradores brasileiros. Quem nasce naquele imenso país e se habitua a respirar e a viver sob aquele céu, em que as estrelas são tantas que nem os anjos as podem contar — céu esmaltado pelo Cruzeiro do Sul, luminoso farol que encaminha os mareantes na rota do Brasil... nesse país em que tudo é grande: a terra, as florestas, as cascatas, as árvores, em que as frutas têm um sabor mais forte, o clima dá às almas mais fogo, e às mulheres mais doçura; em que a Natureza tem uma pujança e uma força que nos avassala e nos domina; — como não havia a língua — esta doce, mágica e maravilhosa língua portuguesa; de Camões, de Antero, de Garrett, de Rui Barbosa, de Coelho Neto, de Pinto da Rocha, de Manuel Bandeira, de António Correia de Oliveira e de Júlia Lopes de Almeida deixar de se enriquecer, de ter maior plasticidade e de dar aos oradores, aos escritores e aos poetas um maravilhoso instrumento de interpretação e de expressão.

Ah. Quem me dera possuir esse extraordinário poder verbal para então luminosamente descrever-vos o valor das obras, do talento, das virtudes, da vida de Júlia Lopes de Almeida que vale como um exemplo e que encerra muitos traços de grande abnegação e rara beleza.

Mas ai de mim! Não possuo a magia! Tenho de contentar-me com estas palavras simples.

Que este busto fique a mostrar através do tempo e das idades, neste cantinho quieto da cidade, e sob a luz dourada de Lisboa, a grande figura da escritora.

A APROXIMAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

Esta homenagem tem ainda um significado que me cumpre anotar. Nas últimas décadas vem-se fazendo uma maior aproximação entre Portugal e o Brasil; — que é indispensável aos dois países. Ambos os Governos trabalham para essa obra que oxalá se vá concretizando cada vez mais. São disso, uma garantia, as altas figuras do Chanceler do Brasil — Dr. João Neves da Fontoura grande orador e diplomata; e a do Chanceler de Portugal o Prof. Paulo Cunha, grande e cultíssima inteligência ao serviço da Nação, nesta era de ressurgimento devido ao génio de Salazar.

Creio que no futuro estes laços serão cada vez mais fortes pois assim melhor se servirá a grandeza dos dois Países. É neste ambiente que hoje se inaugura o busto de Júlia Lopes de Almeida — alta figura da literatura brasileira.

Não sei meus senhores, se a minha voz chegará de alguma forma ao Brasil através da rádio ou da Imprensa! Mas penso, e perdoem-me o arrojo desta imagem que existe na consciência colectiva das duas nações — como uma constante natural da sua mais alta Política, uma ponte que as liga, através do Atlântico — A Raça — cujos pilares, por mais extraordinário que

pareça, são as próprias vagas batidas incessantemente, ora por ventos, e tempestades, ora aqui-tadas por horas de bonança e calma, mantendo através dos seus movimentos cíclicos, o eterno equilíbrio do Mar.

Este é o tabuleiro da ponte!

As suas guardas ou resistências: são a língua portuguesa e a religião de Cristo!

Através da ponte, há mais de quatro séculos, não parou ainda o vai-vém de navegantes, mercadores, missionários, poetas, escritores, artistas, emigrantes, gentes levadas pelo espírito de aventura e idealistas. Quantas derrotas e vitórias, ilusões e quimeras, esperanças e desenganos... o amalgame da vida!

Mas em todos eles foi ou veio a alma da mesma raça, o fogo da mesma labareda.

Eu próprio, ainda pequeno lá fui à outra banda do mar aprender no Brasil a amar mais Portugal.

Pois bem, também a sr.^a D. Margarida Lopes de Almeida de lá veio até nós, trazendo aceso o facho da sua arte com que nos maravilhou mais uma vez, e aproveitando o ensejo, conduziu este busto da sua mãe, Júlia Lopes de Almeida em cumprimento daquele voto das mulheres brasileiras...

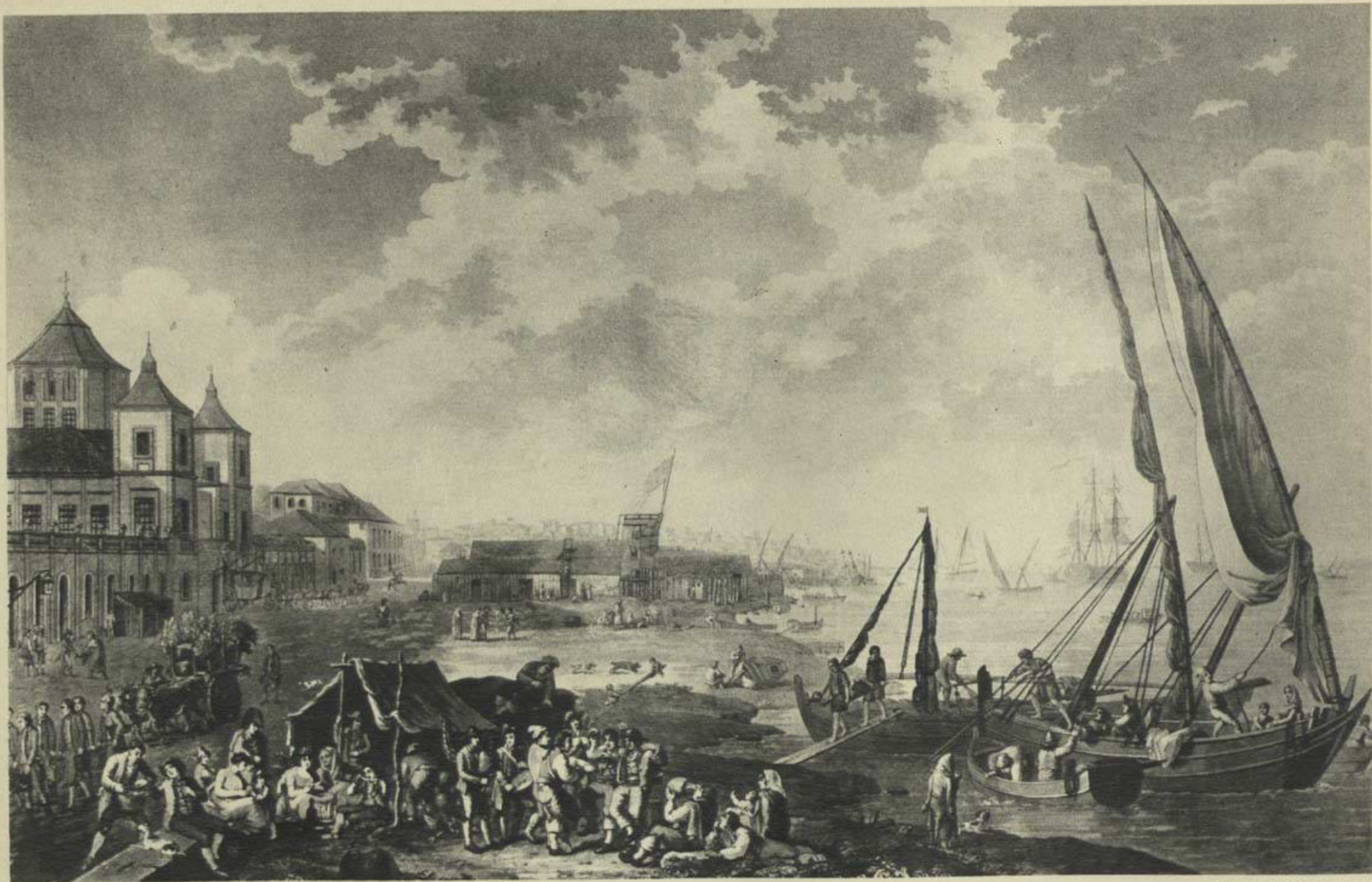
Está, porém, chegada a hora do regresso, após esta justa homenagem prestada a Júlia Lopes de Almeida nesta quente manhã de Primavera, e nesta cidade que ela estremece e que mais parece uma feiticeira espreguiçando-se à beira do Tejo como se fora uma linda mulher adormecida, a sonhar, até que os beijos do luar a despertassem; deste luar puríssimo que ainda esta noite envolveu Lisboa como um véu de tulle.

Pois bem: Peça-lhe Margarida Lopes de Almeida, que me permita depôr nas suas lindas mãos como penhor de gratidão e de estima das minhas compatriotas pelas mulheres do Brasil, pela iniciativa que tiveram nesta homenagem prestada a Júlia Lopes de Almeida, uma braçada daquelas flores singelas que nascem e vicejam na nossa terra e que o povo nas horas de maior sentimento traz sempre no coração e nas almas: Um ramo, um grande ramo de saudades de Portugal.

Por último, o Sr. Dr. Gil Mendes de Moraes, Encarregado de Negócios do Brasil, disse:

Não poderia ser mais grata aos brasileiros a justa e bela homenagem que se rende neste momento à memória de D. Júlia Lopes de Almeida, paladina da presença das mulheres do Brasil no campo das letras e do jornalista. D. Júlia Lopes de Almeida destaca-se em todos os campos da literatura como polígrafa incansável, tendo-nos legado uma vasta bagagem bibliográfica, quase toda dedicada à evolução da terra carioca, com o seu estilo vigoroso, de penetrante poder de análise. Autora de romances, contos e peças teatrais, não se esqueceu, contudo, de dedicar às criancinhas a sua atenção, com o livro «Contos Infantis». Seria ocioso mencionar aqui todas as suas obras, tão conhecidas dos brasileiros: «Correio da Roça», «Memórias de Marta», «Traços e Iluminuras», «A Falência», «A Intrusa» entre outras. Quem não as conhece? Hoje vemos a inauguração de seu bronze em plena cidade das Sete Colinas, numa praça onde se reúnem os pequeninos, que ela tanto amou. Bronze magnífico, trabalho que possui o duplo significado da homenagem das mulheres brasileiras às mulheres portuguesas e da filha amantíssima à mãe querida que a levou pelo caminho da arte, na escultura e na declamação. Na homenagem saudamos, portanto, não somente a ilustre literata, mas também a mãe que soube tão bem educar os seus filhos na cultura dos valores espirituais sempre eternos.

Encerrada a cerimónia, o encarregado de Negócios do Brasil, a Senhora D. Margarida Lopes de Almeida e muitas dezenas de pessoas assinaram o auto de inauguração.



Museu da Cidade de Lisboa

VISTA DE LISBOA TOMADA DA JUNQUEIRA

(Gravura de H. L'Evêque, 1815)



PROVIDÊNCIAS MUNICIPAIS

1 DE JANEIRO
A 31 DE MARÇO
DE 1953

POSTURAS E
REGULAMENTOS,
EDITAIS,
DELIBERAÇÕES
E DESPACHOS

POSTURAS, REGULAMENTOS E EDITAIS

1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1953

EDITAIS

De 2/1 — Torna público os preços médios por quilo de carne verde a tomar por base de incidência do imposto indirecto e as taxas desse imposto, applicáveis a partir de 1/1/1953, e as a cobrar pelo aluguer de utensilios da Direcção dos Serviços de Abastecimento. Torna igualmente público terem sido alteradas algumas taxas municipais e elevadas para 20\$00 as multas fixadas em importância inferior nas posturas e regulamentos municipais em vigor.

De 2/2 — Faz público que devem ser effectuadas no corrente ano as obras de limpeza e beneficiação dos jazigos compreendidos na 2.ª zona de limpeza do 1.º Cemitério (Alto de S. João) e do 2.º Cemitério (Prazeres) e de todos os do 6.º Cemitério (Lumiar).

De 20/2 — Faz público que no dia 2/3 abre o cofre para pagamento das licenças de vendedores ambulantes de géneros não alimentares e de vendedores ambulantes com carro automóvel.

De 21/2 — Publica a «Tabela provisória das taxas de utilização do Frigorífico Municipal de Lisboa».

De 20/3 — Faz público que a reunião ordinária que devia realizar-se em 16/4 se efectuará em 14/4.

* Faz público que a abertura do cofre para licenças de estabelecimento comercial ou industrial, referentes a 1953, se inicia em 1/4.

DELIBERAÇÕES E DESPACHOS DE EXECUÇÃO PERMANENTE

1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1953

DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

De 23/1 — Autorizando que nos termos do artigo 1.º e para os efeitos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 86.779, de 6/3/1948, seja requerido o desdobraimento do capital de algumas Sociedades anónimas com actividade comercial e industrial em Lisboa e com sede em outros concelhos e a revisão do desdobraimento, já feito, do capital de outras sociedades anónimas.

De 19/2 — Mantendo durante o ano de 1953 o suplemento sobre ordenados, salários e pensões de aposentação a que se refere o Decreto-Lei n.º 87.115, de 26/10/1948 e a Portaria n.º 13.803, de 17/1/1952.

* Aprovando a «Tabela provisória das taxas para utilização do frigorífico do Novo Matadouro».

De 19/3 — Aprovando o projecto da «Conservação e reconstrução de pavimentos e esgotos da Cidade de Lisboa».

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Diário Municipal n.º 5.306, de 2/1 — Determina que todos os Serviços Municipais recebam, a qualquer hora, durante o funcionamento normal das repartições, todos os processos e demais expediente que lhe sejam remetidos.

D. M. n.º 5.311, de 8/1 — Fixa as normas a seguir na requisição das licenças de obras, para efeitos do seu pagamento.

D. M. n.º 5.320, de 19/1 — Aprova as condições especiais de alienação de quatro lotes de terreno municipal situados na Rua Alcolena, Encosta da Ajuda, destinados a moradias.

D. M. n.º 5.340, de 11/2 — Aprova as condições de alienação de um lote de terreno municipal na Praça de Damão, Encosta da Ajuda, destinado à construção de uma moradia unifamiliar; e de oito lotes situados na zona comercial da Célula VIII do Sítio de Alvalade e destinados à construção de prédios de rendimento.

D. M. n.º 5.363, de 10/3 — Autoriza o Director dos Serviços de Salubridade e Edificações Urbanas a delegar no chefe da 3.ª Repartição — Arquitectura, a competência que lhe foi delegada por despachos publicados no Diário Municipal n.º 4.488, de 11/2/1950 e n.º 4.891, de 19/12/1951, e relativa ao expediente da referida 3.ª Repartição — Arquitectura, da 4.ª Repartição — Edificações Urbanas, da Secção de Expediente e da Comissão Permanente de Victorias.



LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

1 DE JANEIRO
A 31 DE MARÇO
DE 1953

LEIS, DECRETOS
E PORTARIAS,
DESPACHOS,
CIRCULARES
E OFÍCIOS,
ACÓRDÃOS.

I

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS DE INTERESSE MUNICIPAL

1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1953

Do Ministério do Interior — *Portaria de 26/12/1952* — Autoriza a Câmara Municipal de Lisboa a alienar à Cooperativa de Moradias Económicas com dispensa de hasta pública duas parcelas de terreno da Câmara situadas no Sítio de Alvalade e uma na Encosta da Ajuda, com destino à construção de moradias geminadas para os seus associados. (*D. G., II Série, n.º 3, de 5/1 — Nova publicação, rectificada, no D. G., II Série, n.º 22, de 27/1*).

De 19/1 — *Portaria n.º 14.230* — Autoriza os corpos administrativos a continuarem no ano de 1953, a conceder ao seus funcionários e assalariados, bem como aos seus servidores na situação de aposentados, o suplemento a que se referem o Decreto-Lei n.º 37.115, de 26/10/1948 e o n.º 1.º da Portaria n.º 18.803, de 17/1/1952. Mantém em vigor o disposto nos n.ºs 2.ºs das Portarias n.ºs 12.630 e 13.803, de 12/11/1948 e 17/1/1952. (*D. G., I Série, n.º 11*).

De 24/1 — *Portaria n.º 14.342* — Designa a letra E para servir, no período que decorre de 1 de Maio do corrente ano a 30 de Abril de 1954, no afilamento de todos os pesos, medidas e mais instrumentos de pesar ou medir executados em todos os concelhos do País, à excepção do de Lisboa, onde a mesma letra principiará a ser empregada em 1 de Março. *D. G., I Série, n.º 16*).

De 17/1 — *Decreto-Lei n.º 39.081* — Prorroga até 31 de Dezembro de 1945 o prazo fixado nos artigos 1.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 36.575, de 4 de Novembro de 1947, durante o qual as comparticipações do Estado pelo Fundo de Desemprego nos encargos de construção e beneficiação de estradas e caminhos municipais e de obras de abastecimento de água sem distribuição domiciliária poderão atingir 75 % independentemente da importância da respectiva mão-de-obra. (*D. G., I Série, n.º 10*).

De 5/2 — *Decreto-Lei n.º 39.097* — Determina que o disposto no Decreto-Lei n.º 39.081, de 17/1/1953, (prorrogação de prazo fixado nos artigos 1.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 36.575) seja extensivo a todas as comparticipações do Estado, para os fins referidos naquele diploma, independentemente de serem custeados pelo Fundo de Desemprego. (*D. G., I Série, n.º 21*).

De 26/2 — *Portaria n.º 14.276* — Autoriza a transferência para a Comissão Venatória Regional do Norte das quantias depositadas nos termos do Decreto n.º 30.335 e de todas as que se destinam ao fundo regional das comissões venatórias de vários concelhos. (*D. G., I Série, n.º 37*).

De 27/2 — *Portaria n.º 14.277* — Autoriza a transferência para a Comissão Venatória Regional do Sul das quantias depositadas nos termos do Decreto n.º 30.335 e de todas as que se destinam ao fundo especial das comissões venatórias de determinados concelhos. (*D. G., I Série, n.º 38*).

Do Ministério das Obras Públicas — *Portaria de 18/2* — Concede à Câmara Municipal de Lisboa uma comparticipação pelo Fundo de Desemprego para execução dos trabalhos de «Rectificação e alargamento das Ruas do Limoeiro e de S. Tomé, em Lisboa». (*D. G., II Série, n.º 52, de 3/3*).

Do Conselho de Ministros — *Despacho de 28/2* — Esclarece dúvidas sobre a classificação das faltas dadas por entrada depois da hora fixada, referidas no n.º 3.º do artigo 2.º do Decreto n.º 19.478 (comparação dos funcionários e suas faltas ao serviço). (*D. G., I Série, n.º 43, de 5/3*).

Do Ministério das Finanças — Instruções para a organização e documentação das contas dos Corpos Administrativos. — Substitui as instruções insertas no *Diário do Governo* n.º 60, de 21/3/1945. (*D. G., I Série, n.º 45, de 7/3*).

De 12/3 — *Portaria n.º 14.297* — Aprova os modelos de licença de habitação para casas de renda económica a que se refere a base XVIII da Lei n.º 2.007, de 7/5/1945. (*D. G., I Série, n.º 49 e Rectificação dos modelos, D. G., I Série, n.º 57, de 21/3*).

* *Portaria n.º 14.298* — Autoriza a transferência para a Comissão Venatória Regional do Norte das quantias depositadas nos termos do Decreto n.º 30.335 e de todas as que se destinam ao fundo especial das comissões venatórias de determinados concelhos. (*D. G., I Série, n.º 49*).

Do Conselho de Ministros — *Despacho de 11/3* — Esclarece que as faltas dadas a seguir ao termo de um período de licença só podem ser justificadas por doença devidamente comprovada ou pela prévia concessão de nova licença pela autoridade para tanto competente. (*D. G., I Série, n.º 53, de 17/3, D. M. n.º 5.375, de 24/3*).

II

DESPACHOS, CIRCULARES E OFÍCIOS EMANADOS DO GOVERNO

1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1953

2) — CIRCULARES

A) DIRECÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA E CIVIL

De 28/1 — N.º 2-1/89, Livro 9-A, 2.ª Repartição — Dispondo-se na alínea e) do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 35.611, de 25 de Abril de 1946, que compete às câmaras municipais fiscalizar a construção das casas económicas da iniciativa da Federação das Caixas de Previdência, recomenda aos referidos corpos administrativos, que no caso de não disporem de engenheiro, no quadro do seu pessoal, se torna conveniente encarregar um engenheiro da prestação do aludido trabalho de fiscalização.

De 13/2 — N.º 2-1/17, Livro 11-A, 2.ª Repartição — Em aditamento às circulares expedidas sobre o assunto, comunica às câmaras municipais que a Direcção-Geral de Transportes Terrestres acaba de informar este Ministério de que o motor com as características abaixo indicadas deve ser incluído na relação dos motores auxiliares para velocípedes, com cilindrada inferior a 50 cm³: Marca, JLO. Diâmetro, 36,5 mm. Curso, 44 mm. Cilindrada, 46 cm³. Importador, Sociedade Zickermann, Avenida dos Aliados, 64, 2.º. Porto.

De 7/3 — P.º N-4/5, Livro 9-A, 2.ª Repartição — Nos termos do artigo 707.º do Código Administrativo, o imposto de prestação de trabalho corresponde ao serviço das pessoas, animais e veículos do concelho em um dia de cada ano.

Sendo estes os índices que constituem a matéria tributável, as câmaras deverão considerá-los ao elaborarem a respectiva tarifa de remição, tendo presente que as taxas, quanto ao indicador «pessoa», não devem exceder o salário atribuído aos trabalhadores, sem que haja lugar a distinguir as profissões das pessoas sujeitas a tributação, residirem ou não no concelho, serem ou não proprietários em outra circunscrição; e quanto aos «animais» e «veículos», ao preço corrente por que se paga um dia de serviço prestado com uns e outros, separadamente ou em conjunto.

Assim, o justo valor da remição só se obterá desde que:

- 1.º — Na fixação das taxas se distingam as pessoas do sexo masculino das do sexo feminino, se forem diferentes os respectivos salários correntes;
- 2.º — Se atenda às espécies dos animais (carga, tiro e sela) e, dentre estas, às diferentes raças;
- 3.º — Se tenha em consideração a natureza dos veículos.

E nesta conformidade que devem proceder as câmaras municipais. Esta circular é expedida conforme a sugestão da Inspecção-Geral de Finanças, no parecer que emitiu em 12 de Julho de 1952, que mereceu concordância de Sua Ex.ª o Ministro das Finanças, por despacho de 6 de Fevereiro findo.

* P.º X-4/29, Livro 7-A, 2.ª Repartição — Através do processo de visita de inspecção aos serviços de contabilidade, orçamento e tesouraria de uma câmara municipal, suscitou-se a dúvida quanto à verificação da reincidência prevista no § único do artigo 7.º do espécime do Regulamento para a cobrança de licença de estabelecimento comercial ou industrial, cuja adopção pelas câmaras municipais foi recomendada por esta Direcção-Geral em circular de 9 de Setembro de 1948 (Anuário n.º 41, pág. 342), ou seja, em que casos se deverá considerar o contribuinte como reincidente, decorrido o prazo de um mês prescrito na referida disposição regulamentar.

Sobre o assunto pronunciou-se esta Direcção-Geral nos termos seguintes:

Embora se trate de matéria tributária, parece que deverá aplicar-se, subsidiariamente, o disposto no artigo 36.º do Código Penal, para o efeito de se determinar o período dentro do qual se poderá verificar a reincidência.

Desta forma, atuado determinado contribuinte, uma de três hipóteses pode dar-se:

- Pagamento voluntário da licença, com multa;
- Pagamento da licença, com o da multa, em consequência de decisão do juiz;
- Não pagamento da licença e da multa, por insubsistência do auto de transgressão, declarada pelo juiz.

Só interessam as duas primeiras hipóteses. Adoptando-se a regra estabelecida no artigo 36.º do Código Penal, raros são os casos em que venha a verificar-se a reincidência, a qual fica circunscrita à hipótese de o mesmo contribuinte ter de pagar duas ou mais licenças de estabelecimento comercial ou industrial — atuado por falta de solicitação de uma, pode, dentro de seis meses, ser atuado por não haver solicitado a liquidação de outra.

Com este parecer se dignou concordar Sua Ex.ª o Ministro das Finanças por despacho de 3 de Fevereiro de 1953. D. M. n.º 5.379, de 28/3/53).

De 13/3 — P.º E-4/4, Livro 9-A, 2.ª Repartição — Foi doutrina seguida no Ministério das Finanças de que apenas os assalariados que faziam parte dos quadros beneficiavam da assistência aos funcionários civis tuberculosos.

Porém, a Direcção-Geral de Assistência entende que tal benefício não se verifica somente em relação a aqueles assalariados, mas também relativamente a todos os que, não fazendo parte dos quadros, prestam serviço com certa continuidade, independentemente da natureza do provimento, das verbas por que são pagas as suas remunerações e de descontarem ou não para a Caixa Geral de Aposentação.

Esta doutrina mereceu parecer favorável da Inspecção-Geral de Finanças e com ela concordou Sua Ex.^a o Ministro por despacho de 10 de Fevereiro findo.

Dentro desta orientação, assentou-se no seguinte:

a) Os serventuários que tenham completado já quatro anos de serviço são dispensados do exame específico previsto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 33.549, de 23 de Fevereiro de 1944, mas deverão descontar as quotas referentes a três anos, além das que se vencerem mensalmente, visto tomar-se em conta, para efeito de serem assistidos, o serviço prestado durante esse período. O pagamento das quotas atrasadas poderá efectuar-se em prestações;

b) Os serventuários que prestem serviço há mais de um ano, e menos de quatro, deverão sujeitar-se ao referido exame específico, só começando a descontar quota para a Assistência aos Funcionários Cívicos Tuberculosos depois de conhecido o respectivo resultado se este lhe for favorável;

c) O procedimento indicado na alínea anterior é de adoptar também quanto aos serventuários recentemente admitidos ou que venham a ser admitidos de futuro, logo que completem um ano de serviço. (D. M. n.º 5.374, de 23/3/953).

De 24/3 — N.º I-1/28, Livro 9-A, 2.ª Repartição — Tendo surgido dúvidas sobre se é exigível licença sanitária nos termos da Portaria n.º 6.065, de 30 de Novembro de 1929, pela Instalação de «estúbulos para vacas destinadas a produção de leite para consumo público directo», em virtude de tais instalações estarem sujeitas ao licenciamento previsto no artigo 18.º e seguintes do Decreto n.º 36.974, de 17 de Junho de 1948, rogo a V. Ex.^a se digne transmitir às câmaras municipais desse distrito os seguintes esclarecimentos:

As duas licenças têm características diferentes, pois ao passo que a primeira tem em vista garantir que a instalação não perturbe a vizinhança, no aspecto sanitário ou sob qualquer outro aspecto digno de protecção das autoridades administrativas, a licença a conceder pelo Intendente de Pecuária refere-se exclusivamente às condições sanitárias dos animais e do local (estábulo) onde os mesmos se encontrem, de modo a assegurar a produção de leite, em condições satisfatórias.

Nestas circunstâncias, e tendo, ainda, em consideração a competência conferida às câmaras municipais pelos artigos 115.º e seguintes do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38.282, de 7 de Agosto de 1951, devem os interessados, antes de mais assegurar-se perante a Câmara da viabilidade da instalação do estábulo no local pretendido.

Obtida resolução favorável da Câmara, no que respeita ao local escolhido, deverá elaborar-se o respectivo projecto, a fim de ser submetido à aprovação da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários, nos termos do n.º 12.º do Decreto-Lei n.º 27.207, de 16 de Novembro de 1936. Seguir-se-á o pedido, formulado à Câmara, da licença para a construção, quando, tendo em vista o disposto no artigo 1.º e seu § único do citado Regulamento Geral das Edificações Urbanas, a ela haja lugar.

Concluída a obra, será requerido à Câmara o alvará de licença sanitária — se o estabelecido for situado em cidade, vila, zona de turismo ou urbanizada — e, finalmente, solicitar-se-á a licença prevista no artigo 18.º do Decreto n.º 36.974, de 17 de Julho de 1948, a conceder pelo Intendente de Pecuária.

Se, atendendo ao local da instalação, for dispensável licença para a obra e o alvará a que se refere a Portaria n.º 6.065, também não se tornará necessária a intervenção da Câmara a que acima nos referimos, sobre a localização do estabelecimento. Em tal hipótese, apenas se exige aprovação do projecto pela Direcção-Geral dos Serviços Pecuários e a licença do Intendente de Pecuária, para produção de leite alimentar.

III

ACÓRDÃOS DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

PUBLICADOS DE 1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1953

De 30/5/947 — Já se ponderou que a forma normal por que os interessados devem interpor recurso, nos termos do artigo 54.º da falada portaria de 20 de Junho de 1946, da deliberação do júri de admissão e classificação é a de um requerimento do Ministro, no qual se exponham os fundamentos da reclamação e se conclua pelo pedido.

O recorrente, porém, encontrava-se numa situação especial, derivada do serviço, que lhe não permitia usar do meio ordinário do recurso, dado que só teve conhecimento da deliberação em causa precisamente no último dia do prazo estabelecido para a reclamação.

Serviu-se, por isso, do único meio que então tinha à sua disposição — o telégrafo.

De um modo geral, os recursos interpõem-se por meio de requerimento em que se exprima a vontade de recorrer (Código do Processo Civil, artigo 687.º).

O recurso correspondente, assim, a uma manifestação de vontade de desconformidade com uma determinada decisão e exprime-se por uma declaração destinada a tornar clara essa manifestação.

Nada se opõe a que, quando o indivíduo se encontre impossibilitado de o fazer por outra forma, faça essa declaração por meio do telégrafo.

A lei não repele esta forma de manifestação de vontade, e até a admite expressamente em certos casos, emprestando a determinados telegramas a força probatória dos documentos particulares e autênticos (vide o artigo 97.º e parágrafos do Código Comercial).

O recurso contra a deliberação do júri que não classificou o recorrente para a promoção à 1.ª classe foi, pois, e no caso dos autos, devidamente interposto.

Alega-se, porém, que a reclamação foi dirigida ao directo-geral, em vez de o ser ao Sr. Ministro da Economia, e que nela se não indicavam os fundamentos do recurso.

A alegação não impressiona: quanto ao primeiro ponto, porque, embora o telegrama tivesse sido dirigido ao directo-geral dos Serviços Agrícolas (nem as regras da hierarquia permitiam que o fosse directamente ao Ministro), a reclamação era para o Ministro, e os serviços assim compreenderam ao declararem à margem do telegrama que era da competência do Ministro e aceitação do recurso; e, quanto ao segundo, porque no referido telegrama o ora recorrente expressamente protestou pela fundamentação pormenorizada, logo em seguida da reclamação. (*D. G., II Série, n.º 29, de 4/2*).

De 9/11/951 — Não procede a excepção de irrecorribilidade do despacho do Sr. Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, com fundamento em que ele é meramente confirmativo do despacho do Intendente-Geral dos Abastecimentos, que não foi impugnado no prazo de vinte dias, a contar da sua notificação, pela simples razão de que as decisões do intendente-geral dos Abastecimentos não são susceptíveis de recurso directo de anulação, por não estarem abrangidos pelo disposto no artigo 1.º, n.º 3.º, do decreto com força de lei n.º 19.243, de 16 de Janeiro de 1931.

Conforme este Supremo Tribunal tem entendido, de acordo com a doutrina, serviços públicos são os organismos autónomos ou simplesmente dotados de personalidade jurídica, de carácter permanente e de funcionamento regular, destinados a satisfazer necessidades colectivas de ordem económica ou cultural (vide, por exemplo, os Acórdãos de 13 de Junho e 25 de Julho de 1947, na Coleção de Acórdãos, vol. XIII, pp. 452 e 621).

Ora a Intendência-Geral dos Abastecimentos nem é uma organização de carácter permanente, pois foi criada, como se vê no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 32.945, de 2 de Agosto de 1943, para funcionar enquanto durarem as circunstâncias derivadas da guerra, nem tem a natureza de organismo descentralizado autónomo ou dotado de personalidade jurídica.

As decisões dos seus dirigentes só podem, pois, ser contenciosamente atacadas através do recurso hierárquico que delas se interponha para o Ministro a cuja direcção e determinações estão subordinadas. (*D. G., II Série, n.º 24, de 29/1*).

De 17/10/952 — Como consta do processo instrutor, contra o recorrente foi instaurado processo disciplinar, em que se formularam dois artigos de acusação.

Nestes artigos se arguiu o recorrente de não haver fiscalizado convenientemente a responsabilidade do tesoureiro, resultando dessa falta de fiscalização várias irregularidades nos artigos mencionados.

Certo que formulação dos artigos se não deu exacto cumprimento ao disposto no § único do artigo 596.º do Código Administrativo.

Este facto, porém, não prejudicou a defesa do arguido, como bem se demonstra no capítulo I da sua resposta, onde procura convencer a inanidade da acusação, por não ser obrigado legalmente a fazer a fiscalização de cuja falta resultaram as irregularidades apontadas ao tesoureiro.

Não procede, pois, em virtude do disposto no artigo 586.º do citado código a invocada nulidade formal.

Não alegou o recorrente factos demonstrativos de desvio de poder, como tinha obrigação de fazer, em virtude do disposto no artigo 29.º do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 19.243, de 16 de Janeiro de 1931, e jurisprudência constantes deste Supremo Tribunal, para que dele se possa conhecer.

Afastados a irregularidade formal e o desvio de poder, tem de dar-se como provada que o recorrente não fiscalizou convenientemente a responsabilidade do tesoureiro e que dessa falta de fiscalização resultaram irregularidades na contabilização dos documentos cobrados.

Esta falta de fiscalização violou o disposto nos n.ºs 13.º e 14.º do artigo 137.º do Código Administrativo, constituindo infracção disciplinar por representar o não cumprimento de deveres funcionais.

As faltas foram directamente verificadas, apesar de sanadas, visto que a contabilização se fez em data posterior àquela em que devia ter sido feita.

Não houve assim violação dos invocados artigos 590.º e 592.º do mencionado código.

E por estarem sanadas não deixaram de merecer sanção disciplinar. (*D. G., II Série, n.º 3, de 5/1*).

* Diga-se antes de mais nada, que a actividade do júri do concurso na apreciação dos elementos de que depende a atribuição aos concorrentes da classificação final é ténicamente discricionária.

O juízo de valor emitido pelo júri, como resultante da apreciação desses elementos, escapa à censura do Tribunal, cuja actividade está circunscrita à averiguação da legalidade formal do acto de classificação. (*D. G., II Série, n.º 14, de 17/1*).

De 24/10/952 — Pretende o recorrente que seja anulado o despacho recorrido e que, em consequência, se ordene a suspensão do lugar ocupado pelo professor Dantas.

Porém, não chamou ao recurso este professor.

É evidente que o provimento do recurso prejudicava directamente aquele professor, pois que, anulado o despacho e havendo na escola somente dois lugares do sexo masculino, teria ele de ser deslocado da sua escola e, em comissão, ir prestar serviço noutra lugar.

Como se preceitua no § 2.º do artigo 135.º do Código Administrativo e já era prescrição do artigo 36.º do Decreto n.º 19.243, de 16 de Janeiro de 1931, e segunda parte do artigo 28.º do Código de Processo Civil, quando, além da autoridade ou órgão que praticar o acto recorrido, houver, à data da interposição do recurso, pessoas a quem a procedência do mesmo possa directamente prejudicar e que por isso nele sejam interessadas, deverá o recorrente requerer a respectiva citação na petição inicial.

A falta de citação destas pessoas, cuja intervenção era necessária para que a decisão constituísse caso julgado contra elas, acarreta a ilegitimidade da autoridade ou órgão recorrido, como sempre se tem julgado neste Supremo Tribunal. (*D. G., II Série, n.º 18, de 22/1*).

De 14/11/952 — O recorrente pretende — e nesse sentido formulou o requerimento que foi tácitamente indeferido — que seja provido no lugar de escriturário principal, independentemente da celebração de qualquer contrato, fundando-se em que a sua situação de funcionário vitalício se achava definida muito antes de entrar em vigor o condicionalismo legal que atribui ao pessoal dos serviços municipalizados a natureza de contratado ou assalariado; mas, a situação dos funcionários, sendo objectiva, legal e regulamentar, pode ser modificada a todo o tempo sem que possam invocar-se direitos ou regalias anteriores que não tenham sido expressamente ressalvados; ora,

O artigo 176.º do Código Administrativo, na redacção que lhe deu o Decreto-Lei n.º 31.386, de 14 de Julho de 1941, determina expressamente que o pessoal maior dos serviços municipalizados será todo contratado;

O Regulamento Interno dos Serviços Municipalizados de Vila Nova de Gaia, de 22 de Agosto de 1947, a cuja sombra se fez o concurso a que se referem os autos, estabelece, no artigo 43.º que «todo o pessoal dos serviços municipalizados de electricidade é contratado ou assalariado», dispondo por sua vez o artigo 55.º que «a duração do contrato do pessoal técnico e administrativo será de um ano, tácitamente renovado por períodos sucessivos de igual tempo, quando não denunciados com a antecedência mínima de três meses do seu termo»;

Em face destas claras e peremptórias disposições não podia ser deferido o requerimento em que o recorrente pedia que fosse provido no cargo de escriturário principal, independentemente da celebração de qualquer contrato. (*D. G., II Série, n.º 19, de 23/1*).

De 21/11/952 — Consta dos autos, com a concordância de ambas as partes, que o cadáver de Maria Iria Machado se achava depositado no ossário municipal do cemitério de Santa Iria, da cidade de Vila Real, e que as taxas devidas pela utilização do ossário eram pagas pelo recorrido Sebastião Rodrigues, pai da falecida.

Requeru este a trasladação do cadáver de sua filha para jazigo que construiu no mesmo cemitério e o seu pedido, sem concorrência de qualquer pedido ou opposição de outro parente ou do viúvo, foi deferido pela Câmara Municipal em sua sessão de 24 de Julho.

Posteriormente, em 27 do mesmo mês, requereu o recorrente, com os fundamentos que ficaram relatados, que fosse revogada a anterior deliberação de 24, visto que, tencionando, por

sua vez, construir um jazigo, não queria que o cadáver de sua mulher fosse transferido para o jazigo do recorrido, requerimento que foi indeferido por deliberação tomada pela Câmara na sua sessão de 31 de Julho.

Como resulta da sequência dos factos expostos, o recorrente não requereu a trasladação do cadáver de sua mulher nem a ela se opôs oportunamente, acrescentando que, como também dos autos consta, o referido cadáver se encontrava no ossário municipal por decisão de seu pai, que pagava as respectivas taxas de utilização.

Esta situação, mantida com a aquiescência do viúvo desde a data do falecimento, em Junho de 1949, revelava que ele se tinha desinteressado de exercer o poder de guardar o cadáver de sua mulher, ainda que a lei lhe conferisse tal poder.

Sendo estes os factos, embora se entendesse que à expressão «viúva» do citado artigo 350.º do Código do Registo Civil se devia dar significação capaz de abranger no seu âmbito qualquer dos cônjuges sobreviventes, certo é que o viúvo nada requereu, nenhuma oposição deduziu oportunamente, antes revelou, com a sua atitude, desinteresse em guardar e conservar o cadáver de sua mulher.

Esta sua abstenção, mesmo na tese jurídica do recorrente, legítima, na falta de descendentes, o pai da falecida para requerer a trasladação do cadáver.

Legal e válida, pelos motivos expostos, a recorrida deliberação de 24 de Julho, não podia a Câmara revogá-la ulteriormente, visto a mesma ser constitutiva de direitos e à sua revogação se opor o n.º 2 do artigo 83.º do Código Administrativo.

De 28/11/592 — O processo disciplinar foi julgado pelo despacho ora recorrido de 22 de Fevereiro de 1952 (processo apenso, folhas 11).

Mas sucedeu que, ao tempo em que este seguia seus termos e em virtude de uma queixa apresentada pelo astrónomo de 2.ª classe José César de Brito e Abreu, do Observatório Astronómico de Lisboa, veio a ser instaurado um inquérito ao ora recorrente (processo apenso, folhas 99).

No relatório desse inquérito foi dado como provado que o ora recorrente não é superior hierárquico dos astrónomos de 2.ª classe e que o seu procedimento, em relação aos seus colegas, perturba o trabalho e a disciplina daquele estabelecimento (processo apenso, folhas 139 e seguintes).

E o instrutor no final do relatório, embora fosse de parecer que ao ora recorrente seria de aplicar a pena de repreensão por escrito, atendendo a que se trata de um funcionário trabalhador e competente, propôs que o processo de inquérito fosse julgado com o processo disciplinar, ao qual deveria ser apensado.

Com esta proposta concordou o despacho ministerial de 7 de Fevereiro de 1952 (processo apenso, folhas 139).

Daf ter o parecer do Conselho Permanente da Acção Educativa estabelecido duas incriminações — falta de respeito a superior hierárquico e desobediência — e consignado os dois primeiros considerando-os atrás transcritos.

Mas, ordenada que foi a apensação, o inquérito teria, para poder ser julgado conjuntamente com o processo disciplinar, de ser convertido por sua vez, em processo disciplinar, a fim de o arguido ser ouvido sobre os factos apurados no mesmo inquérito (cf. artigos 40.º e 63.º do Estatuto Disciplinar).

E que, por força do artigo 14.º do citado estatuto, não pode aplicar-se ao mesmo funcionário mais de uma vez pena disciplinar por cada infracção ou pelas infracções acumuladas que sejam, apreciadas num só processo.

E por isso a arguição de violação do artigo 33.º do Estatuto Disciplinar é procedente, devendo, conseqüentemente, ordenar-se nova diligência, que consistirá em se extrair nota de culpa relativamente às faltas apuradas no mencionado inquérito, a fim de se seguirem os demais termos legais, para a final se julgar novamente o processo disciplinar, conforme for de direito.

Trata-se de um vício de forma, por omissão de formalidade essencial.

E, como esta ilegalidade não afecta o conteúdo do acto impugnado, fica prejudicado o conhecimento da questão que toca directamente o seu objecto, ou seja, a apreciação sobre a qualificação jurídica das faltas, de harmonia com a jurisprudência sempre seguida.

E compreende-se que assim seja.

Antes de o tribunal poder pronunciar-se sobre essa qualificação, torna-se necessário, sob pena de um julgamento antecipado, que a Administração, na decisão do processo disciplinar, diga quais as faltas que considere provadas, o que só poderá ter lugar depois de levada a efeito a audiência do arguido na matéria relativa ao inquérito. (*D. G., II Série, n.º 69 de 23/3*).



BIBLIOGRAFIA

1 DE JANEIRO
A 31 DE MARÇO
DE 1953

REGISTO DE
PUBLICAÇÕES COM
INTERESSE MUNICIPAL
ENTRADAS NA
BIBLIOTECA CENTRAL

1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 1953

EM JANEIRO:

- Compilação de Acórdãos do Contencioso das Contribuições e Impostos, coordenados por *Guilherme Augusto Coelho* — 60.º vol.
- Câmara Municipal de Mafra — Relatório da gerência de 1951.
- Festas em Lisboa em 1622, por *George Schurhammer*.
- A conquista de Lisboa aos Mouros, por *Costa Brochado*.
- Anuário da Direcção-Geral de Administração Política e Civil — 44.º ano — 1951.
- Exposição comemorativa do 1.º Centenário do nascimento de D. João da Câmara — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
- Lisboa Antiga, Bairros Orientais, por *Júlio de Castilho* — Vol. II — 8.ª edição.
- Anais do Município de Lisboa — 1951 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
- Cadernos de Direito Administrativo — III — Jurisprudência 1940 a 1949, por *J. Peixoto de Almeida*.
- Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 860 a 872 — Dezembro de 1952.
- Câmara Municipal do Porto — Plano de actividade para 1952.
- Cinzas de Lisboa, por *Padre Ruela Pombo*.
- Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *Alfredo Viana de Sousa*.
- Câmara Municipal de Coimbra — Orçamento Ordinário para 1953.
- Diário Municipal — N.ºs 5.283 a 5.305 — Dezembro de 1952 — Câmara Municipal de Lisboa.

EM FEVEREIRO:

- Supremo Tribunal Administrativo — Contencioso Administrativo — Coleção de Acórdãos — Vol. XVI — 1950.
- Câmara Municipal de Anadia — Código das Posturas e Regulamentos Municipais — 1953.
- Câmara Municipal de Montalegre — Regulamentos — 1953.
- Câmara Municipal do Porto — Orçamento ordinário para 1953.
- Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 873 a 877 — Janeiro de 1953.
- Câmara Municipal de Évora — Regulamento da Secretaria.
- Lisboa Oito Século de História — Fasc. XVII — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal de Braga — Orçamento Ordinário — 1953.
- Câmara Municipal de Vago — Postura sobre pesos e medidas — 1953.
- Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *Alfredo Viana de Sousa*.
- Arquivo de Beja — Boletim da Câmara Municipal de Beja — Vol. IX — 1952.
- IX Recenseamento Geral População — Tomo I — Instituto Nacional de Estatística.
- Revista Municipal — Ano XIII — N.º 53 — 2.º trimestre de 1952 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
- A Tomada de Lisboa, por *Samuel Schwarz* — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
- Junta da Província do Algarve — Orçamento para 1953.
- Junta da Província do Algarve — Relatório de 1952 e Plano para 1953.
- Junta da Província do Douro-Litoral — Orçamento ordinário para 1953.
- A Evolução territorial da cidade do Porto e a orientação a seguir para a urbanização das zonas residenciais, por *Miguel Resende*.
- Diário Municipal — N.ºs 5.306 a 5.331 — Janeiro de 1953 — Câmara Municipal de Lisboa.
- Diário Municipal — N.ºs 5.332 a 5.655 — Fevereiro de 1952 — Câmara Municipal de Lisboa.

EM MARÇO:

- Comissão Central das Juntas de Freguesia de Lisboa — Relatório e Contas de Janeiro de 1952.
- Boletim da Câmara Municipal do Porto — N.ºs 878-881 — Fevereiro de 1953.
- Administração Seiscentista do Município Vimarense, por *Alberto Vieira Braga* — Edição da Câmara Municipal de Guimarães.
- IX Recenseamento Geral População — Tomo II — Instituto Nacional de Estatística.
- Câmara Municipal de Angra do Heroísmo — Relatório de 1951.

Verbetes — Índice de legislação dos corpos administrativos, editados por *Alfredo Viana de Sousa*.
Câmara Municipal de Viseu — Serviços Municipalizados — Relatório de 1951.
Revista Municipal — Ano XIII — N.º 54 — 3.º trimestre de 1952 — Publicação da Câmara Municipal de Lisboa.
Câmara Municipal de Lisboa — Disposições aplicáveis à cobrança de taxas e outras receitas do Município de Lisboa — 1953.
Câmara Municipal de Lisboa — Tabela provisória das taxas para a utilização de Frigorífico — 1953.
Câmara Municipal de Lisboa — Orçamento ordinário para o ano económico de 1953.

REVISTAS:

O DIREITO:

Ano 84.º — 1952 — Fasc. 4 — Outubro a Dezembro.

BOLETIM DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

N.º 32 — Setembro de 1952.

N.º 33 — Novembro de 1952.

